



UFOP

Universidade Federal
de Ouro Preto

Universidade Federal de Ouro Preto

MESTRADO PROFISSIONAL

Sustentabilidade Socioeconômica Ambiental

Núcleo de Pesquisas e Pós – Graduação em Recursos Hídricos



DISSERTAÇÃO

Educomunicação para a gestão da água:

Estudo de caso da Web Rádio Água no CBH- Paranaíba

Mônica de Sousa Alves

**Ouro Preto, MG
2017**

Mônica de Sousa Alves

**EDUCOMUNICAÇÃO PARA A GESTÃO DA ÁGUA:
ESTUDO DE CASO DA WEB RÁDIO ÁGUA NO CBH- PARANAÍBA**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sustentabilidade Socioeconômica Ambiental.

Área de concentração: Desenvolvimento e Meio Ambiente

Orientador: Prof. Dr. Alberto de Freitas Castro Fonseca

Coorientadora: Prof. Dra. Jan Alyne Barbosa Prado

**Ouro Preto, MG
2017**

A474e Alves, Monica de Sousa.
Educomunicação para gestão da água [manuscrito]: estudo de caso da Web Rádio Água no CBH-Paranaíba / Monica de Sousa Alves. - 2017.
xvi; 93f.: il.: color; grafis; tabs; mapas.

Orientador: Prof. Dr. Alberto de Freitas Castro Fonseca.
Coorientador: Prof. Dr. Jan Alyne Barbosa Prado.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. PROÁGUA. Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade Socioeconômica Ambiental.
Área de Concentração: Políticas Públicas para o Meio Ambiente.

1. Educação - Estudo e ensino. 2. Tecnologia educacional. 3. Abastecimento de água. 4. Bacias hidrograficas - Administração. 5. Ensino audiovisual. I. Fonseca, Alberto de Freitas Castro. II. Prado, Jan Alyne Barbosa. III. Universidade Federal de Ouro Preto. IV. Título.

CDU: 502.13

Catálogo: www.sisbin.ufop.br

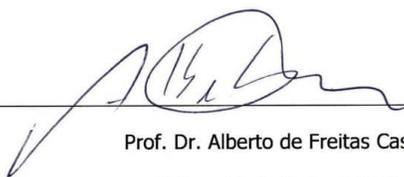
Universidade Federal de Ouro Preto

Mestrado em Sustentabilidade Socioeconômica Ambiental

***Educomunicação para a gestão da água: Estudo de Caso da Web Rádio Água
no CBH-Paranaíba.***

Mônica de Sousa Alves

Dissertação defendida e aprovada, em 19 de junho de 2017, pela banca examinadora constituída pelos seguintes membros:



Prof. Dr. Alberto de Freitas Castro Fonseca
Universidade Federal de Ouro Preto



Prof. Dr. Danton Heleno Gameiro
Universidade Federal de Ouro Preto



Prof. Dr. Nair Prata Moreira Martins
Universidade Federal de Ouro Preto

Ao meu **pai Adalberto** (*in memoriam*),
Que sempre defendeu que o conhecimento liberta.
 À minha **mãe Ivone**,
 Que sonha os meus sonhos e neles se realiza.
 Às minhas **filhas Nicole e Noelle**,
 Que me tornaram uma mulher mais forte e guerreira.
 Ao meu **neto João**,
Que motiva minhas lutas e crenças em um mundo melhor.

AGRADECIMENTOS

Nunca fez tanto sentido em minha vida o que disse *John Lennon*: "Sonho que se sonha só, é só um sonho que se sonha só, mas sonho que se sonha junto é realidade".

A conclusão deste Mestrado representa a realização de um sonho. Mas acima de tudo, um sonho de toda a minha família, pela qual eu inicio os meus agradecimentos.

Ao meu pai **Adalberto Geraldo Alves**, que lutou contra a morte para estar comigo na conclusão deste trabalho, mas infelizmente nos deixou em 14 de dezembro de 2016;

À minha mãe **Ivone de Sousa Alves**, que preenchia todas as minhas ausências, para que eu pudesse me dedicar aos estudos;

Aos meus irmãos **Rogério de Sousa Alves** e **Gisele de Souza Alves**, a quem serei eternamente grata pelo companheirismo;

De forma muito especial, agradeço às minhas filhas **Nicole Cristina Alves de Oliveira** e **Noelle de Paula Alves Borges**, que sofriam com a minha ausência, mas em nenhum momento deixaram de me encorajar;

À minha avó **Olívia Cândida de Souza**, que aos 101 anos, é exemplo de que na vida tudo se conquista com muita luta;

Ao pequeno **João Rodrigo Alves Lima Hazime**, por nascer no início deste Mestrado e despertar mais encanto e emoção em nossas vidas;

Às minhas sobrinhas, sobrinho, cunhada, cunhado e genro, minha infinita gratidão por permitirem que estivéssemos sempre juntos;

Ao meu orientador, professor doutor **Alberto de Freitas Castro Fonseca**, pelo conhecimento repassado e pelas cobranças duras e necessárias, que me fizeram permanecer no caminho;

À minha coorientadora, professora doutora **Jan Alyne Barbosa Prado** por ter aceitado o desafio mesmo antes de me conhecer e pela condução de forma sábia;

À amiga, professora e mestre **Karol Natasha Castanheira**, por me estender a mão no momento que eu mais precisei e ter sido tão iluminada em suas palavras;

Aos professores do curso de Pós-Graduação em Sustentabilidade Socioeconômica Ambiental da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), minha gratidão pelos ensinamentos, que não somente mudaram minhas concepções, mas também minha forma de ver o mundo;

Às equipes de profissionais da Plataforma Web Rádio Água, Agência Nacional de Águas e Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, por me abrirem as portas para a realização desta pesquisa;

Aos meus colegas de Mestrado, meu agradecimento pela alegria da convivência que me tornou uma pessoa melhor;

Acima de tudo, gratidão à Vida, pela oportunidade.

“Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão. Mas, se dizer a palavra verdadeira, que é trabalho, que é práxis, é transformar o mundo, dizer a palavra não é privilégio de alguns homens, mas direito de todos os homens”.

Paulo Freire

RESUMO

A presente dissertação procura investigar como as práticas educomunicativas foram incorporadas no curso *Elaboração de Spots e Manuseio da Plataforma Web Rádio Água*, ministrado para os conselheiros do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, pelo Projeto Web Rádio Água, em parceria com a Agência Nacional de Águas (ANA). Como suporte metodológico, esse trabalho recorre ao estudo de caso e a técnicas de coletas de dados como observação direta, realização de entrevistas e análises documentais. O estudo busca entender como este novo campo do conhecimento que interliga a educação e a comunicação pode contribuir para o fortalecimento do processo comunicativo na gestão das águas. Para análise do curso, foram utilizadas como parâmetros as áreas de intervenção da Educomunicação, delineadas pelo Núcleo de Comunicação e Educação (NCE) da Universidade de São Paulo (USP). Uma das conclusões da pesquisa aponta para o fato que, embora o curso, objeto deste estudo, siga conceitos educomunicativos, o resultado proposto não foi alcançado em sua totalidade, por erros e limitações na sua gestão comunicativa.

Palavras-chave: Educomunicação. Web Rádio. Gestão das Águas. Comitê de Bacia.

ABSTRACT

The present dissertation seeks to investigate how educational practices were incorporated in the course "Sprinkler Development and Handling of the Web Radio Water Platform", taught to the councilors of the River Basin Committee of the Paranaíba River Water Web Project, in partnership with the Agency National Water Agency (ANA). As a methodological support, this paper uses case studies and data collection techniques such as direct observation, interviews and documentary analysis. The study seeks to understand how this new field of knowledge that interconnects education and communication can contribute to the strengthening of the communicative process in water management. For the analysis of the course, the areas of intervention of the Educommunication, outlined by the Center of Communication and Education (NCE) of the University of São Paulo (USP), were used as parameters. One of the conclusions of the research points to the fact that, although the course, object of this study, follows educational concepts, the proposed result was not reached in its totality, due to errors and limitations in its communicative management.

Keywords: Educommunication. Web radio. Water Management. Basin Committee

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Áreas de Intervenção Educomunicativas.....	40
Tabela 2 – Relatório com o número de participantes, com a descrição das datas de conclusão das atividades. Os espaços demarcados com três pontinhos correspondem que o cursista não concluiu e/ou participou desta etapa.....	55
Tabela 3 - Comparativo entre os cursos semipresenciais oferecidos ao CBHs dentro da parceria entre a ANA e FPTI.....	57
Tabela 4 – Resumo das análises dos resultados desta pesquisa com base nas áreas intervencionistas da Educomunicação	63

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Rio Paranaíba.....	06
Figura 2 – <i>Print Scren</i> da página de abertura da Plataforma WRA.....	35
Figura 3 – <i>Print Scren</i> de uma das páginas do curso na plataforma EAD do curso Elaboração de Spots e Manuseio da Plataforma Web Rádio Água.....	42
Figura 4 - Aula presencial do curso Elaboração de <i>Spots</i> e manuseio da plataforma Web Rádio Água, com gestores do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba.....	44
Figura 5 – <i>Print screen</i> da página da Plataforma Web Rádio Água onde foi disponibilizado o primeiro <i>spot</i> produzido durante o curso no CBH Paranaíba.....	46
Figura 6 – <i>Print screen</i> da página da Plataforma Web Rádio Água onde foi disponibilizado o segundo <i>spot</i> produzido durante o curso no CBH Paranaíba.....	47
Figura 7 – <i>Print screen</i> da página da Plataforma Web Rádio Água onde foi disponibilizado o segundo <i>spot</i> produzido durante o curso no CBH Paranaíba.....	48

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Relação do índice de aproveitamento e desistência do curso com base no relatório do IICA, contratado pela Agência Nacional de Águas, para avaliação dos cursos.....56

Gráfico 2 – Relação do índice de aproveitamento e desistência do curso com base no relatório do IICA, contratado pela Agência Nacional de Águas, que mostra o índice de desempenho entre os matriculados.....57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMI - Associação Midiática e Informacional
ANA - Agência Nacional de Águas
CAESB/DF - Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal
CBH - Paranaíba - Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba
CEAD - Centro de Educação a Distância e Aprendizagem com Tecnologias da Informação e Comunicação
CIFEJ – Centre Internationale du Film pour l’Enfance et la Jeunesse
CIH - Centro Internacional de Hidroinformática
CNRA - Conselho Nacional de Recursos Hídricos
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
COPASA - Companhia de Abastecimento de Minas Gerais
EAD - Educação a Distância
ER.GB - Assessoria de Energias Renováveis
FPTI - Fundação Parque Tecnológico de Itaipu
INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação
IFMG- Instituto Federal de Minas Gerais
IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
MEC - Ministério da Educação e Cultura
NCE - Núcleo de Comunicação e Educação
ONG - Organizações Não Governamentais
PHI - Programa Hidrológico Internacional
PNEA - Política Nacional de Educação Ambiental
PNRH - Política Nacional de Recursos Hídricos
PRH-Paranaíba - Plano de Recursos Hídricos e do Enquadramento dos Corpos Hídricos Superficiais da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba
ProEMI - Programa Ensino Médio Inovador
PRONEA - Programa Nacional de Educação Ambiental
SANEAGO/GO - Saneamento de Goiás S.A.
SINGREH - Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos
UFTM - Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
URL - Uniform Resource Locator
USP - Universidade de São Paulo
WEB - Word Wide Web
WRA- Web Rádio Água

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
1.1 Contexto e justificativa	1
1.2 Objetivos	2
1.3 Estrutura da dissertação	2
2. REVISÃO DA LITERATURA	4
2.1 Gestão das águas e a Política Nacional de Recursos Hídricos	4
2.1.1 O estatuir dos Comitês de Bacias Hidrográficas	5
2.2. Educomunicação: aportes teóricos e conceituais	9
2.2.1 O neologismo Educomunicação	11
2.2.2 O caminho da Educomunicação para a temática socioambiental	14
2.2.3 Freire e Kaplún sobre a relação entre Educação e Comunicação	17
2.2.4 Educomunicação na modalidade EAD	20
2.2.5 Educomunicador, mediador e tutor	22
2.2.6 A áreas de intervenção da Educomunicação	25
2.3 O ambiente digital radiofônico e o projeto Web Rádio Água	31
2.3.1 A proposta da WRA	33
3. METODOLOGIA DA PESQUISA	37
3.1 Estudo de Caso	37
3.2 Observação direta e entrevista	37
3.3 Parâmetros de análise	39
4. CONTEXTUALIZAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	42
4.1. Formato e metodologia	42
4.2 Enquadramento das áreas de intervenções educacionais	45

4.2.1 Educação para a comunicação	45
4.2.2 Pedagogia da Comunicação	49
4.2.3 Produção Midiática	50
4.2.4 Mediação Tecnológica para a educação	51
4.2.5 Gestão da Comunicação	53
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS	67
ANEXOS	75

1. INTRODUÇÃO

1.1 Contexto e justificativa

Há 20 anos, a promulgação da Lei nº 9.433 (BRASIL, 1997) instituiu no país um novo paradigma para a governança dos recursos hídricos. No recorte territorial das bacias hidrográficas, propôs-se uma gestão descentralizada, compartilhada e participativa. Para isso, a mesma lei estabeleceu a criação dos Comitês de Bacias Hidrográficas, cuja formação envolve representantes do Poder Público, dos Usuários e da Sociedade Civil. Este marco regulatório, que ficou conhecido como Lei das Águas, foi considerado um avanço ao permitir que representantes da sociedade civil fossem seus próprios defensores, e tivessem o mesmo poder de decisão dos demais atores envolvidos na gestão hídrica.

Nessa mesma década de 1990, as teorias que vislumbravam na inter-relação educação e comunicação a formação de sujeitos reflexivos, críticos e participativos conquistaram espaço na academia. Esse novo campo, que se formalizou com o neologismo Educomunicação, sistematizava suas primeiras experiências empíricas na proposta do fortalecimento comunicativo nas organizações não governamentais e na educação formal. Isto, tanto na perspectiva da interlocução, como na proposta de aprimoramento da retórica dialógica (FREIRE, 1969). Nesse processo, estavam também as práticas pedagógicas/comunicativas ligadas à formação crítica dos indivíduos, frente ao poder manipulativo da mídia de massa. A proposta era despertar nos sujeitos a reflexão para novas representações sobre si e sobre o mundo com base em suas próprias experiências.

Essa breve narrativa permite interligar no espaço-temporal a promulgação da Lei das Águas com a consolidação do conceito da Educomunicação. Em esperas diferentes, elas traçam caminhos comuns na proposta da prática da cidadania ativa.

Nessa pesquisa, esses pertencimentos históricos se reencontram no estudo da Educomunicação em seu processo de transferir o protagonismo do agir comunicativo dos sistemas impessoais aos sujeitos sociais (SOARES, 2014), no empoderamento comunicativo dos atores para o fortalecimento do poder dialógico na gestão das águas.

O curso *Elaboração de Spots e Manuseio da Plataforma Web Rádio Água* foi o objeto de estudo, na proposta de investigar de que maneira a Educomunicação foi incorporada nesse curso de

capacitação, aplicado no Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba (CBH-Paranaíba), por meio de uma parceria entre a Fundação Parque Tecnológico de Itaipu (FPTI) e a Agência Nacional de Águas (ANA).

1.2 Objetivos

O objetivo geral desta pesquisa foi verificar como a Educomunicação foi implementada no curso *Elaboração de Spots e Manuseio da Plataforma Web Rádio Água* e se essa implementação estava em consonância com as áreas de intervenções educacionais, levando-se em consideração que o próprio curso se intitula, por meio do Manual WRA, como uma prática educacional.

Seguindo esta proposta de investigação, a pesquisa trabalhou com objetivos específicos:

- 1) Analisar o conteúdo do curso disponível no Manual Web Rádio Água no sentido de diagnosticar em quais áreas de intervenção educacional ele transitou;
- 2) Conhecer como os participantes aplicaram as práticas educacionais na elaboração do produto midiático proposto no curso (*spot*);
- 3) Analisar o processo de gestão do curso na modalidade de educação a distância dentro das diretrizes que fundamentam a Educomunicação.

1.3 Estrutura da dissertação

Este trabalho está dividido em três capítulos sem incluir essa **Introdução** e as **Considerações Finais**. No capítulo 1 – apresenta-se a **Revisão da Literatura**, que foi dividida em três tópicos. O primeiro, intitulado **Gestão das Águas e a Política Nacional de Recursos Hídricos**, relata os aspectos históricos e normativos da Lei das Águas, especificando o estatuir dos comitês de bacias, com maior enfoque na criação do CBH-Paranaíba. No tópico 2, **Educomunicação: aportes teóricos e conceituais**, contextualiza-se o referencial teórico da pesquisa, pela abordagem epistemológica da Educomunicação, com uma revisão histórica/cronológica da inter-relação educação e comunicação. Essa narrativa começa com a experiência pedagógica de Freinet (1920) até a ressemantização do

conceito Educomunicação, referendado na pesquisa desenvolvida pelo Núcleo de Comunicação e Educação (NCE) da Universidade de São Paulo (USP), no final da década de noventa (1997-1998). A contextualização da interface educação e comunicação é pautada nos pensamentos de Paulo Freire (1979) e Mário Kaplún (1985) e na sistematização teórica do neologismo Educomunicação, por Ismar de Oliveira Soares (1996, 1999, 2002, 2006). Aborda também as áreas de intervenção das práticas educacionais, que foram os parâmetros de análise dessa pesquisa. No último tópico - **O ambiente digital radiofônico e o projeto Web Rádio Água** - descreve-se a proposta da Plataforma Web Rádio Água, sua concepção e objetivos.

No capítulo 2 – **Caminhos Metodológicos da Pesquisa**, o Estudo de Caso foi apresentado como o método científico que norteou este trabalho, na busca de responder às perguntas ‘como’ e ‘de que forma’. Foram abordados os parâmetros para interpretação dos dados e seus efeitos de sentido no curso Elaboração de *Spots* e Manuseio da Plataforma Web Rádio Água. Discorreu-se também sobre a participação da pesquisadora no momento *on-line* do curso e a aplicação das entrevistas semiestruturadas para melhor compreensão dos fatos.

No capítulo 3 – **Contextualização e Análise dos Resultados** – foram abordados o formato e o método pedagógico do curso e apresentados os dados coletados. Em seguida, discutiu-se os resultados alcançados na análise da construção e aplicação do curso no Comitê de Bacia do Rio Paranaíba, na sua concepção educacional. Por fim, as **Considerações finais** contemporizaram as temáticas problematizadas nos objetivos da pesquisa.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Gestão das águas e a Política Nacional de Recursos Hídricos

A Lei nº 9.433/97, conhecida como Lei das Águas, que acaba de completar 20 anos, criou um novo paradigma para gestão dos recursos hídricos no Brasil, com a garantia da participação da sociedade civil e dos usuários em um modelo de governança compartilhada e democrática. Os usuários representam organizações, cuja atuação esteja envolvida diretamente com o uso das águas para fins econômicos. Compreendem-se como membros das organizações civis, os atores dos diferentes segmentos sociais, interessados na concepção coletiva, de participar das decisões que se relacionam aos aspectos do cuidar das águas. A estes dois segmentos soma-se a representatividade do Poder Público.

Até a instituição legal desse novo modelo de gestão hídrica, várias ações contribuíram para a construção deste marco regulatório. A começar pelos movimentos sociais das décadas de 1960 e 1970, que se espalharam pelos países latino-americanos, em contraposição à forma de Governo vigente. Liderados pela sociedade civil organizada nas mais diversas representações e representatividades, esses movimentos lutavam pelo reconhecimento dos direitos de cidadania e de participação na elaboração das políticas públicas.

Nesse período houve uma participação efetiva de cidadãos e cidadãs, na busca por direitos e por políticas que os afetam diretamente. E foi a própria Constituição Federal de 1988 que [...] abriu espaço, por meio de legislação específica, para práticas participativas nas áreas de políticas públicas em particular na saúde, na assistência social, nas políticas urbanas e no meio ambiente (AVRITZER, 2009, p. 29-30).

A promulgação da Constituição Federal no ano de 1988 colaborou também neste sentido, ao mudar o atributo de particular para pública das águas de todo territorial nacional, para qualquer tipo de atividade. Também encontrou respaldo nas conferências internacionais voltadas para as questões ambientais, que levantaram o debate sobre o direito dos cidadãos e das cidadãs de intervirem nas decisões sobre o meio ambiente.

A Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), prevista na Lei das Águas, sistematizou este novo modelo de governança hídrica, pautada em ações descentralizadas, colegiadas, integradas e participativas. Nesse formato, os representantes dos usuários e da sociedade civil conquistaram, além do direito de participação, a função deliberativa, ou seja, o poder de definir regras, estabelecer formas

para a sua aplicação, acompanhar o desenvolvimento dos processos e ainda intermediar acordos em casos de conflitos.

A Lei das Águas substituiu práticas profundamente arraigadas de planejamento tecnocrático e autoritário, dando o poder para as instituições descentralizadas de bacia, o que demanda um processo de negociação entre os diversos agentes públicos, usuários e sociedade civil organizada (JACOBI, 2010, p. 73).

A adoção da bacia hidrográfica como recorte territorial também foi considerada um avanço “por estender as barreiras políticas e tradicionais (municípios, estados e países) para uma unidade física de gerenciamento, planejamento econômico e social” (TUNDISI, 2013, p.230). De acordo com o autor (2013), esta abordagem por bacias hidrográficas - que é uma unidade física com fronteiras delimitadas que se estende por várias escalas espaciais - traz vantagens significativas, entre elas: a oportunidade de parcerias para a resolução de conflitos e maior estímulo para o envolvimento da população no processo de gestão. Além de favorecer os espaços para educação ambiental e sanitária, contribui também para a integração institucional necessária para o gerenciamento do desenvolvimento sustentável.

Por meio do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) foram instituídas as diretrizes para criação dos comitês de bacias hidrográficas (também chamado de parlamento das águas), que foram definidos como um órgão colegiado que emite pareceres, estabelece resoluções e toma decisões sobre a temática hídrica (ANA, 2013, *ON-LINE*).

2.2 O estatuir dos Comitês de Bacias Hidrográficas

As primeiras discussões para formação de um Comitê de Bacia Hidrográfica aconteceram na cidade de Araguari (MG), em fevereiro de 1997, logo após a promulgação da Lei das Águas. Esses debates ocorriam nos formatos de seminários, reuniões e audiências. Em 24 de maio de 2002, durante a 7ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, foi instituído o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba (ANA, 2013). Mas somente seis anos depois – em 18 de setembro de 2008, o CBH-Paranaíba iniciou as atividades, com inauguração da sua sede na cidade de Itumbiara-GO (DECRETO Nº 09/2008).

A extensão de atuação do CBH-Paranaíba compreende toda bacia hidrográfica do rio de mesmo nome, que nasce na Serra do Mato da Corda e percorre cerca de 1.160 km até a sua foz, no encontro com o rio Grande, em Minas Gerais. Este território abrange 197 municípios, que juntos somam uma

população aproximada de 9 milhões de habitantes. É a maior unidade hidrográfica do Rio Paraná, com 25,4% de sua área, incorporando parte dos estados de Goiás (65%), Minas Gerais (30%), Distrito Federal (3%) e do Mato Grosso do Sul (2%).

Figura 1 – Rio Paranaíba



Fonte: Plano de Comunicação CBH Paranaíba/Crédito: Simone Neves.

A utilização das águas do Paranaíba tem finalidades difusas: geração de energia elétrica (70% da energia consumida em Minas Gerais), abastecimento público por empresas como a COPASA (Companhia de Abastecimento de Minas Gerais), a CAESB/DF (Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal) e a SANEAGO/GO (Saneamento de Goiás S.A.), bem como para atender indústrias, turismo, lazer e irrigação. A área da bacia é 70% ocupada pela agricultura, com uma alta demanda de irrigação (ANA, 2017, *ON-LINE*).

As composições representativas dos CBHs podem ser definidas no âmbito interno dos comitês, seguindo os percentuais estipulados pela Resolução N° 5/2000 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRA), que determina no mínimo 20% de representantes da Sociedade Civil, no máximo

40% do Poder Público e no máximo 40% dos usuários. O CBH-Paranaíba é formado por 40% de representantes dos usuários, 31% de representantes do poder público e 29% de representantes da sociedade civil. Na atual Diretoria Executiva (2015/2017), o presidente e o primeiro-secretário são de organizações governamentais, o vice-presidente é membro representativo dos usuários e o secretário-adjunto representa a sociedade civil.

Atualmente, o grande desafio do CBH Paranaíba é a implantação do Plano de Recursos Hídricos e do Enquadramento dos Corpos Hídricos Superficiais (PRH-Paranaíba), que norteará o gerenciamento da água e a implementação de políticas voltadas para os recursos hídricos da bacia para os próximos 20 anos.

2.3 Do aspecto legal aos parâmetros reais

O Brasil conta atualmente com mais de 200 comitês de bacias hidrográficas, em diferentes etapas de implantação, de acordo com a Agência Nacional de Águas (ANA, 2017). Esses números fundamentam de forma quantitativa, que os comitês de bacias estão se estabelecendo no país. No entanto, não validam que este modelo de gestão esteja funcionando na prática, conforme previsto nos parâmetros legais.

Estudiosos sobre esta temática apontam que nos processos de consolidação, os CBHs se esbarram no confronto de interesses sobre os múltiplos usos da água nos aspectos sociais, econômicos, culturais, históricos e políticos. E que estes fatores comprometem a proposta da gestão compartilhada, participativa e democrática. Taddei (2011) em seu artigo *Watered-Dow Democratization: odernizations Versus Social Participation in Water Management in Northeast Brazil*¹, problematiza essa questão:

Ao contrário de empoderar os atores não governamentais, os comitês de bacias estão na verdade, reproduzindo as relações desiguais de poder verificadas no seio das comunidades locais e servindo para a centralização nas mãos do Estado da gestão dos recursos hídricos [...] (TADDEI, 2011, p.112).

Taddei (2011) respalda suas considerações ao afirmar que o discurso técnico prevalece nas reuniões, dificultando e desestimulando a participação dos representantes da sociedade civil, que não estão familiarizados com este tipo de linguagem. Cleaver (1999) complementa este argumento ao

1 Democratização diluída: modernização versus participação social na gestão da Água no Nordeste do Brasil (TADDEI,2011, tradução própria)

considerar que a simples inclusão dos atores sociais nas mesas de decisões não significa necessariamente o seu empoderamento e nem a construção de uma gestão democrática. O que também é defendido por Jacobi:

A criação de condições para uma nova proposta de sociabilidade deve ser apoiada em processos educativos orientados para deliberação pública [...] Não basta assegurar legalmente à população o direito de participar da gestão ambiental, estabelecendo seus conselhos, audiências públicas, fóruns, procedimentos e práticas (JACOBI, 2006, p.221).

Para Jacobi (2006), o grande problema é que a capacidade de negociação e de estabelecer pactos se balizam pelos limites da prevalência do componente técnico como referencial de controle do processo. Por mais claras e emancipadoras que pareçam ser as determinações norteadoras de um fórum de discussão, quando existe predomínio técnico e/ou expressivo de determinados setores representativos, compromete-se o seu caráter participativo. A decisão eficaz depende da ausência da desigualdade argumentativa.

Dentre as possibilidades em pensar o fortalecimento comunicativo dos diversos atores que compõem a gestão das águas, esta pesquisa optou em percorrer o caminho da Educomunicação. Um campo ainda recente, comparado a tantas outras abordagens teórico-metodológicas da comunicação e de outras áreas, no entanto, atual e pertinente por ajudar a dirimir as assimetrias da retórica entre os atores envolvidos em um processo de tomada de decisões.

As áreas de intervenção educacionais definidas em uma pesquisa organizada pelo Núcleo de Comunicação e Educação (NCE) da Universidade de São Paulo (USP) identificam um novo modelo comunicativo a ser trabalhado, rompendo com a perspectiva tradicional de emissor, mensagem e receptor, e oferece mecanismos de empoderamento para que a comunicação seja dialógica, sem papéis prévios definidos ou hierarquias na troca comunicativa. Ao trazer essa concepção para a gestão da água é possível pensar que a partir do desenvolvimento da capacidade cognitiva e criativa dos membros que estão à frente dos órgãos deliberativos, eles terão condições paritárias de argumentação.

No tópico a seguir, será abordado sobre este novo campo que interliga a educação e a comunicação em seus conceitos históricos, teóricos e epistemológicos. É com base nesta revisão da literatura, que será fundamentada a análise do curso *Elaboração de Spots* e *Manuseio da Plataforma Web Rádio Água*, que se intitula como uma ação educacional, na proposta de fortalecer o poder comunicativo dos comitês de bacias hidrográficas.

2.4 Educomunicação: aportes teóricos e conceituais

O ato de ensinar sempre foi um processo comunicativo. Mas por muito tempo a educação e a comunicação tiveram delimitações com funções singularizadas e sem conexões.

A história nos ensina, na verdade, que tanto a educação quanto a comunicação, ao serem instituídas pela racionalidade moderna tiveram seus campos de atuação demarcados, no contexto do imaginário social, como espaços independentes, aparentemente neutros, cumprindo funções específicas: a educação administrando a transmissão do saber necessário ao desenvolvimento social e a comunicação responsabilizando-se pela difusão das informações, pelo lazer popular e pela manutenção do sistema produtivo através da publicidade (SOARES, 2000, p.13).

As primeiras iniciativas de pensar e trabalhar a educação e comunicação em conjunto têm a sua construção histórica na América Latina. Mas foi na Europa, na década de 1920, com a revolução pedagógica proposta pelo educador Celestin Freinet² que elas se encontraram na escola de forma mais sistematizada. Freinet, que defendia uma educação que não ignorasse o ponto de vista do aluno, utilizou em sala de aula o jornal e o livro diário como métodos didáticos.

Na década de 1960, a análise cinematográfica, incluindo a produção audiovisual, foi um dos primeiros caminhos que delineariam no futuro o termo Educomunicação. O pedagogo Luis Campos Martínez - professor equatoriano que utilizou o cinema como ferramenta pedagógica - elaborou o PLAN-DENI, denominado *Plan de Niños*, com o propósito de capacitar os educadores para utilização do cinema como método pedagógico. A ideia foi encampada no ano de 1969, pela Organização Católica Internacional de Cinema, que a disseminou para outros países, entre eles, Uruguai, Paraguai e República Dominicana. O PLAN-DENI é revelado como o mais precursor exemplo da prática educacional, no continente latino-americano (RAMOS, 2001).

O Brasil também fez parte do *rol* de países que receberam o PLAN-DENI. No ano de 1970, no Rio de Janeiro, o Cineduc - Cinema e Educação³ assumiu o projeto com a principal missão de “promover a reflexão sobre as linguagens audiovisuais com o público infanto-juvenil e educadores, formais e informais, a fim de contribuir no processo educativo transformador, através do

2 Freinet se inscreve, historicamente, entre os educadores identificados com a corrente da Escola Nova, que, nas primeiras décadas do século XX, insurgiram contra o ensino tradicionalista, centrado no professor e na cultura enciclopédica, propondo em seu lugar uma educação ativa em torno do aluno. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/formacao/mestre-trabalho-bom-senso-423309.shtml>>, acessado em 10 de setembro de 2015.

3 História, Missão e projetos desenvolvidos pelo CINEDUC estão descritos no site <<http://www.cineduc.org.br/>> Acessado em 23 de outubro de 2015.

desenvolvimento da consciência crítica e da expressão criativa” (CINEDUC, 2015). Em plena atividade, o Cineduc representa no Brasil o *Centre International du Film pour l’Enfance et la Jeunesse* - CIFEJ, órgão da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) com sede em Montreal (Canadá).

Nesse mesmo período (1960-1970), Paulo Freire já defendia princípios que fundamentariam a Educomunicação, ao considerar a comunicação na perspectiva dialógica como a principal ferramenta para a construção de um processo de mão dupla que iria desconstruir a relação emissor/receptor. Seguindo uma linha de pensamento semelhante a de Freire, o argentino Mário Kaplún defendia e desenvolvia ações propondo uma educação mais participativa, em que o educando tivesse voz no processo ensino/aprendizagem. Comunicador com experiência nas áreas de televisão e rádio, Kaplún criou o projeto “Leitura Crítica dos Meios” (RAMOS, 2001), no qual desenvolvia um trabalho de motivação à leitura crítica dos conteúdos divulgados pelos meios de comunicação. Esse desenvolvimento supõe a geração de vias horizontais de interlocução (KAPLÚN, 1996).

Durante a sua estada na Venezuela, Kaplún consolida um método que lhe permitiu começar cursos regulares e orgânicos de atividade "leitura crítica", cujos objetivos não eram somente de formar espectadores críticos, mas também multiplicar e desenvolver a capacidade de auto-crítica como o autor sempre destacava - todos nós podemos ser emissores e receptores das mensagens (RAMOS, 2001, p.16, tradução própria)⁴.

O projeto de Kaplún era uma estratégia de potencializar a integração política e social dos moradores das comunidades camponesas que residiam distantes uma das outras e transformá-los em atores críticos com relação à manipulação midiática e prepará-los para desenvolver ações comunicativas. Para colocar em prática seu projeto, Kaplún criou o Cassete-Foro⁵, que foi rebatizado na Venezuela de ‘Foruco: nos forma, nos une e nos comunica’(LIMA, 2009, p.36).

Também na década 1970, a UNESCO voltou a sua atenção para o estudo da relação entre educação e comunicação, com o lançamento do documento ‘A educação em matéria de comunicação’.

⁴ Durante su permanencia en Venezuela, Kaplún consolida un método que le permitió iniciar una actividad regular y orgánica de cursos de «lectura crítica», cuyos objetivos fueron, no sólo formar espectadores críticos, sino también multiplicarlos y desarrollar la capacidad autocrítica ya que –subrayaba– todos somos emisores y retransmisores de mensajes (RAMOS, 2001, p.16).

⁵ O método do Cassete-Foro (CF) é um “(...) sistema de comunicação para a promoção comunitária e a educação de adultos, colocado a serviço de organizações populares – rurais e urbanas – centrais cooperativas, centros de educação popular, programas de educação à distância, etc.” (KAPLÚN, 1988, p. 9 *apud* BONA, 2007, p.176).

Nove anos depois, mais precisamente em dezembro de 1979, a UNESCO realizou no México um encontro entre ministros de Educação e de Planejamento dos países da América Latina e Caribe. Nesse evento, o tema central em discussão foi “os problemas da educação no contexto do desenvolvimento”, que culminou na elaboração do documento “Projeto Principal de Educação na América Latina e Caribe” (SOARES, 2011, p. 175-181). Atendendo a uma nova convocação da UNESCO, os ministros de Educação voltam a se reunir em abril de 1981, em Quito (Equador), onde se discutiu o uso dos meios de comunicação pelas escolas e a criação de atividades que despertassem nos alunos uma visão crítica das mensagens massivas (GUTIERREZ, 1984).

Na literatura, a publicação do livro “Leitura dos Meios de Comunicação”, em 1993, pelo professor espanhol José Manuel Moran, naturalizado brasileiro, também pode ser considerado um marco na história da Educomunicação. Produto de sua tese de doutorado, Moran chamou a atenção ao afirmar que os meios de comunicação estavam mais próximos do novo cidadão-aluno (denominação criada por ele) e eram mais encantadores do que a escola. Embora não tenha utilizado o conceito Educomunicação, o escritor defende que os aparatos da comunicação podem ser uma ferramenta dentro da escola, pela diversidade da linguagem interligada a imagens e sons.

(...) numa sociedade predominantemente urbana onde o ritmo acelerado da vida acontece em todas as situações, os meios se aproximam muito mais deste novo cidadão-aluno do que a escola, ainda muito devagar, fragmentada e autoritária. Os meios integram linguagens, assuntos, realidade e imaginário, som-imagem, palavra, música e texto (MORAN, 1993, p.10).

2.4.1 O neologismo Educomunicação

A criação no ano de 1996 do Núcleo de Comunicação e Educação (NCE) no espaço da Universidade de São Paulo (USP), que reuniu um grupo de professores de várias universidades brasileiras interessado em pesquisar sobre a inter-relação comunicação e educação, abriu espaço para o debate sobre o campo da Educomunicação na academia. A primeira ação do NCE/USP foi “uma pesquisa junto a especialistas de 12 países da América Latina e da Península Ibérica para saber o que pensavam os coordenadores de projetos na área e qual o perfil dos profissionais que trabalhavam nesta inter-relação” (NCE, *on-line*). A frente deste trabalho estava o professor Ismar de Oliveira Soares. A codificação do resultado desta pesquisa, conforme descrito no site do próprio núcleo, culminou na definição da Educomunicação, como sendo:

O espaço em que membros da sociedade se encontram para implementar ecossistemas comunicativos democráticos, abertos e participativos, impregnados da intencionalidade educativa e voltados para a implementação dos direitos humanos, especialmente o direito à comunicação (NCA, *on-line*).

Com base nos dados dessa pesquisa, foi publicada no ano de 1999 pela Escola de Comunicação e Artes (ECA/USP), uma súmula descrevendo o perfil do Educomunicador e os preceitos epistemológicos do campo da Educomunicação (MESSIAS, 2011, p. 52). No mesmo ano, no Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), realizado no Rio de Janeiro, os pesquisadores Ismar de Oliveira Soares e Eliany Salvatierra Machado inauguraram o emprego formal do conceito científico da Educomunicação (MESSIAS, 2011, p. 61).

Pouco tempo depois, Soares (2012) “ressementizou” o termo Educomunicação para designar um campo emergente de intervenção social na interface comunicação/educação. Em um de seus artigos, ‘Mas afinal o que é Educomunicação?’, Soares (2009) divide a Educomunicação em três subcampos: 1 - integrar às práticas educativas e o estudo sistemático dos sistemas de comunicação; 2 - criar e fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos; 3 - melhorar o coeficiente expressivo e comunicativo das ações educativas. Somatizando essas propostas, Soares compôs um conceito mais amplo do que seria a Educomunicação:

[...] em principio parece mera junção de comunicação e educação, na realidade, não apenas une as áreas, mas destaca de modo significativo um terceiro termo, a ação. É sobre ele que continua a recair a tônica quando a palavra é pronunciada, dando-lhe assim, ao que parece, um significado particularmente importante. Educação e/ou comunicação –assim como na Educomunicação - são formas de conhecimentos, áreas do saber ou campo de construções que têm na ação seu elemento inaugural (SOARES, 2006, *ON-LINE*).

Grácia Lopes Lima (2009) propôs um novo olhar sobre a Educomunicação, em sua tese de doutorado, na linha de pesquisa da educação. Para ela, a educação é a fonte do processo e a Comunicação é o meio.

Entre as palavras - Educação e Comunicação, a que indica o rumo da Educomunicação, do nosso ponto de vista é a Educação. A comunicação, por consequência, é o instrumento através do qual, ela se materializa e tornam visíveis as suas intenções. Daí considerarmos que, nas atividades de produção coletiva de comunicação, Educomunicação é sinônimo de Educação pelos Meios de Comunicação (LIMA, 2009, p. 59).

Na esfera governamental, a Prefeitura de São Paulo deu o primeiro passo para inserção da Educomunicação nas escolas da rede pública. A implantação, que teve início no ano de 2001, ficou sob a responsabilidade do Núcleo de Comunicação e Educação da USP, abrangendo 455 escolas de ensino fundamental da capital. O foco principal foi de coibir a violência nos estabelecimentos públicos de ensino, com a implantação do projeto ‘Educação pelas Ondas do Rádio - Educom.rádio’. Os resultados foram positivos e a iniciativa transformou-se em Lei Municipal⁶, integrando as práticas educacionais ao currículo escolar (SOARES, 2011, p.16 e 23).

Um ano depois, foi criado o Projeto Educom.TV - primeiro curso *on-line* da USP, destinado à formação de mais de dois mil professores do estado de São Paulo, para o emprego da linguagem audiovisual na escola, sob a perspectiva educacional. Ao mesmo tempo, o modelo Educom.rádio foi expandido para 80 escolas de Goiás e Mato Grosso do Sul, por meio de uma parceria entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e o NCE/USP.

No ano de 2005, o Ministério da Educação e a Secretaria de Ensino a Distância instituíram uma parceria para criação do Programa de Formação Continuada Mídias na Educação. A proposta do projeto, que reuniu 33 universidades públicas de todos os estados, foi capacitar os educadores para a utilização das linguagens de comunicação mais adequadas aos processos de ensino e aprendizagem, para o “uso pedagógico das diferentes tecnologias da informação e da comunicação – TV e vídeo, informática, rádio e impresso” (MEC, 2015).

Em âmbito federal, a Educomunicação foi legitimada no ano de 2011, no Mais Educação⁷. Nesse programa abriu-se a possibilidade da ampliação de espaços para trabalhar a Educomunicação na educação formal (PRÓSPERO, 2013, p. 23). Para a implantação do ‘Mais Educação’, foram sugeridos dez “macrocampos” que poderiam ser oferecidos pelas escolas urbanas de ensino médio de tempo integral, a saber: 1) acompanhamento pedagógico; 2) meio ambiente; 3) esporte e lazer; 4) direitos humanos; 5) cultura e artes; 6) cultura digital; 7) prevenção e promoção da saúde; 8) **Educomunicação** (grifo da autora); 9) educação científica e 10) educação econômica (BRASIL, 2011). Como oitavo macrocampo, a prática da Educomunicação incluía: Jornal escolar, Rádio escolar, História em

6 Lei 13.941, de 12/2004 - Prefeitura de São Paulo, disponível em <http://www.radarmunicipal.com.br/legislacao/lei-13941>, acessado em 8 de outubro de 2015.

7 Instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2011 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, disponível em http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/mais_educacao.pdf, acessado em 8 de outubro de 2015.

quadrinhos, Fotografia e Vídeo (BRASIL, 2009). No ano de 2010, os macrocampos foram redefinidos e a Educomunicação passou a ter a denominação de Educação e Uso de Mídias.

A partir daí, a Educomunicação passou a integrar também o Programa Ensino Médio Inovador - (ProEMI)⁸, como estratégia do Governo Federal para induzir a reestruturação dos currículos do Ensino Médio. Em 2011, a UNESCO lançou o documento “*Media and information literacy: curriculum for teachers*”, com a proposta de oferecer conteúdo e metodologia para facilitar o processo de alfabetização midiática. No ano de 2013, esse manual foi traduzido para o português pela representação da UNESCO, no Brasil, em parceria com o Centro de Educação a Distância e Aprendizagem com Tecnologias da informação e Comunicação (CEAD) da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), com o título: “Alfabetização midiática e informacional. Currículo para formação de professores”.

Ao fomentar técnicas para a relação educação e comunicação, esse documento contextualizou as propostas da Educomunicação em dois aspectos. A princípio, pela visão sistêmica dos meios de comunicação na sua tendência de convergência. O segundo ponto está na asserção da UNESCO de apresentar diretrizes aos professores para utilização das novas tecnologias de informação e comunicação, incorporando-as nas disciplinas da educação formal.

O Currículo de AMI (Associação Midiática e Informacional) provê aos professores as competências para que eles engajem-se junto às mídias e às plataformas de informação, para que possam comunicar-se de maneira significativa e alcançar a auto expressão. Isso envolve o conhecimento de ética nas mídias e infoética com base nos padrões internacionais, incluindo o campo das competências interculturais (WILSON, 2013, p. 28).

Essas linhas apresentadas pela UNESCO são fundamentadas nas instruções descritas na Declaração de Grünwald, (1982) e na Declaração de Alexandria (2005), que reforçam os direitos de liberdade de expressão e de transmitir e receber informações em qualquer meio. Resumidamente, o manual propõe três eixos de ações: 1) o conhecimento e a compreensão das mídias e da informação para os discursos democráticos e para a participação social; 2) a avaliação dos textos de mídia e das fontes de informação; 3) a produção e o uso das mídias e da informação (ITO, 2013, s/n).

8 Instituído pela Portaria nº 971 de 9 de outubro de 2009, disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1653-port-971-1&Itemid=30192, acessado em 23 de outubro de 2015.

2.4.2 O caminho da Educomunicação para a temática socioambiental

Como um novo campo do conhecimento, não demorou muito para que a Educomunicação e a Educação Ambiental se cruzassem na busca de uma nova forma de pensar a relação ser humano e meio ambiente. Essa aproximação foi favorecida pelo documento “Quatro Pilares da Educação”, também proposto pela UNESCO no ano de 1996, no Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. O **aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser** (UNESCO, 1996, grifo da autora) se identificaram com a proposta educacional de reconstruir a cidadania pelo exercício do direito de todos à comunicação, não somente como receptores, mas protagonistas do fazer e emitir a comunicação de forma coletiva e compartilhada.

A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) estabelecida na Lei 6.938/81⁹ referendou este pensamento ao propor “a formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico” (BRASIL, 1981). Dessa política, nasceu no ano de 1994, o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA) para atender aos compromissos internacionais firmados durante a Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente¹⁰ (CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO; 1977) e a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (RIO 92 – 1992)¹¹. Nesse programa, a comunicação foi abordada de forma a subsidiar os profissionais da área, bem como artistas e escritores, com informações ambientais para que eles “contribuíssem na formação da consciência ambiental da sociedade” (PRONEA, 1997).

Mas foi no aperfeiçoamento do PRONEA, feito por meio de uma consulta pública que contou com a participação de mais 800 educadores ambientais de 22 estados brasileiros, que a “Comunicação para Educação Ambiental” passa a ser uma das linhas de ação do programa. E com uma nova reformulação em 2008, o termo ‘Educomunicação Sociambiental’ foi citado pela primeira vez (BRASIL, 2008). No novo documento, propôs-se a abordagem da educação ambiental de forma transversal e participativa “dentro de uma dimensão pedagógica dos processos comunicativos associados à questão ambiental” (COSTA, 1998, p. 3).

⁹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm, acessado em 24 de janeiro de 2017.

¹⁰ Esta conferência, que aconteceu na Suécia, em Estocolmo, foi a primeira atitude mundial focada na preservação do meio ambiente em âmbito internacional.

¹¹ Nesta conferência, que ficou conhecida como Rio-92, Eco-92 ou Cúpula da Terra —, que aconteceu 20 anos depois da primeira conferência do tipo em Estocolmo, Suécia, os países reconheceram o conceito de desenvolvimento sustentável e começaram a moldar ações com o objetivo de proteger o meio ambiente.

Ao estabelecer a Educomunicação Socioambiental como uma política pública, o PRONEA a definiu como “um conjunto de ações e valores que correspondem à dimensão pedagógica dos processos comunicativos ambientais, marcados pelo dialogismo, pela participação e pelo trabalho coletivo” (BRASI, 2008). A denominação ‘socioambiental’ veio do entendimento de que as questões ambientais e sociais ao serem pensadas na perspectiva da educação e comunicação são inerentes. A partir daí, a Educomunicação passa a ser “uma ferramenta para o enfrentamento do desafio de construir uma sociedade brasileira educada e educando ambientalmente para a sustentabilidade” (TRABJER, SORRENTINO 2008, p.156).

Este conceito ganha ainda mais legitimidade com a publicação da Resolução 422¹² de 23 de março de 2010, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que normatiza o conceito da Educomunicação, no viés ambiental, como um “campo de intervenção social que visa promover o acesso democrático dos cidadãos à produção e à difusão da informação, envolvendo a ação comunicativa no espaço educativo formal ou não-formal” (BRASIL, 2010). Em seu artigo 2º, a Educomunicação é citada como o caminho para “a construção, a gestão e a difusão do conhecimento a partir das experiências da realidade socioambiental de cada local” (BRASIL, 2010).

Todos esses marcos regulatórios reconhecem a Educomunicação como um campo a ser trabalhado para a transformação da relação da sociedade com o meio ambiente, na consciência do cuidado e do pertencimento ao seu território. Para Trabjer (2005, p.151), “a Educação Ambiental tem legitimidade para atuar no campo da Educomunicação, não só na convergência entre comunicação e educação, mas também na interdisciplinaridade e transdisciplinaridade”. O que se propõe com a Educomunicação Sociambiental é trabalhar ações que promovam a participação democrática e a interação, por meio da construção coletiva nas diversas formas de produção comunicativa, “estimulando a discussão crítica e formando cidadãos participativos e comprometidos com o processo de construção de uma sociedade mais sustentável” (MARTIRANI, 2009, p. 13).

Nessa concepção, conforme Trabjer, a Educomunicação inter-relaciona a cultura e o meio ambiente:

Trata-se de como utilizar a comunicação para ampliar os complexos diálogos que a educação ambiental promove e se envolve, tecendo laços entre as relações seres humanos/seres humanos e seres humanos/ambiente natural ou construído; considerando as relações sociais, a valorização das emoções, a compreensão científica

¹² Disponível em <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=622>. Acessado em 27 de setembro de 2016.

e política da complexidade ambiental, incentivando saberes ambientais e fortalecendo a potência de ação nos diversos atores e grupos sociais que trabalham na perspectiva da criação de um futuro sustentável. E comunicando tudo isso para educar, em um processo continuado de intervenção com a sociedade (TRABJER, 2005, p.154).

Para a autora, as ações que integram a comunicação e a educação ambiental devem colaborar acima de tudo “para que os educadores e os educandos se apropriem conceitual e praticamente dos recursos da comunicação, de modo que se transformem em produtores de cultura utilizando as novas linguagens e meios” (TRABJER, 2005, p. 157).

2.4.3 Freire e Kaplún sobre a relação entre Educação e Comunicação

A ação que permeia a palavra Educomunicação (SOARES, 2006) está no processo de transformação dos sujeitos pelo empoderamento comunicativo, em suas concepções de interlocução, argumentação, expressão, conciliação e tomadas de decisão. Essa pesquisa segue as linhas de Paulo Freire e Mário Kaplún, que vislumbravam na junção educação e comunicação, a possibilidade de promover nas massas a consciência crítica que leva à transformação (LIMA, 2009, p. 39).

Para Freire (2003), o que os meios de comunicação de massa fazem é comunicado, é transferência de dados, de forma ideológica e antidialógica e em nada contribuem para a emancipação dos sujeitos. Pelo contrário, favorecem a opressão, a manipulação e a perda da identidade cultural. No pensamento freiriano, o ser só se torna humano quando se comunica, e essa comunicação, que é um direito, é efetiva a partir do momento que os sujeitos protagonizam os processos comunicativos. Ou seja, quando abandonam a posição de receptores de informações e se apropriam dos meios como produtores, emissores e fiscalizadores. Em seu livro ‘Extensão ou Comunicação?’, Freire (1983) fez uma análise semiótica para explicar as consequências negativas da comunicação unilateral:

Se o objeto do pensamento fosse um puro comunicado, não seria um significado significante mediador dos sujeitos. Se o sujeito “A” não pode ter no objeto o termo de seu pensamento, uma vez que este é a mediação entre ele e o sujeito “B”, em comunicação, não pode igualmente transformar o sujeito “B” em incidência depositária do conteúdo do objeto sobre o qual pensa. Se assim fosse – e quando assim é –, não haveria nem há comunicação. Simplesmente, um sujeito estaria (ou está) transformando o outro em paciente de seus comunicados. A comunicação, pelo contrário, implica numa reciprocidade que não pode ser rompida. Por isto, não é possível compreender o pensamento fora de sua dupla função: cognoscitiva e comunicativa. (...) Na comunicação não há sujeitos passivos. Os sujeitos

cointencionados ao objeto de seu pensar se comunicam seu conteúdo (FREIRE, 1983, p.67).

Kaplún (1987) reforçou essa linha de pensamento de Freire ao criticar o processo no qual um emissor produz e repassa a informação para milhares de receptores e ao defender que todo ser humano é dotado de capacidades para os papéis de emissor e receptor. Para Kaplún (2014, p.67), a cidadania se fortalece a partir do momento que o conhecimento caminha com “a observação pessoal, a confrontação e o intercâmbio, o cortejo de alternativas, o raciocínio crítico e a elaboração criativa”. Quanto mais os sujeitos forem potencializados como emissores de seus próprios saberes, mais terão domínio de si e das situações que o rodeiam.

Este processo de transformação se fundamenta no desenvolvimento da “competência comunicativa” dos sujeitos pelas “vias horizontais de interlocução” (KAPLUN, 1999, p. 74). O diferencial não está no meio escolhido, mas na forma como ele é apropriado para a construção do conhecimento. “Somente participando, envolvendo-se, pesquisando, estabelecendo perguntas e procurando respostas, questionando e questionando-se, chega-se realmente ao conhecimento” (KAPLÚN, 1998, p.179).

Freire e Kaplún se convergem também ao considerarem que é possível construir outro tipo de relação entre e com os agentes da comunicação e da educação, sem atores passivos, mas sim sujeitos dialógicos. Um modelo baseado na participação ativa e interativa. O conceito de Educomunicação, defendido pelo Núcleo de Comunicação e Educação da USP, segue este mesmo pressuposto, “que a educação só é possível, enquanto ação comunicativa” (SOARES, 2011, p.17), cujo princípio está nas práticas democráticas e participativas. Ao protagonizarem a produção e difusão da informação, os atores se familiarizam com o mundo midiático e, nesse processo, além de desenvolverem o poder expressivo, despertam para uma visão mais crítica dos meios.

A aplicação de práticas educomunicativas se revelam na sua diversidade de atuação, que vai além da educação formal, estendendo aos ambientes não-formais e informais¹³. Na abordagem deste estudo, a pesquisa concentra em um objeto de análise que incorpora a educomunicação no âmbito das

13 A educação formal requer tempo, local específico, pessoal especializado, organização de vários tipos (inclusive a curricular), sistematização sequencial das atividades, disciplinamento, regulamentos e leis, órgãos superiores etc. A educação não-formal é aquela que se aprende no mundo da vida, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianos. A educação informal desenvolve-se nos processos de socialização – na família, bairro, clube, amigos, etc., carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados (GOHN, 2006, p. 28).

ações socioeducativas. No entanto, independente do espaço onde se desenvolve, a Educomunicação trabalha com a proposta de fomentar a ação comunicativa entre e com os atores, de forma democrática, interativa, participativa e coletiva (SOARES, 2014, p.147).

Na proposta da construção coletiva comunicacional, surgem outros termos, aplicados por diversos autores, como ‘comunicação comunitária’, ‘comunicação educativa’, ‘educação comunicativa’, que seguem os princípios da Educomunicação, no fazer comunicação de forma horizontal, participativa e colaborativa, com vínculo na realidade dos atores sociais que a produzem. “Assim, estão ligados a uma causa social e a comunicação passa a ser um instrumento de participação ou de defesa de direitos, que pode ser melhor potencializada com a formação específica dos atores sociais” (PERUZZO, 2009, p. 39).

Quem participa do conjunto das atividades de um meio de comunicação, como sujeito, se desenvolve mais rapidamente enquanto pessoa e profissionalmente; aprende a olhar o mundo que a cerca de outra maneira, passa a se expressar melhor, aumenta a autoestima, e aprende também a compreender mais criticamente o funcionamento da mídia na sociedade, como suas possibilidades de manipulação e poder de influência (PERUZZO, 2008, p. 7).

Seguindo esse raciocínio, entende-se que toda ação que trabalha a comunicação de forma coletiva, participativa e democrática, que valoriza e respeita os diferentes saberes, no qual todos os atores envolvidos são emissores e receptores, aplica-se a essência da Educomunicação. Independente do produto midiático a ser produzido, o que caracteriza uma ação na perspectiva educucomunicativa é a forma como ele foi construído. Soares (2009) explica de forma clara, onde os propósitos dessas ações se encontram:

Quando se entendia que o grupo que produzia era um grupo que se autogovernava, se a gestão comunicativa era uma gestão comunitária, com base em práticas participativas, se entendia que estava existindo ali um perfil diferenciado de produção de mídia. A mesma leitura crítica passou a ser uma autoleitura crítica ou leitura da própria comunicação. Então, a Educomunicação se consolida neste contexto, quando grupos de pessoas de vários lugares da América Latina, Estados Unidos e Índia tiveram consciência de estarem articulados de forma democrática. Elas vão, com isso, consolidando um novo modo de produção, que tem referencial semelhante, metodologias semelhantes, e, por consequência, resultados semelhantes (SOARES, 2009, p. 01).

Com base na análise discutida na revisão da literatura descrita nesse tópico, é possível compreender quais são as principais fundamentações teóricas das práticas educucomunicativas e quais são as suas diretrizes norteadoras. Valendo-se da proposta dessa pesquisa de analisar o curso construído

dentro dos parâmetros educacionais, mas aplicado na modalidade semipresencial de educação a distância, é importante discorrer sobre como a Educomunicação transita no modelo EAD.

2.4.4 Educomunicação na modalidade EAD

Pensadores e pesquisadores da área divergem sobre a aplicação das diretrizes educacionais na modalidade de educação a distância. Novas pesquisas buscam fundamentações científicas para sistematizar como a Educomunicação deve ser trabalhada em EAD, sem perder a sua concepção autogestora, interativa e de construção coletiva com base em fluxos comunicacionais. Kaplún (2014, p.76), em seu artigo ‘Uma pedagogia da Comunicação’¹⁴ critica o ensino que se considera moderno pelo simples fato de “utilizar aparelhos e recursos audiovisuais; e de mais moderno ainda se for feito a distância, através da mídia”. Segundo ele, ao analisar a pedagogia destes cursos remonta-se à tradicional educação verticalizada.

As mensagens são quase sempre expositivas e fechadas sobre si mesmas, sem resquícios para a reflexão crítica nem a participação de um educando concebido como um receptor passivo, ao qual se convida a sentar-se, observar em silêncio e aprender o que é transmitido. [...] Assim o que aparentou ser um avanço, uma modernização do ensino – associada às novas tecnologias - se traduziu, avaliando em termos pedagógicos, em um estancamento e até mesmo retrocesso (KAPLÚN, 2014, p. 76).

Kaplún (2014, p.72) afirma que “educar-se é envolver-se, é participar de uma rede de múltiplas interações comunicativas” e defende que a “comunicação educativa realizada a distancia, precisa ser - pelo menos - de dimensão grupal e ser complementada com encontros presenciais [...] para suprir a carência das instâncias de participação e de fluxos comunicantes” (Ibid).

Uma educação grupal bem-entendida é aquela que aposta no grupo e em sua capacidade autogestora; que adere ao princípio holístico segundo o qual o grupo está na própria base da pedagogia de Freinet; e os frutos colhidos comprovam que ganhou a aposta. Um grupo de aprendizado é uma escola prática de cooperação e solidariedade (KAPLÚN, 2014, p. 73).

A complexidade dos cursos *on-line* concebidos nos parâmetros educacionais está na formação dos ecossistemas comunicativos – que são os espaços onde o diálogo se estabelece, onde

14 O artigo de Kaplún intitulado Uma Pedagogia da Comunicação (Una Pedagogia de la Comunicación) faz parte do monográfico da revista *Voces y Culturas*, dedicado à educação e comunicação e coordenado por Roberto Aparici, n.11-12, 1987. O texto consultado para esta dissertação foi encontrado no livro Educomunicação para além do 2.0. Informações sobre o livro encontram-se no final deste trabalho, no referencial bibliográfico. O autor faleceu em 1998.

aconteceriam, como propôs Freire (2006, p. 69) “os encontros de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados”. Para Soares (2002), a problematização está no tipo de solução que está sendo proposta para que a intercomunicação não seja comprometida. “O foco é como estão se integrando as pessoas que produzem o conteúdo, que fazem a mediação e as que recebem este conhecimento” (SOARES, 2002, p.71).

Os pesquisadores do NCA/USP desenvolveram e aplicaram um curso na modalidade semipresencial de educação a distância (como já foi descrito no tópico **2.4.1 O neologismo Educomunicação**) na perspectiva educ comunicativa, no ano de 2002. A iniciativa envolveu mais de 2.250 educadores vinculados a escolas públicas do estado de São Paulo durante um período de sete meses. O tema central foi a Linguagem Audiovisual na Escola – uma Ação Educomunicativa, ou, simplesmente, Educom.TV. O resultado do curso, analisado em artigos publicados em periódicos científicos, apresentou um indicador positivo: o baixo índice de desistência. “Do total de inscritos, 89% se mantiveram até o final do curso. Pela literatura existente, a média internacional de fidelidade e permanência para cursos via internet com essa duração é de, no máximo, 30% dos inscritos” (SOARES, 2002, p.58).

Soares (2002), como Kaplún (2014), defende que a formação dos fluxos comunicativos é favorecida durante os encontros presenciais, ao descrever sobre a experiência do curso Educom.TV:

Todos os 2.240 cursistas tiveram a oportunidade de participar de um momento presencial quando puderam dialogar com colegas, os representantes da Secretaria de Educação e a equipe do NCE-ECA-USP. Os seminários, com duração de 32 horas, realizados sempre em Águas de Lindóia, foram marcados pela surpresa do encontro entre os cursistas e seus respectivos tutores, em geral mais novos, mas suficientemente embasados para a tarefa que exerciam, levando em conta que predominavam entre eles mestrados e doutorandos da ECA. Questões teóricas e metodológicas foram abordadas. Foram promovidas palestras, *workshops* e oficinas, dirimindo-se dúvidas e garantindo a motivação dos cursistas para que chegassem ao final da experiência com uma bagagem teórico metodológica suficientemente ampla que lhes permitisse elaborar planos de trabalho para suas escolas (SOARES, 2002, p. 68).

De acordo com o autor, após a realização dos encontros presenciais, onde prevaleceram as discussões sobre os conceitos do campo da Educomunicação, as trocas *on-line* foram potencializadas. Soares (2011, p.18) defendeu no artigo ‘EAD como prática educ comunicativa: emoção e racionalidade operativa’, que uma atividade em EAD pode se enquadrar no campo da Educomunicação, desde que não esteja somente aberta ao pleno uso dos recursos tecnológicos da informação, mas vise acima de

tudo à autonomia dos sujeitos, o espírito de iniciativa, o pensamento crítico, o diálogo colaborativo e o compromisso com o crescimento conjunto de todos os atores envolvidos.

Segundo Soares (2011, s/n), no ensino a distância, os formuladores precisam se preocupar com a criação de possibilidades para que os produtores de conteúdo, tutores (educadores e/ou mediadores) e os cursistas “estejam envolvidos em um ecossistema constituído de relações de comunicação e que ao final todos se sintam protagonistas do aumento do seu próprio coeficiente comunicativo”. Esse envolvimento também foi narrado por Soares, com base na vivência do curso Educom.TV:

Fizemos uma construção compartilhada dos conteúdos, com a distribuição das tarefas de produção dos conteúdos. Cada um dos dez tópicos foi elaborado por um grupo de trabalho constituído por um dos professores orientadores e um grupo de tutores. Uma vez elaborados, os conteúdos de cada tópico eram submetidos à apreciação de toda equipe dos 35 tutores, bem como a equipe operacional, nas reuniões semanais [...]. Desde o início, ficou estabelecido que a plataforma *web* seria construída em conjunto pelos produtores dos conteúdos e pelos projetistas do sistema de suporte (SOARES, 2011, p.21).

Soares (2011) considera que a educação a distância não representa perigo para a proposta da educação construtivista e libertadora, desde que a comunicação dialógica perpassasse por todos os processos - da criação à aplicação do projeto. Segundo o autor, os pesquisadores do campo da Educomunicação estão atentos em seus estudos epistemológicos às diretrizes que possam contribuir para que o fluxo comunicativo em um curso EAD não seja comprometido pela sua aplicação a distância. Nas diretrizes estudadas está o papel do tutor como facilitador do processo dialógico.

2.4.5 - Educomunicador, mediador e tutor

Rachel Trabjter, em seu artigo “Educomunicação para coletivos educadores”, publicado no Caderno ‘Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores’, ao definir o papel do Educomunicador fez uma analogia ao personagem de um índio *machiguenga*, do romance *El Habrador*, do escritor Mario Vargas Llosa. Segundo ela, esse índio percorreu a Amazônia peruana, propalando mitos e acontecimentos das aldeias de seu povo, o que ela denominou de “memória coletiva de história.” Para Trabjter (2005), este índio era um educador. Com essa comparação, a pesquisadora defende que a educação, comunicação e informação há muito caminham juntas ‘na voz dos contadores de histórias’.

Mas na era da tecnologia da informação e comunicação que interliga as pessoas instantaneamente dos mais distantes espaços geográficos, qual é o papel desse agente educador e/ou comunicador? Para Soares (2002), o educador é o novo profissional, que atua ao mesmo tempo no campo da educação e da comunicação, movido pela formação de cidadãos críticos, participativos e inseridos em seu meio social. E atribui a ele, as funções de promover ações inclusivas (todos os atores devem se sentir envolvidos ao processo), democratizá-las (fazer prevalecer a igualdade) e midiaticizá-las (fomentar o fazer coletivo na utilização dos recursos tecnológicos) de forma criativa (reconhecer e valorizar as culturas locais)” (SOARES, 2002 p. 25; 2011, p.45). Para Kaplún (1998, p. 204), o educador tem que ser o mediador do que ele denominou de “educação comunicante”:

Em síntese, preparar comunicadores para empreender uma comunicação social democrática e eficaz que, baseada no diálogo e na participação, deveria servir a um processo educativo transformador em que os sujeitos destinatários compreendam criticamente sua realidade e adquiram instrumentos para transformá-la (KAPLÚN *apud* BONA, 2007, p.179-180).

O processo de formação dos educadores, conforme Soares (2011, p. 46), acontece como réplicas, ou seja, o diálogo desencadeado nos ecossistemas comunicativos criam espontaneamente novos educadores. Nepomuceno (2012, p.14) segue esta linha de Soares, ao descrever em seu artigo intitulado “O Educador depois de Kaplún”, que independente de ter ou não formação acadêmica, o educador é, sobretudo, aquele que desperta novos educadores, ao valorizar os saberes daqueles com quem estabelece a comunicação:

É quem educa comunicando e usa todos os recursos possíveis de comunicação com a intenção primeira de promover aprendizagem significativa e crítica. Quem prioriza sempre o processo, em vez da intenção, da ferramenta e do produto final. Quem organiza relações inclusivas, democráticas, midiáticas e criativas dentro de um ecossistema comunicativo (NEPOMUCENO, 2012, p.14).

Dentro dos espaços educativos formais, o educador deixa de ser o único capacitado a ensinar, escreveu Jacquirot (1998). Para ela, no conceito educativo não cabe o monopólio da transmissão do conhecimento. “Não é só o professor que tem o direito da palavra. Os professores que introduziram os meios nas escolas, a imprensa, a televisão puderam perceber que isso provoca uma mudança nos objetivos e nos métodos de ensino” (JACQUIROT, 1998, p.11).

O papel do educador nos espaços informais e/ou não formais segue a linha da mediação. Cabe a ele articular a construção coletiva e motivar a reflexão durante o processo de produções

comunicacionais ou culturais, na proposta de entrelaçar saberes e promover intervenções sociais. Como mediador, ele também se abre ao crescimento, o que remete a problematização de Freire, “de que não existe ensinar sem aprender” (SOARES, 1993, p.27). A principal atribuição do educador/mediador é nutrir a gestão participativa, de maneira que toda ação aconteça de forma integrada, participativa e democrática. Ele também deve ser um sujeito dessa ação comum. “Nos ecossistemas comunicativos todos se tornam interlocutores dos seus próprios saberes” (SOARES, 2011, s/n).

Soares (2011) chama a atenção para a figura do tutor e o seu papel como mediador de um processo de comunicação que acontece nos meios digitais de aprendizagem. Na palestra "Educomunicação na EAD: o diálogo a partir das mediações do tutor", o pesquisador abordou esta questão:

Dominando os conteúdos e recursos disponibilizados, o tutor deve conhecer profundamente o seu público e agir de forma a facilitar o processo de autoaprendizagem dos cursistas e permitindo que eles não aprendam somente o conteúdo pedagógico, mas que sejam atores que se descubram como sujeitos da comunicação. Como operadores de um processo educacional, os tutores precisam no final do curso terem também potencializado o seu coeficiente comunicativo (SOARES, 2011, s/n).

Em uma pesquisa sobre o papel do tutor na Educação a Distância, Mello (2010) procurou compreender como atua este profissional em ações educacionais desenvolvidas nos espaços *on-line*.

Buscamos exatamente conhecer como o tutor a distância, educador responsável pela gestão da comunicação nesta sala de aula virtual, trabalha a comunicação voltada à educação por meio do uso das novas tecnologias que estão sendo utilizadas pela modalidade de educação a distância, de forma com que os alunos destes cursos superem as limitações emocionais impostas pelas distâncias física e temporal e consigam estabelecer o diálogo para o desenvolvimento do pensamento crítico (MELLO, 2010, p. 36).

Dentre as relevantes reflexões feitas por Mello (2010), vale reportar para o enriquecimento da fundamentação teórica desta pesquisa, uma das conclusões descritas pela pesquisadora. Mello conclui que as mediações desenvolvidas pelo tutor a distância têm um significativo grau de influência nas trocas dialógicas e que esse processo é facilitado, a partir do momento que os tutores estejam familiarizados com as teorias e práticas da Educomunicação e entendam que a construção dos fluxos comunicativos é o princípio de todo processo.

2.4.6 As áreas de intervenção da Educomunicação

A aproximação da educação e comunicação permite uma nova maneira de pensar os parâmetros para intervenções sociais, no sentido de despertar nos cidadãos e nas cidadãs uma visão crítica e autônoma perante a realidade que os rodeiam. Por ser a Educomunicação um novo campo de mediação e intervenção social, é importante buscar uma definição precisa para a terminologia - campo:

[...] um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças. Cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define sua posição no campo e, em consequência, suas estratégias (BOURDIEU, 1997, p. 57, *apud* SARTORI, 2006, p. 2).

Este novo campo, que está sempre em construção (SOARES, 2002, p.27) se fundamenta e se consolida nos ecossistemas comunicativos, que representam “a organização do ambiente, a disponibilidade dos recursos, o *modus faciendi* dos sujeitos envolvidos e o conjunto das ações que caracterizam determinado tipo de educação comunicacional” (Ibid).

A junção desses dois termos – ecossistemas e comunicação - para definir os espaços onde se desenvolvem as práticas educacionais foi utilizada por Soares (2011), que se reportou a Martín-Barbero (1998), que aplicou pela primeira vez a terminologia ecossistema, relacionando-a a vida social e à aprendizagem.

Na relação entre Educação e Comunicação, a última quase sempre é reduzida a sua dimensão puramente instrumental. É deixado de fora o que é justamente estratégico pensar: que é a inserção da educação nos complexos processos de comunicação da sociedade atual, ou falando de outro modo, pensar no ecossistema comunicativo que constitui o entorno educacional difuso e descentrado em que estamos imersos. Um entorno difuso, pois está composto de uma mescla de linguagens e saberes que circulam por diversos dispositivos mediáticos, mas densa e intrinsecamente interconectados; e descentrados pela relação com os dois centros: escola e livro que a vários séculos organizam o sistema educacional[...] (MARTÍN-BARBERO, 1998, p. 215).

E neste entendimento, Soares (2011, p.56) definiu o ecossistema comunicativo, para o campo da Educomunicação, como um espaço contínuo, construído coletivamente, para “favorecer o diálogo social, levando em conta as potencialidades dos meios de comunicação e de suas tecnologias”. Mas alertou que esses espaços, onde devem ser combatidas a competitividade, o individualismo e a imposição, se fortalecem por meio do convívio humano e não da tecnologia.

Foram nas reflexões epistemológicas sobre o papel dos ecossistemas comunicativos, que o campo da Educomunicação foi se sistematizando em áreas de intervenção “no conceito de realização de atividades inovadoras e libertadoras, que usualmente, por diferentes motivos, não são vislumbradas pelos membros de uma comunidade” (SOARES, 2011, p.49).

Vale ressaltar que não se emprega em Educomunicação o conceito de intervenção no sentido de interdição, invasão, imposição ou interrupção, pelo contrário, o sentido é o da realização de atividades, da proposição de alternativas inovadoras, da mediação, da oferta de referências libertadoras, que usualmente, por diferentes motivos, não são vislumbradas pelos membros de uma comunidade (SOARES, 2011, p.49, *apud* ALMEIDA, 2016, p.5).

As áreas de intervenção educacionais se estruturam na transdisciplinaridade e na interdiscursividade e foram categorizadas de acordo com a proposta a ser alcançada: “por exemplo, com os objetivos de: conscientizar os participantes sobre o papel dos meios de comunicação; empoderar os indivíduos; fomentar o diálogo e ampliar a capacidade de expressão; servir como um estímulo à aprendizagem ou à incorporação das tecnologias no cotidiano, entre outras” (ALMEIDA, 2016, p.5). Conforme Soares, as ações de intervenção estão sistematizadas em sete diferentes campos, são eles: 1) educação para a comunicação; 2) pedagogia da comunicação; 3) expressão pela arte; 4) produção midiática; 5) mediação tecnológica na educação; 6) epistemologia da educação e 7) gestão da comunicação.

Cada uma dessas áreas tem sido tradicionalmente assumida como espaço vinculado ao domínio, quer da educação quer da comunicação [...] mas não são excludentes, nem são as únicas. Representam, apenas, um esforço de síntese, uma vez que parecem aglutinar as várias ações possíveis no espaço da inter-relação educação e comunicação (SOARES, 2000, p. 19).

Como as estratégias intervencionistas da Educomunicação foram os parâmetros de análise do curso *Elaboração de Spots e Manuseio da Plataforma Web Rádio Água*, serão abordadas a seguir cada uma dessas áreas, de forma isolada, com os seus conceitos e objetivos específicos.

1) **Educação para a comunicação**

Nesta linha de intervenção, a proposta é dialogar sobre o papel dos meios e os seus processos produtivos e ideológicos, com a finalidade de “levar os envolvidos a entender a importância da comunicação para utilizá-la eficazmente” (ALMEIDA, 2016, p. 24). Além da linguagem e produção

midiáticas, trabalha com técnicas para tornar a comunicação interpessoal eficiente e para despertar nos sujeitos a visão crítica e analítica sobre o papel hegemônico dos meios de comunicação convencionais e seu poder manipulativo.

Em síntese, esse processo engloba a leitura crítica dos meios, a potencialização expressiva, a produção midiática e o aprendizado para a comunicação. Propõe-se com esta intervenção, a garantia do direito à comunicação para “a formação de sujeitos autônomos, críticos e participativos” (SOARES, 2001, p. 117).

Nesse campo, tanto em espaços formais como informais, estuda-se de forma reflexiva o poder manipulativo dos meios de comunicação de massa e a sua interferência nas ações sociais, políticas, ambientais, etc. E nesse sentido, buscam-se formas alternativas de comunicação, nas quais a construção é coletiva, sem a limitação dos papéis do emissor e receptor.

2) **Pedagogia da Comunicação**

Esta área de intervenção fundamenta-se na comunicação pela perspectiva dialógica, proposta por Paulo Freire (1969), na qual os conteúdos não são depositados, mas interlocutados. “Um bom pedagogo da comunicação expõe diversos pontos de vista sobre os assuntos, oferece subsídios para que os sujeitos comparem argumentos contraditórios, reflitam e tirem suas próprias conclusões” (ALMEIDA, 2016, p. 26). Nesta área, as novas tecnologias da informação e da comunicação tornam-se ferramentas pedagógicas em favorecimento à proposta freiriana de que a troca de saberes tem que acontecer em situação de igualdade, onde cabe a todos os atores envolvidos o direito de falar e de ouvir.

Para promover nos alunos e alunas uma aprendizagem libertadora, criadora de cultura e crítica em relação ao mundo, os educadores têm que proporcionar um ambiente de diálogo, no qual se propõem perguntas e se buscam respostas a partir da interação entre as pessoas e com o mundo (FREIRE, p. 56, 1997).

A pedagogia da comunicação fundamenta-se no entendimento de que o processo de comunicação é autêntico, quando ele promove transformação em todos os sujeitos envolvidos.

A comunicação caminha na direção da inclusão, da integração. Da inclusão de pessoas diferentes, de formas distintas de ver. Caminha na aproximação de mais pessoas, de mais grupos; no estabelecimento de vínculos, de pontes para aproximar-nos das pessoas, sem isolar-nos em grupinhos, “panelinhas”, ou seitas. [...] Pela comunicação não só expresso emoções, sentimentos, como também lido com afeto. Pela comunicação busco afeto, carinho, ser querido, amado. Se essas emoções são bem

gerenciadas, são positivas, facilitaremos todas as atividades em todas as dimensões e direções das nossas vidas. A rejeição, a falta de afeto, de aceitação nos desestrutura, nos joga para fora de nós mesmos numa busca frenética de qualquer compensação, reconhecimento, aceitação (MORAN, 1998, p. 10-16).

E nesse processo as novas tecnologias da informação e comunicação tornam-se ferramentas facilitadoras ao criar conexões que permitam que a educação e a comunicação caminhem juntas.

3) **Expressão pela arte**

A orientação para esta intervenção é promover a interação por meio da linguagem artística, no sentido de contribuir para o desenvolvimento comunicativo dos atores que têm limitações na expressão oral. Nessa área, as tecnologias de comunicação e informação - como as plataformas para desenhos, os aplicativos de edições de fotografia e áudio, os programas de computação gráfica, etc. – são importantes ferramentas para trabalhar a inclusão. Com a utilização dessas tecnologias, os esforços de arte-educadores se movem no sentido de garantir espaços de fala, visibilidade e livre expressão para cada um dos sujeitos sociais em situações de vulnerabilidade por meio de “práticas que valorizam a autonomia comunicativa mediante a expressão artística – arte-educação” (SOARES *apud* ALMEIDA, 2014, p. 138).

Da mesma forma, a arte rompe com os esquemas lógico-rationais, com o pragmatismo que por vezes obscurece a ciência e permite um novo desvendar do mundo e da sociedade, novas formas de interlocução e inéditas maneiras de compreender o eu e o outro (Costa 2016, p.74). Kaplún fez essa contextualização da arte como linguagem ao falar da importância dos sujeitos construírem a sua própria fala: “O participante, ao romper esta cultura dilatada do silêncio que lhe foi imposta, passa a dizer “sua palavra” e a construir sua própria mensagem, seja ela um texto escrito, uma canção, um desenho, uma peça de teatro, uma marionete, uma mensagem auditiva, um vídeo, etc.” (KAPLÚN, 2014, p.69).

4) **Produção Midiática**

Neste campo de intervenção, a produção midiática tem o viés educativo, que pode ser aplicado por meio da produção de jogos, filmes, spots, novelas, jornais, revistas, *fanzines*, *blogs*, páginas nas redes sociais, *e-book*, *sites*, entre outros. Sua área de atuação são os ambientes de educação formais ou não formais, seguindo o princípio básico da produção coletiva, fundamentada na participação, na interatividade, no diálogo, na cidadania e no respeito à cultura local. É importante que todos tenham a

oportunidade de se expressar e que o produto final seja o resultado da decisão conjunta, tomada democraticamente. A principal fundamentação deste campo de intervenção é a elaboração de um produto midiático com fins educativos. Neste sentido, Almeida faz uma observação importante:

Em Educomunicação, quando se propõe a jovens que produzam um jornal ou programa de rádio ou TV, o que importa é o processo de produção e não o produto final, assim sendo, nesse caso, o objetivo está na área de intervenção de educação para a comunicação, já que se pretende que eles aprendam de forma prática o que é comunicação e não que o programa criado por eles sirva para ensinar algum conteúdo para alguém, até porque, grande parte das vezes, nem existe um canal de comunicação em que o produto possa ser veiculado (ALMEIDA, 2016, p.17).

Concluindo, a produção midiática visa ao resultado final, pela sua intencionalidade educativa.

5) Mediação tecnológica na educação

A proposta desta área de intervenção é a utilização das tecnologias de comunicação e informação nos processos educativos. “Preocupa-se com a presença das tecnologias como elemento interveniente nas mediações culturais que mobilizam a sociedade, com influências nos modos de perceber o mundo e de produzir cultura” (SOARES, 2014, p.12 *apud* ALMEIDA, 2016, p.26).

Neste propósito, os ambientes virtuais devem ser trabalhados para potencializar as relações e produções coletivas, oportunizando-se da facilidade de interações instantâneas de atores de diversos territórios, independente de sua localização geográfica. Neste campo, vale-se muito do domínio da tecnologia a ser utilizada e da criatividade para potencializá-la no processo da construção do conhecimento.

6) Epistemologia da Educomunicação

Esta área de intervenção fundamenta-se na pesquisa científica como o foco de atuação na proposta de certificar, mensurar e avaliar o campo da Educomunicação. Como definiu Soares (2014, p. 140), buscar através da análise “a constituição, os fundamentos teóricos, as metodologias e os espaços de trabalho da Educomunicação”. Tem na universidade seu principal campo de atuação, podendo abranger o tripé - ensino, pesquisa e extensão. Neste caso, além da academia, pode envolver a sociedade e/ou comunidades e instituições organizadas nas atividades de extensão.

Somente no período de 1999 a 2008, relacionando-se somente as publicações da ECA, foram produzidos mais de 80 trabalhos acadêmicos, seguindo a linha de pesquisa em Educomunicação (SOARES, 2016, p.45).

7) Gestão da Comunicação

A principal proposta interventiva desta área é a coordenação dos ecossistemas comunicativos, desde a sua implantação, passando pela manutenção, monitoramento e avaliação. Esta gestão deve privar pela construção participativa, interativa, democrática e dialógica. “A comunicação pode ser interpessoal ou mediada, ocorrendo em ambientes virtuais - acessados a distância por receptores de um meio massivo de comunicação - ou presenciais, em escolas, empresas e organizações aprendentes” (ALMEIDA, 2016, p.36). A gestão tem início desde a concepção do projeto, com a elaboração do diagnóstico e do planejamento das atividades. Trata-se de um campo estratégico, por isso o gestor deve conhecer toda a logística do processo e atuar para que a engrenagem funcione da melhor forma possível, com o envolvimento da equipe, que além de conhecer as estratégias intervencionistas da Educomunicação, deve dominar as linguagens midiáticas.

O papel do gestor é promover ações que favoreçam a comunicação conforme planejado, “zelando pela organização dos ambientes de trabalho e cuidando para que tanto a estrutura física, quanto os recursos técnicos e humanos necessários estejam à disposição da comunidade” (SOARES *apud* ALMEIDA, 2014, p. 48). Almeida (2016, p.15) sugere alguns questionamentos que devem ser feitos durante a gestão comunicativa para garantir a sua condução exitosa:

O projeto tem permitido a apropriação democrática dos recursos da informação e da comunicação? Tem estimulado o trabalho colaborativo e o envolvimento de educadores, educandos e membros da comunidade? Tem possibilitado a criação de canais de comunicação e expressão para o exercício da cidadania? Tem reforçado a opção pelo diálogo como forma de superação de conflitos?

Para a autora (Ibid, p. 31), há dois enfrentamentos mais complexos, no entanto, vitais para o êxito da gestão da comunicação: a promoção e favorecimento de relações fundamentadas na “solidariedade, tolerância, cooperação, igualdade, comprometimento, ética, respeito, gentileza, entre outros” e neste ambiente fomentar a inclusão e participação de todos os envolvidos.

Ao concluir a descrição conceitual das áreas de intervenção educacionais, pode-se antecipar que a Educomunicação estabelece parâmetros para potencializar o processo comunicativo dos

comitês de bacias, no sentido de facilitar as tomadas de decisão de modo que o domínio técnico dos usuários ou que os interesses do Governo não se sobressaiam aos valores e interesses da sociedade civil.

Como a proposta dessa pesquisa não é produzir uma análise generalista dessas ações, com base em uma perspectiva quantitativa, recorreu-se ao estudo de uma única ação: a aplicação do curso Elaboração de *Spots* e Manuseio da Plataforma Web Rádio Água, no Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba. A proposta do curso é a produção de *spots* dentro da temática hídrica, cujo conteúdo propõe o ensino de técnicas de produção midiática para que os atores envolvidos possam ser produtores e divulgadores de conteúdos em um sistema de rádio digital, sobre o qual será descrito no tópico a seguir.

2.5 O ambiente digital radiofônico e o projeto Web Rádio Água

O meio digital trouxe um novo modelo de comunicação - o multimidiático - que além de ampliar as formas de comunicação, agregou a elas, a instantaneidade, a interatividade, a personalização e a atualização constante.

A web representa uma mudança de paradigma comunicacional muito mais ampla que a adição de um sentido. Ela oferece um alcance global, rompendo barreiras de tempo e espaço como não tínhamos visto antes. A indexação do meio digital permite a acumulação de conteúdo, rompendo os paradigmas organizacionais que o jornalismo tinha criado. Além disso, a web oferece um grau de interatividade que também nos era desconhecido. Trata-se de um meio ativo, que requer constante interação com seus usuários, contrastando com a relativa passividade que marca a relação do telespectador, ouvinte ou leitor com os meios tradicionais (ALVES, 2006, p. 98).

Essa evolução tecnológica ditou mudanças estruturais para o rádio. Se antes o ouvinte era guiado por horários e sequências pré-determinadas, na *web* desconstruiu-se a barreira temporal e geográfica, com o nascimento da *web* rádio (emissora radiofônica exclusiva para a internet), que deixou a tradicional difusão *hertziana* para difusão na rede de computadores.

Aos poucos, as rádios também passaram a ofertar a transmissão *on-line*, isto é, um único produto midiático podendo ser acessado simultaneamente no aparelho de rádio e no computador. A partir de 1998, foram criadas, no Brasil, emissoras de rádio com existência apenas na internet, que denominamos de *web* rádios. Por *web* rádio entende-se a emissora radiofônica que pode ser acessada por meio de uma URL (*Uniform Resource Locator*), um endereço na internet, não mais por uma frequência sintonizada no dial de um aparelho receptor de ondas *hertzianas* (PRATA, 2008, p.2).

Essa nova modalidade radiofônica teve sua primeira experiência nos Estados Unidos no ano de 1995 e três anos depois chegou ao Brasil, com a inauguração da Rádio Totem – a primeira rádio brasileira com existência apenas na internet. O elemento-chave do rádio continuou sendo o som, só que agora agregando signos nos campos textual e imagético, gerados pela *web* (PRATA, 2008, p.3-4).

Diferente do rádio *hertziano*, a rádio *on-line* não tem legislação específica, por isso não precisa de autorização para funcionamento. Com apenas um computador e um provedor é possível realizar transmissões para todo o mundo. Uma das ferramentas da *web* rádio é o *spot*, que conforme definiu Vianna (2004, p.128), “são peças baseadas em um texto falado, acompanhado de uma trilha musical ou de efeitos sonoros, cuja duração gira em torno de 15 a 60 segundos”.

O *spot* tem como seu precursor na radiofonia as historietas que se criavam para divulgar as mercadorias, mas a possibilidade de gravação do texto locutado e a inserção de trilhas e efeitos sonoros conferem singularidade a este tipo de anúncio [...] (SILVA, 1999, p.30).

Os *spots* ganharam espaço nas rádios brasileiras na década de 1930, junto a implantação dos programas patrocinados pelos anunciantes, que buscavam sensibilizar o ouvinte pela música, pelo humor e pelo sentimentalismo (VIANNA, 2008). Nessa nova fase radiofônica, buscava-se o enriquecimento de detalhes e sons para possibilitar ao ouvinte maior aproximação da representação do produto locutado.

Ao serem veiculados nos programas populares, os *jingles* e os *spots* passaram a ser conhecidos e lembrados pelos ouvintes [...] Dessa forma, o *spot* busca demonstrar que apesar de não mostrar o produto, o rádio pode sugerir dando espaço para o ouvinte imaginar cenas diversas a partir dos elementos sonoros que constituem a mensagem radiofônica (VIANNA, 2008, p. 35).

O *spot* “fornece informações, listas, atua como índice do objeto representado a fim de que o ouvinte reconheça e estabeleça associações, que, pelo caráter referencial assumido pelo ruído, dá-se por contiguidade” (SILVA, 1999, p. 75-76). Eles não só perduram até hoje nas emissoras de rádio *hertziana*, como também se adaptaram bem as *web* rádios, pelo seu baixo custo e pela agilidade de produção e veiculação, que permitem um recado rápido, chamativo e próximo da realidade dos ouvintes.

O curso *Elaboração de Spots e Manuseio da Plataforma Web Rádio Água*, objeto desse estudo de caso, como no próprio nome diz, trabalha o *spot* como o produto midiático a ser coproduzido no

processo formação dos comunicadores comunitários, no viés educacional. Na proposta da Web Rádio Água, os *spots* têm o caráter de prestação de serviço público no sentido de despertar e estimular o público para mudanças de concepções e comportamentos para o uso sustentável dos recursos hídricos (MANUAL WRA, 2012).

A opção pelo curso fundamenta-se também na iniciativa precursora do projeto de disponibilizar um meio eletrônico, a Plataforma Web Rádio Água, para postagem dos produtos educacionais (*spots*), instituindo um espaço colaborativo que possibilita o intercâmbio de informações sobre a temática hídrica. Por isso é importante conhecer a história do Projeto Web Rádio Água, desde a sua concepção até a sua proposta de trabalhar com os parâmetros educacionais.

2.6 A proposta da WRA

Em março de 2007, foi implementado pela Fundação Parque Tecnológico de Itaipu, em parceria com a Agência Água Viva, um projeto piloto de rádio *on-line*, denominado Rádio Água. O objetivo era construir um espaço para difundir informações sobre os múltiplos usos dos recursos hídricos. Em sua primeira etapa de funcionamento, os acessos eram orgânicos por internautas que buscavam informações sobre a temática hídrica.

A fase inicial consistia exclusivamente na disseminação passiva de conteúdos informativos relacionados à temática da água. A iniciativa era desenvolvida por uma equipe de jornalistas em um sítio eletrônico que funcionava apenas como um canal de transmissão de conteúdos aos seus respectivos receptores, que buscavam as informações por iniciativa própria (MARTINEZ *et al.*, 2011, s/n).

Um ano depois, em setembro de 2008, durante a realização do evento *Taller de Construcción de Capacidades para la Implementación de Rádio Água Internacional*, em Hernandaris (Paraguai), discutiu-se a viabilidade de instalação nos países da América Latina e do Caribe de *web* rádios no formato da Rádio Água. Essa missão seria desenvolvida dentro do Programa Hidrológico Internacional (PHI), sob a coordenação do Centro Internacional de Hidroinformática (CIH), com o apoio da Assessoria de Energias Renováveis (ER.GB) de Itaipu Binacional. Para nortear essa ação, foi proposto o Protocolo da Rádio Água Internacional.

Entretanto, em 2010 houve a reavaliação das expectativas do CIH e, conseqüentemente, a reformulação do projeto. Para isso, foram contratados consultores da *Radio Netherlands Training Centre (RNTC)*, um anexo da emissora internacional

holandesa *Radio Netherlands Worldwide*. Mantendo, em parte, o escopo inicial, o projeto, sob a consultoria da RNTC, em conjunto com a equipe do CIH, foi reconfigurado (MARTINEZ *et al.*, 2011, s/n).

Com esta reestruturação, a Rádio Água transformou-se em um portal interativo, com a utilização das ferramentas pela tecnologia 2.0¹⁵ e ganhou a denominação de Web Rádio Água. Nessa nova concepção, mudou-se também a metodologia do projeto, que passa a utilizar a “mediação pedagógica como processo de aprendizagem da construção do conhecimento, trabalhando com a comunicação educativa e com o jornalismo de desenvolvimento” (MANUAL WRA, 2010, p. 10)- tema que exploraremos nos tópicos subsequentes.

Dentro deste conceito, a Plataforma WRA reconstruiu seu formato, com ampliação das ferramentas de interação, troca de informações e compartilhamento. Em um mesmo portal, estão disponibilizados *links* para postagem dos *spots*, para fóruns, para *Wiki* (um conjunto de páginas interligadas, e cada uma delas pode ser visitada e editada por qualquer pessoa), para redes sociais e para construção de *blogs*. A proposta do Fórum é promover debates e potencializar o compartilhamento de opiniões, construindo redes de relacionamento, cujas discussões podem levar a ideias de novas pautas e, conseqüentemente, novos conteúdos (MARTINEZ *et al.*, 2011, s/n). Também com a proposta de fomentar redes de relacionamentos, o *blog* permite que cada internauta possa construir seu perfil dentro da plataforma e publicar conteúdos de forma independente. As redes sociais (*Facebook, LinkedIn, Twitter e YouTube*) são utilizadas como canais de disseminação de conteúdos e como estratégia de comunicação e divulgação da Plataforma da Web Rádio Água. Dentre as ferramentas que compõem a Plataforma Web, a *Wiki* é a enciclopédia digital acerca da temática água que permite aos usuários habilitados criar e editar documentos coletivamente, gerando fontes de pesquisa e referencial bibliográfico (MARTINEZ *et al.*, 2011, s/n).

Por fim, a Plataforma WRA disponibiliza um espaço para postagens de *spots* e entrevistas radiofônicas, cujos conteúdos são disponibilizados no sítio eletrônico, divididos em dois segmentos: técnicos/ científicos e informativos. Todo material postado permite *download* (cópia). O internauta pode utilizar também a ferramenta tecnologia *streaming* (ouvir, ler e/ou ver no próprio ambiente do site).

¹⁵ O termo Web 2.0 é utilizado para descrever a segunda geração da internet, que procura reforçar o conceito de troca de informações e colaboração dos internautas com sites e serviços virtuais.

Assim, as diretrizes do projeto, que a princípio eram de um canal de informação, estenderam-se para uma plataforma interativa de troca de conhecimentos, alimentada pela produção colaborativa.

Por meio de coproduções e publicações em diferentes linguagens midiáticas, com ênfase em arquivos de áudio (*spots*), o portal WEB RÁDIO ÁGUA reúne esforços e interatividade para gerir conhecimento educativo e comunicar conteúdos científicos, técnicos e informativos, com o propósito de fomentar a sociedade civil para a construção de cidadania e promoção da sustentabilidade na região, América Latina e Caribe (MANUAL WRA, 2010. p.4).

Figura 2 – Print Scree da página de abertura da Plataforma WRA



Fonte: WRA

Toda essa estrutura direcionou a consolidação do projeto por meio de parcerias junto aos públicos estratégicos. A princípio definiram-se três públicos como bases sólidas de contato a) mídia, em primeiro lugar; b) as áreas técnicas e especialistas, como segunda prioridade; c) a sociedade civil, como a terceira estratégica. Em pouco tempo de aplicação desse direcionamento, a equipe do Projeto Web Rádio Água percebeu a necessidade de repensar essa escala de orientação (MARTINEZ *et al.*, 2011, s/n), ao compreender que “um projeto que se propõe a tornar-se uma rede pela aprendizagem de forma colaborativa, não pode assumir um posicionamento estanque, tampouco priorizar os veículos midiáticos em detrimento aos atores que o alimentam” (Ibid).

A decisão foi a inversão. A sociedade civil passou a ser o principal público que contribuiria com a produção de conteúdos para abastecimento do Portal Web Rádio Água. Para isso, era preciso capacitar e discutir com estes atores sobre as linguagens dos meios de comunicação e o processo de produção midiática. Foi quando se pensou a criação do curso *Elaboração de Spots e Manuseio da Plataforma Web Rádio Água*, para formação de ‘comunicadores comunitários’, dentro das propostas educacionais (MANUAL WEB RÁDIO, 2012, p.5).

O curso foi então elaborado para capacitar e estimular os atores sociais a colaborarem para criação de uma rede de integração do conhecimento para a construção da cidadania e promoção da sustentabilidade, com foco na gestão dos recursos hídricos. Direcionado a professores, estudantes e moradores das comunidades ribeirinhas, a proposta do curso chegou aos comitês de bacias hidrográficas, com o objetivo de fortalecer o poder comunicativo de seus gestores, como multiplicadores das ações voltadas para a temática hídrica. Este arranjo foi proposto por meio de uma parceria entre a Fundação Parque de Itaipu Binacional e Agência Nacional de Águas.

A parceria entre a Agência Nacional de Águas (ANA) e a Web Rádio Água teve início em fevereiro de 2011 e duração de 36 meses. Dentre uma série de ações, este convênio contemplou a partir de agosto de 2011, a capacitação semipresencial de membros dos Conselhos Gestores de cinco comitês de bacias hidrográficas em território nacional, para uso e manuseio da Plataforma WRA e, produção e submissão de conteúdos. [...] a proposta nesta parceria foi a formação de comunicadores comunitários, atuantes em suas próprias bacias hidrográficas (MARTINEZ *et al.*, 2011, s/n).

Dentro do escopo do convênio com a ANA, o curso foi ofertado para os comitês de bacias hidrográficas dos rios Grande, Paranaíba, Iguaçu e Paranapanema, Piranhas-Açú e Paraná III, totalizando 180 vagas. O primeiro curso *Elaboração de Spots e Manuseio da Plataforma Web Rádio Água*, que é o objeto dessa análise, foi aplicado no CBH-Paranaíba. Esse estudo se fundamentou no objetivo de conhecer como os parâmetros educacionais permearam na concepção e aplicação do curso.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 Estudo de Caso

Após problematizar e dissertar, no capítulo anterior, sobre a fundamentação teórica que respaldou esse trabalho de pesquisa e descrever a proposta do curso Elaboração de *Spots* e Manuseio da Plataforma Web Rádio Água, será relatado no capítulo que se inicia o processo metodológico que embasou cientificamente esse trabalho.

Ao se deparar com a diversidade de métodos de análise que poderiam dar sustentação ao objetivo principal desse trabalho, optou-se pelo estudo de caso, em uma abordagem qualitativa. A escolha desse curso justifica-se pela singularidade da sua proposta de formar comunicadores comunitários dentro dos comitês de bacias para produção e difusão de conteúdos midiáticos e potencialização do poder comunicativo dos seus gestores. Fundamenta-se também pela iniciativa precursora do projeto de disponibilizar a Plataforma Web Rádio Água para postagem dos produtos educacionais (*spots*), instituindo um espaço colaborativo que possibilita o intercâmbio de informações sobre a temática hídrica.

A vantagem do estudo de caso é a capacidade de lidar simultaneamente com várias perspectivas tendo como proposta, “a generalização analítica, onde o que se espera é fazer uma análise generalizante e não particularizante” (YIN, 2001, p.29). Esse processo metodológico investiga de forma empírica um fenômeno contemporâneo (o ‘caso’) em seu contexto no mundo real, especialmente quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto possam não estar claramente evidentes (YIN, 2001, p.17).

Nesse trabalho, o método do estudo de caso foi escolhido também, por ser uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa aprofundadamente. Nessa pesquisa, a proposta foi analisar de que maneira o curso Elaboração de *spots* de rádio e manuseio de plataforma Web Rádio Água aplica as práticas educacionais e de que forma elas podem contribuir para o fortalecimento comunicativo dos comitês de bacias hidrográficas.

3.2 Observação direta e entrevista

O trabalho de pesquisa iniciou com a participação da autora na etapa *on-line* da 3ª turma do curso, que foi realizado no período de 11 de agosto a 24 de setembro de 2013, o que permitiu uma observação direta intensiva. Segundo Lakatos & Marconi (1992, p. 107), a observação direta intensiva

é um tipo de observação que "[...] utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar". Para Yan (1989, p.91) essas evidências geralmente são úteis para prover informações adicionais sobre o tópico em estudo.

A aplicação desse método permitiu à pesquisadora conhecer com profundidade como o curso foi formatado na plataforma *on-line* e como se procediam as mediações entre participantes e tutores. Para investigação do material didático do curso optou-se pela análise do conteúdo, a partir das áreas de intervenção da Educomunicação, a fim de verificar no próprio texto do Manual da Web Rádio Água (que descreve o conteúdo do curso) a presença e ausência das diretrizes propostas por essas áreas e de que maneira elas foram articuladas.

Para complementar os dados levantados com a observação direta e a análise do conteúdo do material do curso, utilizou-se também da técnica de entrevista, que é um recurso metodológico para melhor compreensão do objeto estudado e/ou para certificação de dados. Optou-se pela entrevista na tipologia semiaberta, na qual seguiu um roteiro-base, com flexibilidade para complementação dos dados a partir do momento que surgiam novas dúvidas.

O roteiro parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do entrevistado. Desta maneira, o entrevistado, seguindo espontaneamente a linha do seu pensamento e de suas experiências, dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa (TRIVIÑOS, 1987, p.146).

Foram realizadas entrevistas com atores que tinham relação direta com o projeto Web Rádio Água/Curso, CBH Paranaíba e a Agência Nacional de Águas. Essas entrevistas aconteceram via *Skype*, com duração que variou de 40 minutos a uma hora e meia, e foram complementadas, a partir do momento que surgiam novas dúvidas. Esses novos contatos foram feitos por *e-mail* e/ou conversas telefônicas, pela dificuldade de realizar entrevistas presenciais em função da distância geográfica dos sujeitos envolvidos (Itumbiara, Foz do Iguaçu e Brasília, respectivamente).

No total foram realizadas cinco entrevistas: duas com atores envolvidos na coordenação da Web Rádio Água e na aplicação do curso, duas com representantes do Comitê de Bacia do Paranaíba e uma entrevista com um servidor da ANA, que tinha relação direta com o convênio que destinou recursos para aplicação do curso nos comitês de bacias. Essa pesquisa assume um compromisso de sigilo e

confiabilidade e, para tanto, sempre que mencionadas as fontes, elas não terão seus nomes revelados. Optou-se pela identificação numérica: Entrevistado 1, Entrevistado 2, Entrevistado 3, Entrevistado 4, Entrevistado 5.

3.3 Parâmetros de análise

Para análise da aplicação das práticas educomunicativas no curso optou-se pelos campos de intervenção, desenhados pelo Núcleo de Comunicação e Educação (NCE) da Universidade de São Paulo (USP) – que se resumem em setes áreas: a) Educação para a comunicação; b) Pedagogia da comunicação; c) Expressão pela arte; d) Produção midiática; e) Mediação tecnológica na educação; f) Epistemologia da Educomunicação e g) Gestão da comunicação. Essas áreas foram relacionadas e pormenorizadas no tópico **2.4.6 As áreas de intervenção da Educomunicação**. Desses sete campos, as áreas da expressão pela arte e da epistemologia da Educomunicação não compõem as análises, pela não adequação das mesmas com os objetivos do curso.

Por serem norteadoras dessa pesquisa, foram reproduzidas no quadro a seguir as áreas de intervenção, que foram utilizadas na pesquisa, com o resumo dos seus princípios e conceitos fundamentais.

Quadro das áreas intervencionistas da Educomunicação		
Áreas de Intervenção	Fundamentos	Concepções
1) Educação para a comunicação	Capacitar os participantes para a prática da comunicação dialógica, usando - ou não - as tecnologias.	Propor a interação com a linguagem midiática e a elaboração de produtos comunicativos. Mediar a formação para a leitura crítica da mídia e o desenvolvimento do poder expressivo.
2) Pedagogia da Comunicação	Usar recursos da comunicação para facilitar a construção do conhecimento	Desenvolver a comunicação dialógica, utilizando as novas ferramentas tecnológicas da informação e comunicação.
3) Produção Midiática	Produzir conteúdo midiático com intencionalidade educativa.	Elaborar produtos midiáticos para processos educativos.
4) Mediação Tecnológica na Educação	Inserir as tecnologias na educação.	Utilizar tecnologias de comunicação e informação para processos educativos, fomentando a criatividade e domínio das tecnologias.
5) Gestão da Comunicação	Implantar e aperfeiçoar fluxos de comunicação em ecossistemas comunicativos	Mediar todas as etapas dos processos educomunicativos, na observação sistemática da construção coletiva, interativa, dialógica e compartilhada.

Tabela 1 – Áreas de Intervenção Educomunicativas

Fonte: Elaboração própria a partir do trabalho de Almeida (2016) e Soares (2014)

O percurso de análise a partir desses princípios se desenvolveu de forma anacrônica. O primeiro passo foi realizar o curso e, a partir da observação direta, registrar se as áreas de intervenção eram articuladas na prática, por exemplo: a área gestão da comunicação permitiu pensar a relação tutor e cursista, já a área educação para a comunicação permitiu checar a construção coletiva, descentralizada

e democrática na elaboração dos *spots*. A área de intervenção da Mediação Tecnológica na Educação contribuiu para verificar de que maneira um curso em EAD aplica os princípios da Educomunicação. Todas essas observações foram anotadas e em vários momentos foram registradas a partir de *print screen* da própria plataforma.

Após a finalização do curso, optou-se por analisar o material do Manual da Web Rádio Água que fundamenta a concepção teórica e prática do curso. O objetivo foi conhecer a metodologia, os propósitos e a presença de parâmetros educomunicativos a fim de pensar em que estrutura ele foi pensado e articulado.

A partir dos dados levantados sentiu-se a necessidade de verificar se as informações coletadas com a observação direta e com a análise do conteúdo do material estavam em sintonia com a percepção dos próprios coordenadores do curso. Nesse sentido foram realizadas entrevistas via *Skype* com esses atores com o objetivo de: a) conhecer a proposta educomunicativa do curso, se a meta foi atingida e a evasão dos cursistas; b) entender a parceria da ANA com a Itaipu Binacional, responsável pelo curso, a fim de investigar a opção deles em seguir o processo educomunicativo; c) discutir os resultados alcançados.

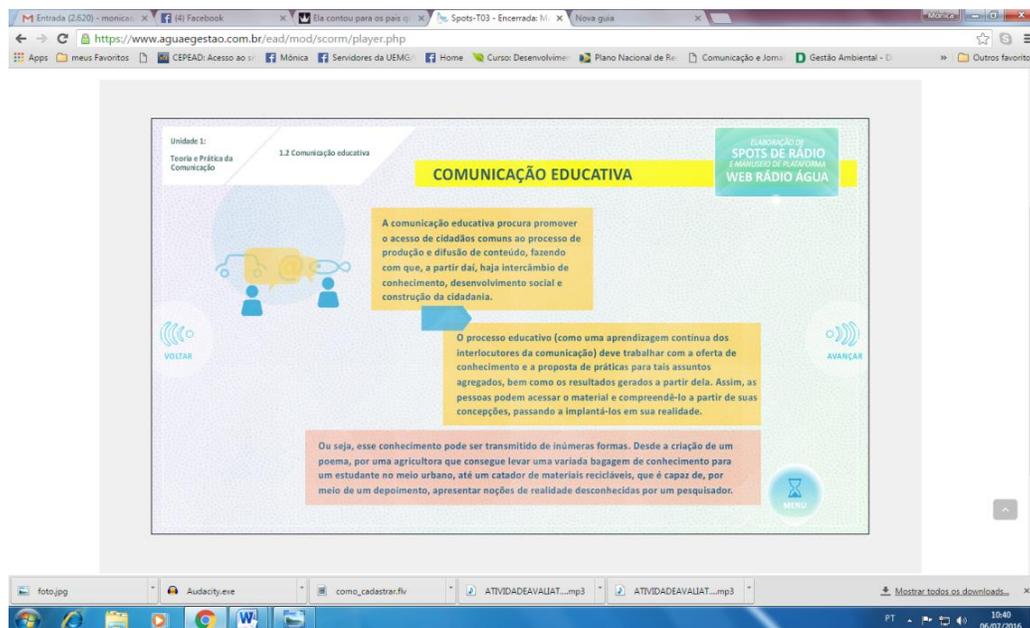
4. CONTEXTUALIZAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1. Formato e metodologia

O curso *Elaboração de Spots de rádio e manuseio da plataforma Web Rádio Água* segue a modalidade semipresencial de Educação a Distância (EAD), totalizando 38 horas, sendo que 22 horas correspondem aos estudos *on-line* e as demais direcionadas para as oficinas presenciais. A comunicação educativa é a linha pedagógica norteadora do curso, dentro da proposta da criação de espaços dialógicos para a construção coletiva.

A comunicação educativa procura promover o acesso de cidadãos comuns ao processo de produção e difusão de conteúdos fazendo com que, a partir daí, haja intercâmbio de conhecimento, desenvolvimento social e construção da cidadania [...] Com esse método, as pessoas se apropriam de tais conteúdos, os entendem a partir de suas concepções e passam a implantá-los em sua realidade (MANUAL WRA, 2012, p.7).

Figura 3 – *Print Sreen* de uma das páginas do curso na plataforma EAD do curso *Elaboração de Spots e Manuseio da Plataforma Web Rádio Água*



Fonte: Plataforma Água e Gestão

Ao adotar este caminho pedagógico, o curso enfocou o aprendizado no processo de relação entre as pessoas, que são estimuladas a desenvolver as habilidades comunicacionais em ações de troca

de conhecimentos. Desta forma, no processo de intercâmbio dos saberes, os cursistas ampliam seu potencial expressivo e suas relações sociais comunicativas.

Nesse modelo, as figuras de emissor e receptor desaparecem, e são substituídas por **interlocutores – sempre presentes** - representando assim que os elementos do processo de comunicação são ativos, ou seja, **“falam” com alguém e para alguém**. Com maior nível de interatividade, os conteúdos passam a ser coproduzidos, na tentativa de melhor se entender a realidade (MANUAL WRA, 2012, p.8).

O jornalismo de desenvolvimento¹⁶ complementa a proposta pedagógica do curso na abordagem e condução das notícias, de forma que suas pautas busquem ações com resultados positivos a serem compartilhados com a coletividade. O curso preconiza a difusão de boas práticas com a proposta de mobilizar a comunidade, permitindo a ela o conhecimento “de experiências bem sucedidas para a gestão dos recursos hídricos” (MANUAL WRA, 2012, p.17).

O jornalismo de desenvolvimento é definido como o desdobramento dos meios de comunicação durante certo período em uma área específica a fim de agilizar ou melhorar a execução de um projeto em particular e seu propósito de informar e motivar as pessoas para a área que afeta o projeto (KUWCZIK, 2002, 131).

Integrando à comunicação educativa e ao jornalismo de desenvolvimento, o curso aplica o conceito da mediação pedagógica na concepção teórica de Paulo Freire (1987), de que o conhecimento é construído com base nos processos de reflexão crítica e de ações práticas. Desta forma, a comunicação se materializa na oportunidade dada para que todos se expressem durante o processo de cocriação, cujo produto final (*spot*) é o resultado do intercâmbio desses diversos saberes e da vivência de colocá-los em prática. Ao associar comunicação educativa com a mediação pedagógica, o curso se pauta na comunicação mediadora, que tem um papel fundamental para integrar reflexão e ação com as teorias e as práticas entre os sujeitos envolvidos no processo de coprodução (MANUAL WRA, 2012, p.22).

Para aplicação desse curso nos comitês de bacias hidrográficas, a Agência Nacional de Águas firmou, em 25 de agosto de 2011, uma parceria com a Fundação Parque Tecnológico de Itaipu (CONVÊNIO Nº 001/ANA/2011).

Nosso objetivo era o de potencializar o poder comunicativo dos comitês de bacias hidrográficas e empoderar os seus gestores para que as ações desempenhadas por eles

¹⁶ O jornalismo de desenvolvimento apareceu pela primeira vez nos meados de 1967, para definir uma visão de jornalismo, segundo a qual a reportagem dos eventos de importância nacional e intencional deveria ser construtiva, no sentido de contribuir positivamente para o desenvolvimento do país em questão (KUNCZIK, 2002, p.131).

tivessem maior notoriedade e conseqüentemente, mais participação e envolvimento da sociedade civil com as causas hídricas (ENTREVISTADO 3, 2016).

No Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, o curso foi disponibilizado em sua etapa *on-line* no período de 16 de julho a 10 de agosto de 2012. Nos dias 14 e 15 de agosto do mesmo ano os cursistas se reuniram na cidade de Goiânia (GO), para participarem das oficinas de produção de *spots*, entrevistas radiofônicas e manuseio da Plataforma Web Rádio Água. Para as aulas práticas e continuidade das ações após o curso, a Agência Nacional de Águas cedeu para o CBH-Paranaíba (bem como para os demais comitês) um *kit* de gravação, composto por: computador, microfone, caixas de som, mesa de som, gravador e máquina fotográfica.

Figura 4: Aula presencial do curso Elaboração de Spots e manuseio da plataforma Web Rádio Água, com gestores do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba



Fonte: Arquivo do CBH Paranaíba

Conhecer como foram implementados os parâmetros da Educomunicação nesse curso foi o que motivou essa pesquisa, que procurou identificar os resultados de forma a explicar a presença ou ausência das intervenções educacionais e em que medida, se elas existem, são de fato incorporadas no curso Elaboração de *Spots* e Manuseio da Plataforma Web Rádio Água. Como foi

descrito na Metodologia, das setes áreas de intervenção da Educomunicação, a expressão pela arte e a epistemologia da Educomunicação não foram analisadas por não se enquadrarem no objetivo do curso.

4.2 Enquadramento das áreas de intervenções educacionais no curso

As análises aqui apresentadas alicerçaram-se nos pressupostos teóricos descritos no corpo dessa dissertação. É importante destacar que o recorte aqui apresentado, sobre as áreas de intervenção, vale-se também da interpretação da pesquisadora sobre a literatura existente. Durante o estudo, procurou-se levantar os pontos assertivos e as fragilidades e pensar propostas de ações, dentro dos conceitos da interface educação e comunicação, que poderiam agregar ao curso Elaboração de *Spots* e Manuseio da Plataforma Web Rádio Água.

Devido à quantidade de material coletado, optou-se por apresentar as análises não de forma segmentada, seguindo o processo de coleta de dados, ou seja: observação direta, análise do material e entrevistas, mas sim a partir das áreas de intervenção da Educomunicação. Por isso, em determinados momentos se apresentam trechos do material, em outros, relatos da observação direta e, em algumas partes, as entrevistas realizadas.

4.2.1 Educação para a comunicação

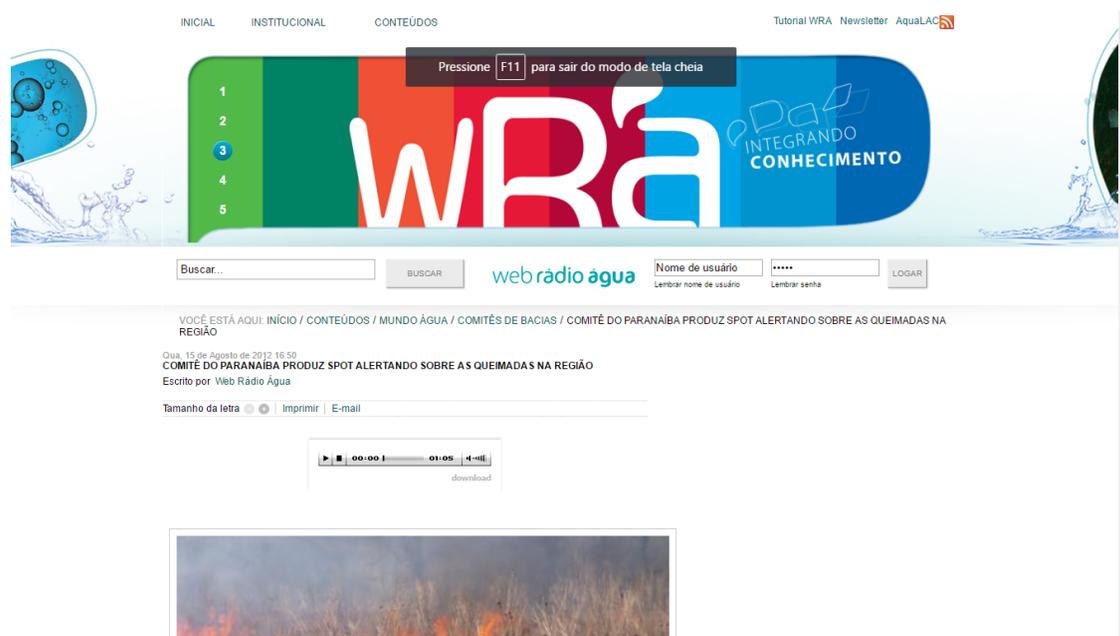
Ao propor a compreensão das técnicas para elaboração de uma entrevista radiofônica, dos métodos que norteiam a entrevista radiofônica e a captação e edição de áudios (*spots*), o curso abre espaço para o conhecimento dos fundamentos teóricos e práticos do processo da produção midiática. Possibilita também aos cursistas a familiarização com a linguagem midiática e com os procedimentos tecnológicos necessários para o manuseio da Plataforma WRA.

Durante as aulas presenciais, foram elaboradas três produções midiáticas. O primeiro *spot*¹⁷ (de um minuto e cinco segundos) foi uma campanha informativa sobre os perigos das queimadas, tanto para a flora e a fauna, como para a vida humana. Foram utilizadas quatro vozes, além de efeitos sonoros e trilha musical. No enredo, o lobo se assusta ao presenciar um carro que se envolveu em um acidente na rodovia, causado pela falta de visibilidade provocada pela fumaça da queimada em uma

17 O spot pode ser ouvido no link: <http://migre.me/w5L0o>, acessado em 10 de janeiro de 2017.

floresta. Ele conversa com uma arara que lamenta o ocorrido e questiona a falta de consciência dos humanos, que podem ser vítimas de suas próprias ações. Assim que o diálogo é encerrado, uma voz feminina diz: “Queimada ilegal. além de prejudicar o meio ambiente destrói vidas”. Uma voz masculina encerra o *spot* com o slogan: “Comitê do Rio Paranaíba: Sou todo ouvido. Acesse www.paranaiba.cbh.gov.br.” O *spot* foi postado na Web Rádio Água no dia 15 de agosto de 2012, no último dia de curso presencial, pela própria equipe da plataforma.

Figura 5 – *Print screen* da página da Plataforma Web Rádio Água onde foi disponibilizado o primeiro *spot* produzido durante o curso no CBH Paranaíba

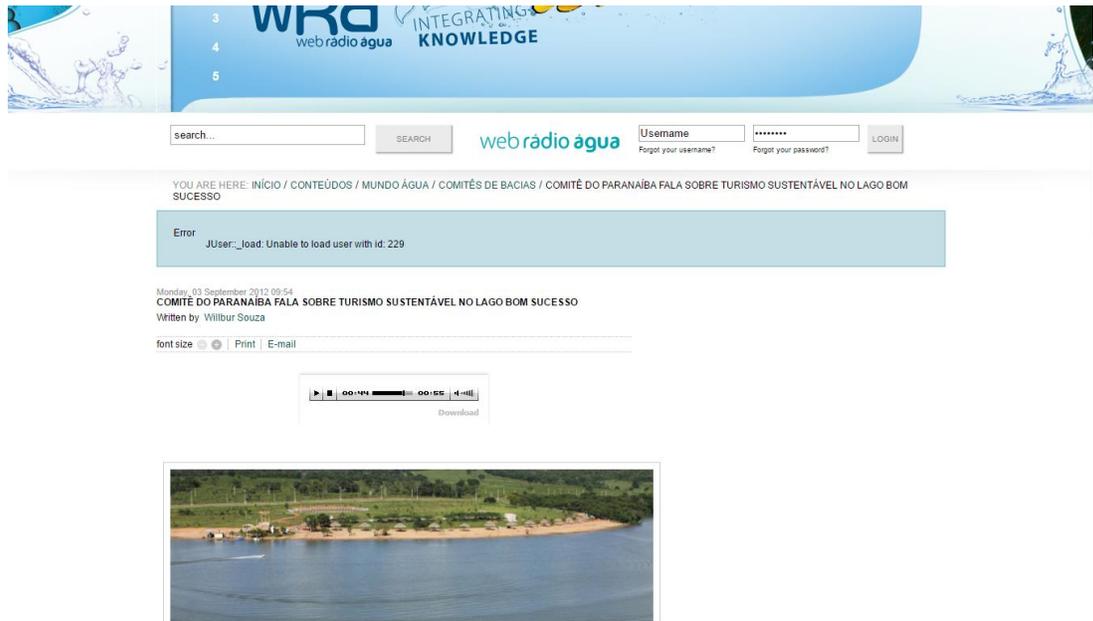


Fonte: Plataforma Web Rádio Água

O *spot*¹⁸ de número 2, com 55 segundos, abordou o turismo sustentável no Lago Bom Sucesso. Um pescador fala da saudade que sente do lago quando nele havia uma grande quantidade de peixes e reclama que hoje isso não acontece mais. Uma voz feminina entra em seguida e diz: “Lago Bom Sucesso: Turismo Sustentável é meio ambiente equilibrado”. O mesmo slogan do primeiro *spot* finaliza a segunda produção: “Comitê do Rio Paranaíba: Sou todo ouvido. Acesse www.paranaiba.cbh.gov.br”. A postagem só foi feita no dia 2 de setembro de 2012, pela equipe da WRA.

18 Este *spot* pode ser acessado no link: <http://migre.me/w5N7I>. A pesquisadora teve acesso ao áudio no dia 15 de janeiro de 2017.

Figura 6 – *Print screen* da página da Plataforma Web Rádio Água onde foi disponibilizado o segundo spot produzido durante o curso no CBH Paranaíba

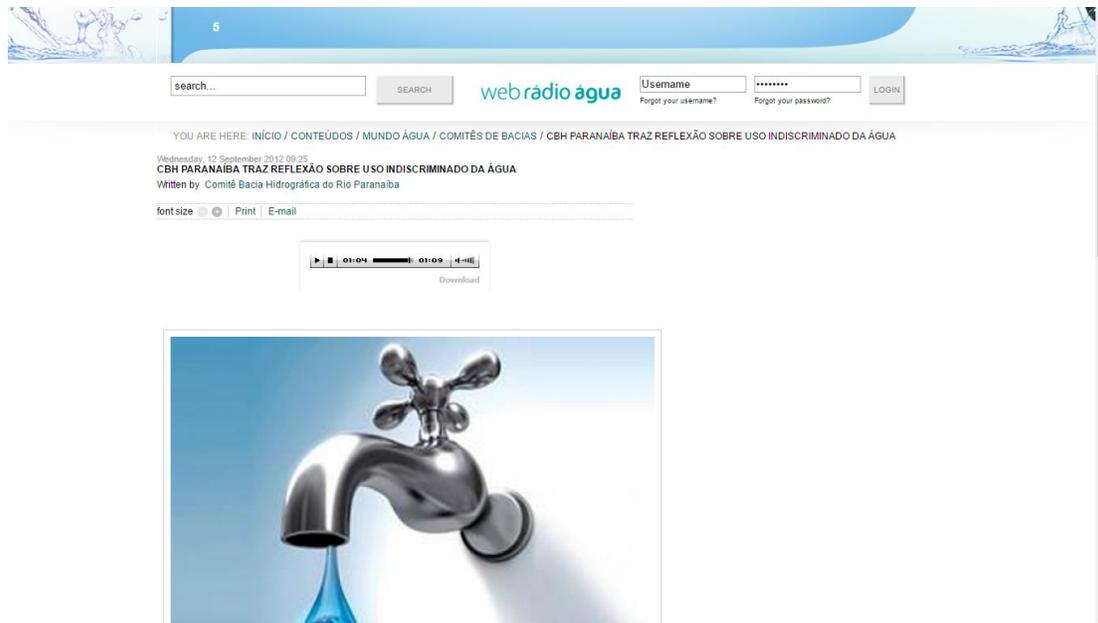


Fonte: Plataforma WRA

O terceiro *spot*¹⁹ foi uma campanha educativa que alerta para o uso indiscriminado da água. Duas vozes femininas simulam um diálogo entre duas vizinhas. Uma delas está utilizando água para lavar a calçada e afirma que devido à poeira está executando esta tarefa praticamente todos os dias. A segunda vizinha fica indignada e afirma que enquanto ela desperdiça água, este recurso falta até mesmo para matar a sede de muitas pessoas. A conversa prossegue até a primeira personagem entender que o desperdício pode levar à falta de água no futuro, por se tratar de um recurso natural finito. O desfecho é com uma voz masculina, que conclui com o mesmo slogan das produções anteriores: “Comitê do Rio Paranaíba: Sou todo ouvido. Acesse www.paranaiba.cbh.gov.br”. Esta foi a primeira postagem feita pelos próprios integrantes do CBH, datada de 12 de setembro de 2012.

Figura 7 – *Print screen* da página da Plataforma Web Rádio Água onde foi disponibilizado o segundo spot produzido durante o curso no CBH Paranaíba

19 O áudio do spot pode ser acessado no link: <http://migre.me/w5Mj6>. O acesso da pesquisadora foi em 15 de janeiro de 2017.



Fonte: Plataforma Web Rádio Água

Nessas três produções, observa-se claramente o envolvimento dos atores participantes do curso na produção midiática, ou seja, adotaram-se conceitos do campo educacional “ao privilegiar o processo diante do produto e garantir o acesso, a participação e a apropriação do caminho de parte dos agentes implicados” (SOARES, 2014, p.156).

No processo de elaboração dos *spots*, os cursistas tiveram a oportunidade de desenvolver suas habilidades expressivas e conhecerem como a manipulação pode estar embutida nas produções midiáticas. Ao analisar a experiência pedagógica de Freinet, Klaplún (2014, p.77) reforça esse processo de desmitificação da mídia, a partir do momento que os atores sociais “se familiarizam com as suas condições de produção”. Como afirmou o pesquisador, no protagonismo da ação comunicativa, os atores vivenciam situações que os possibilitam construir uma “visão crítica das operações manipuladoras habilitadas pelos meios de difusão” (Ibid, p. 78).

Ao propor uma reflexão sobre as estratégias midiáticas verticalizadas e hegemônicas, o curso remete também à Teoria Dialógica de Freire, que defende o direito à comunicação. Nesse momento, os cursistas são convidados a refletir sobre o direito de serem emissores no processo comunicativo e não meros receptores. Desta forma, o curso “prepara o cidadão para assumir sua condição de agente

comunicativo através do reconhecimento e do exercício compartilhado do direito universal à expressão” (SOARES 2011, p. 47).

Durante a pesquisa, levantou-se a dúvida se os temas pertinentes à realidade do Comitê de Bacia do Rio Paranaíba nortearam os debates para o fortalecimento da comunicação entre os cursistas. Observou-se que no material didático, descrito no Manual WRA, não havia nada direcionado à realidade específica deste CBH, embora a temática fosse a água.

Quando firmamos a parceria com a Agência Nacional de Águas já tínhamos este curso formatado. Nossa proposta era ter um curso único que pudesse ser aplicado para públicos variados, tanto de faixa etária como de organizações. Com este mesmo material já havíamos formado educadores, universitários e moradores das comunidades ribeirinhas, dentro do Programa Cultivando Água Boa. O conteúdo e o formato sempre foram os mesmos (ENTREVISTADO 2, 2016).

A provocação, mesmo que no espaço digital, de debates sobre os contextos e realidades do CBH-Paranaíba potencializaria o envolvimento e o processo dialógico dos cursistas no contexto do comitê de bacia. Como afirmou Paiva (2003, p. 57), a comunicação tem sentido transformador quando se aproxima das questões locais, particularizadas de um determinado grupo e atua diretamente na relação de pertencimento, construindo a cidadania reivindicatória.

4.2.2 Pedagogia da Comunicação

O conteúdo pedagógico do curso se enquadra nesta área de intervenção a partir do momento que segue as diretrizes da comunicação educativa, “que procura promover o acesso de cidadãos comuns ao processo de produção e difusão de conteúdos, fazendo com que, a partir daí, haja intercâmbio de conhecimento, desenvolvimento social e construção da cidadania” (MANUAL WEB RÁDIO, 2012, p7). A proposta pedagógica promove a interlocução entre os cursistas no processo de construção coletiva, ao adotar a teoria freiriana “de que os sujeitos constroem o conhecimento um com o outro, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1987, p. 48 *apud* MANUAL WEB RÁDIO, 2012, p. 21). O curso opta pela coprodução, onde os cursistas são seus próprios mediadores, ou seja, “construtores do conhecimento individual e coletivo, seja na dimensão biológica, física, cultural, social ou planetária” (MANUAL WEB RÁDIO, 2012, p7). Por meio dos conteúdos oferecidos, trabalha-se a interação para a troca de experiências e, nesse processo de construção embasada no intercâmbio de ideias, objetiva-se a

transformação dos modos de ser e agir dos cursistas na sua relação de envolvimento com as causas hídricas.

O curso incorpora os preceitos da área de intervenção da pedagogia da comunicação, pois trabalha as ações comunicativas de formas interpessoal e intrapessoal entre os cursistas, com foco no desenvolvimento da expressividade, do saber ouvir, do saber explicitar contradições, problematizar temáticas e provocar reflexões, entre outros saberes. Desta forma, as ações coletivas não ficam restritas somente ao produto final. Elas se estendem para as reflexões que levam os cursistas a se perceberem como agentes de mudança. Esse processo é potencializado nos encontros presenciais, pela possibilidade de maior interação entre os cursistas. No entanto, um único momento presencial, no final do curso, compromete o fluxo comunicacional, mesmo que ele seja favorecido nas atividades *on-line*. Compromete-se ainda mais por ter sido realizado no final do curso. Um contato inicial potencializaria o processo comunicativo *on-line* durante o curso.

4.2.3 Produção Midiática

A produção midiática tem um campo extenso que pode ser explorado, que vai desde o filme a jogos eletrônicos. Para Soares (2004, p. 8), o ambiente tecnológico soma ao processo de aprendizagem a partir do momento que ele desperta a curiosidade dos atores, no sentido de conectá-los, tocá-los e envolvê-los. Uma das ferramentas midiáticas utilizada no curso Elaboração de *Spots* e Manuseio da Plataforma Web Rádio Água foi o vídeo. Os conteudistas se apropriam desta tecnologia de comunicação como material de apoio tanto no conteúdo em EAD, como nas oficinas presenciais. O curso na etapa *on-line* iniciou com a apresentação de um vídeo institucional da Web Rádio Água, para que os cursistas conhecessem as propostas do projeto WRA. O documento audiovisual pode ser acessado pelo link: <http://migre.me/wbt1Z>.

O vídeo também foi utilizado, no momento da capacitação dos cursistas para o manuseio da plataforma WRA. Foram disponibilizados dois vídeos. O primeiro reportou aos procedimentos para cadastramento na plataforma: <http://migre.me/wbttr>; o segundo foi um vídeo tutorial que explicou todos os passos para a publicação do conteúdo (*spots*) na Plataforma Web Rádio Água: <http://migre.me/wbtwc>;

Também ficaram acessíveis no conteúdo *on-line*, todos os *links* que dão acesso aos áudios que

são citados como exemplos de *spots* durante o curso. O mesmo processo foi utilizado na abordagem dos tipos de *spots*: Publicitário: <http://migre.me/wbthS>; Testemunhal: <http://migre.me/wbtik>; Informativo: <http://migre.me/wbtjb>; e Institucional: <http://migre.me/wbtjw> (MANUAL WRA, 2011, p.37).

O curso se enquadra nessa área da intervenção, a partir do momento que utiliza as ferramentas audiovisuais com um propósito educativo como complemento do material pedagógico. Ou seja, o curso agregou um produto midiático ao processo de aprendizagem.

4.2.4 Mediação tecnológica para a educação

Nessa análise, é importante elucidar que um curso na modalidade EAD se enquadra no campo da **Mediação tecnológica para a educação** (grifo da autora). No entanto, é importante pontuar que, para ser uma ação educacional, não basta que o curso utilize ferramentas digitais, é preciso ser construído dentro dos princípios da Educomunicação (SOARES, 2012). O curso *Elaboração de Spots e Manuseio da Plataforma Web Rádio Água*, em sua maior parte, se faz em uma plataforma digital elaborada com efeitos didáticos, animações e propostas interativas. No entanto, é oportuna uma observação mais criteriosa na formação do ecossistema comunicativo (SOARES, 2000), que são os espaços que sistematizam as ações educacionais e dialógicas dos cursistas entre si e com os tutores.

No primeiro momento, vamos nos reportar ao papel do tutor. O profissional que desempenhou a função de tutor/mediador não participou da construção e disponibilização do conteúdo. Ele é contratado por meio de edital para trabalhar por um período de seis meses, como bolsista. Os requisitos obrigatórios e/ou desejáveis para concorrer estão relatados abaixo, conforme no edital:

Nível superior completo em comunicação social (desejável habilitação em jornalismo); noções de técnicas textuais para veículo radiofônico, conhecimento de nível usuário em informática (processadores de texto, planilhas eletrônicas e internet) e como desejável habilidades em comunicação oral e escrita (coerência, coesão, clareza na redação de textos; capacidade de análise e síntese) e experiência docente e conhecimentos de técnica de edição de áudio e manuseio de software de edição de rádio (PROCESSO FPTI-BR Nº. 0001/2014 Edital Nº. 093/2014).

O processo seletivo é composto por duas etapas, sendo análise curricular e entrevista por *Skype*. Após a efetivação do contrato, o tutor passa por um treinamento *on-line*, quando lhe é disponibilizado o conteúdo didático do curso.

Temos um ambiente na internet que o tutor tem à disposição orientações sobre a dinâmica do curso, atividades, materiais, biblioteca e canal aberto para conversar com a equipe do projeto. Um dos tópicos do Espaço é o “Deu certo”, onde eles trocam experiências de ações positivas para a aprendizagem (ENTREVISTADO 5, 2017).

Nossos contatos com os tutores são pela plataforma, *e-mail* e *skype*. Fizemos em junho de 2015, o I Encontro de Tutores que reuniu todos os profissionais que trabalham nesta área para os programas do Parque Tecnológico de Itaipu. A proposta foi interagir trocar experiências e motivá-los (ENTREVISTADO 5, 2017).

Soares (2003, p.8), defende que, se o curso é concebido dentro das práticas educomunicativas, os tutores precisam conhecer sobre esse campo de intervenção.

Para tanto, o papel do professor, instrutor ou tutor é essencial, cabendo-lhe agir como um educomunicador, enquanto gestor de processos comunicativos, o que implica incentivar a participação de todos e promover ambientes de descontração que, em certas circunstâncias, podem até mesmo levar a desvios de atenção em relação aos conteúdos específicos dos cursos. Trata-se do que os autores norte-americanos denominam como a abertura de espaços para assuntos de interesse pessoal, como as celebrações e as anedotas (*personal issues in on-line courses*). Em outras palavras, defendem que a formação da comunidade é tão importante quanto a distribuição e o tratamento dos conteúdos próprios de cada curso (SOARES, *s.d*).

Machado (2008, p. 115), ao pesquisar sobre o curso Educom.TV para sua dissertação de mestrado, considerou fundamental o fato do tutores terem conhecimentos sobre o campo da Educomunicação, da linguagem audiovisual e da modalidade de educação a distância. Segundo ela, o sucesso de uma atividade a distância depende muito da interatividade estabelecida entre os tutores (que ela denomina de mediadores) e os cursistas. A pesquisadora defende que esta preocupação na concepção do Educom.TV foi um dos fatores que contribuíram para que 86% dos cursistas finalizassem o curso. Leão (2008, p. 160) complementa esse raciocínio ao atestar “que o parâmetro da proposta educomunicativa é que o tutor esteja na gestão da ação, e não na ferramenta em si...”.

Nessa mesma linha de intervenção, como já foi pontuado no tópico **4.3.2 Pedagogia da Comunicação**, também são analisados os encontros presenciais. O curso da Web Rádio Água é semipresencial. Das 38 horas de curso, 16 são divididas nas aulas presenciais que acontecem durante um final de semana (sábado e domingo). No entanto, esse momento marca a conclusão do curso, ou

seja, o primeiro contato presencial entre mediadores e cursistas não objetivam fortalecer a inter-relação dos participantes, visando a um favorecimento do processo comunicacional no decorrer do curso.

Kaplún (2014, p.73) considera que são os encontros presenciais que avigoram os ‘fluxos comunicantes múltiplos’ e nos casos da modalidade em EAD ele pontua:

A modalidade de ensino a distância que tem predominado até o presente, baseado em estudantes solitários e isolados, gera, por sua carência de instâncias de participação e sua extrema pobreza em fluxos comunicantes, a situação pedagógica menos propícia para a recriação interiorizada do conhecimento. É significativo que, após repetidos fracassos desse método exclusivamente individual, até mesmo os sistemas clássicos de educação a distância foram obrigados a fazer uma revisão e a implementar pelos menos, como parte obrigatória de seus serviços, alguns encontros presenciais periódicos (Ibid).

Falar em Educomunicação é falar em ações dialógicas e de interação. É falar em transformações, que são fomentadas pelas possibilidades de interação entre as pessoas. Somente em um espaço digital não é possível promover a troca de experiências, que se constrói com a vivência dialógica presencial. Neste sentido, seria interessante rever a formato do curso com a extensão de mais encontros presenciais, que fortaleçam os laços dialógicos entre os cursistas. Da mesma forma, a participação do tutor na elaboração do curso, facilitaria a dinâmica para construção dos fluxos comunicativos.

4.2.5 Gestão da Comunicação

Ao analisar essa área de intervenção do curso Elaboração de *Spots* e Manuseio da Plataforma Web Rádio Água, é importante lembrar que a gestão ficou sob a responsabilidade da equipe da Fundação Parque Tecnológico de Itaipu. Das aulas presenciais participaram também os técnicos da Plataforma Web Rádio Água, com a supervisão da Agência Nacional de Águas. A mediação *on-line* foi feita pelo tutor, que também participou do encontro presencial.

Como primeiro ponto, remete-se novamente às colocações feitas na área intervencionista **4.2.4 Mediação Tecnológica para a educação** onde se considerou como negativo o fato do tutor não ter participado da elaboração do conteúdo do curso e ter tido contato com a equipe de gestores, somente por ferramentas *on-line*. A contratação dos tutores, como também já foi relatada anteriormente, foi feita para um período de seis meses, com uma carga horária de 20 horas semanais. Não se pontua, nem como quesito desejável, que o candidato tenha conhecimento sobre o campo da Educomunicação. Por

não ser uma exigência do Edital, seria interessante que após a contratação o tutor fosse qualificado sobre o seu papel em um curso construído dentro dos princípios educacionais, já que o contato com os cursistas *on-line* tinha nos tutores – a única mediação.

No entanto, pelo que atestou esta pesquisa, no curso Elaboração de *spots* e manuseio da plataforma web rádio água, o tutor tinha um papel pré-definido, conforme narrado abaixo:

Depois do conteúdo pronto, definíamos o perfil do tutor. Todo processo de entrevista para contratação e treinamento era feito *on-line*. O compromisso dos tutores era cumprir uma determinada carga horária e no final eles nos encaminhavam um relatório, onde relatavam a presença e o desempenho dos cursistas e algumas observações que eles considerassem necessárias (ENTREVISTADO 4, 2016).

Sempre questionamos a falta de contato entre a equipe de elaboração e gestão do curso com os tutores, mas não tínhamos viabilidade financeira para estes tipos de encontro, por isso criamos a sala do tutor, para que eles pudessem conversar com a gente, quando tivessem dúvidas sobre situações relacionadas ao curso (ENTREVISTADO 5, 2017).

Na observação-direta do curso foi possível elencar falhas de fluxos comunicativos em dois aspectos: na relação cursista e tutor e na interação entre os participantes. O papel do tutor se resumia à cobrança da conclusão das atividades propostas e a motivar o cursista a não abandonar o curso, alertando-o, por *e-mail*, sobre as atividades a serem completadas. Mas este formato não foi suficiente para coibir o êxodo dos cursistas. Para as 30 vagas disponibilizadas, foram efetuadas 27 inscrições. Do total de inscritos, 13 iniciaram o curso e apenas 8 concluíram. Estes números podem ser analisados na tabela a seguir, elaborada e fornecida pela ANA, que sistematizou os números de inscrições, de participantes por módulos e concluintes.

Aluno	Ambientação	Unidade 1			Unidade 2	Unidade 3		Unidade 4	Unidade 5	Encontro Presencial	
	16/07 a 22/07	23 a 25/07			26 a 29/07	30/07 a 02/08		03/08 a 06/08	07 a 10/08	14 a 15/08	
	Semana de Ambientação	Fórum Temático 1	Fórum Temático 2	Fórum Temático 3	Atividade	Atividade 1	Atividade 2	Atividade	Atividade	Aula Presencial	
1	participante 1	16/07/12	---	---	25/07/12	27/07/12	---	09/08/12	09/08/12	x	14/07/12
2	participante 2	19/07/12	24/07/12	24/07/12	24/07/12	29/07/12	---	05/08/12	---	---	---
3	participante 3	17/07/12	---	---	---	29/07/12	13/08/12	01/08/12	---	10/08/12	---
4	participante 4	19/07/12	25/07/12	24/07/12	24/07/12	28/07/12	02/08/12	02/08/12	06/08/12	10/08/12	14/07/12
5	participante 5	26/07/12	25/07/12	25/07/12	25/07/12	---	10/08/12	10/08/12	10/08/12	---	14/07/12
6	participante 6	19/07/12	24/07/12	24/07/12	24/07/12	28/07/12	31/08/12	03/08/12	10/08/12	10/08/12	14/07/12
7	participante 7	19/07/12	24/07/12	24/07/12	24/07/12	28/07/12	01/08/12	02/08/12	06/08/12	x	14/07/12
8	participante 8	19/07/12	13/07/12	13/07/12	13/07/12	13/08/12	13/08/12	13/08/12	06/08/12	13/08/12	14/07/12
9	participante 9	23/07/12	25/07/12	25/07/12	25/07/12	---	---	---	---	---	---
10	participante 10	26/07/12	---	---	---	---	10/08/12	10/08/12	---	---	14/07/12
11	participante 11	31/07/12	---	---	---	12/08/12	---	13/08/12	---	---	14/07/12
12	participante 12	17/07/12	---	---	---	---	---	---	---	---	---
13	participante 13	---	---	---	---	---	01/08/12	02/08/12	10/08/12	10/08/12	14/07/12
14	participante 14	---	---	---	---	---	---	---	---	---	14/07/12
15	participante 15	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
16	participante 16	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
17	participante 17	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
18	participante 18	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
19	participante 19	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
20	participante 20	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
21	participante 21	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
22	participante 22	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
23	participante 23	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
24	participante 24	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
26	participante 25	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
26	participante 26	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
27	participante 27	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

Tabela 2 – Relatório com o número de participantes, com a descrição das datas de conclusão das atividades. Os espaços demarcados com três pontinhos correspondem que o cursista não concluiu e/ou participou desta etapa. Fonte: Agência Nacional de Águas

Os índices de evasão são ratificados no Relatório Final de Avaliação de Gestão, Comunicação e Capacitação, elaborado pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), contratado pela Agência Nacional de Águas para avaliar os cursos realizados em parceria com o Projeto Água-Conhecimento para Gestão²⁰, onde estava incluído o Elaboração de *Spots* e Manuseio da Plataforma Web Rádio Água. Esse diagnóstico, que inclui os cinco comitês onde os cursos foram ofertados - CBHs do Paranaíba, Rio Grande, Piranhas-Açú, Paraná III, Iguazu e Paranapanema - traz um panorama geral relacionando o número de vagas e de inscrições efetuadas e faz um comparativo com os aprovados, reprovados, desistentes e os que nunca acessaram a plataforma.

20 O Projeto Água – conhecimento para gestão teve seu início com o convênio celebrado entre a ANA e a FPTI e tem como objetivo o desenvolvimento de ações de comunicação, difusão, mobilização social, capacitação e educação para a gestão de recursos hídricos no Brasil e demais países da América Latina, cujo público-alvo são os profissionais dos órgãos gestores de recursos hídricos; membros e lideranças que atual em colegiados de decisão participativa em gestão das águas; usuários de recursos hídricos, instituições de ensino e futuros profissionais. Entre os cursos está o Elaboração de *Spots* e Manuseio da Plataforma Web Rádio Água, objeto desta pesquisa

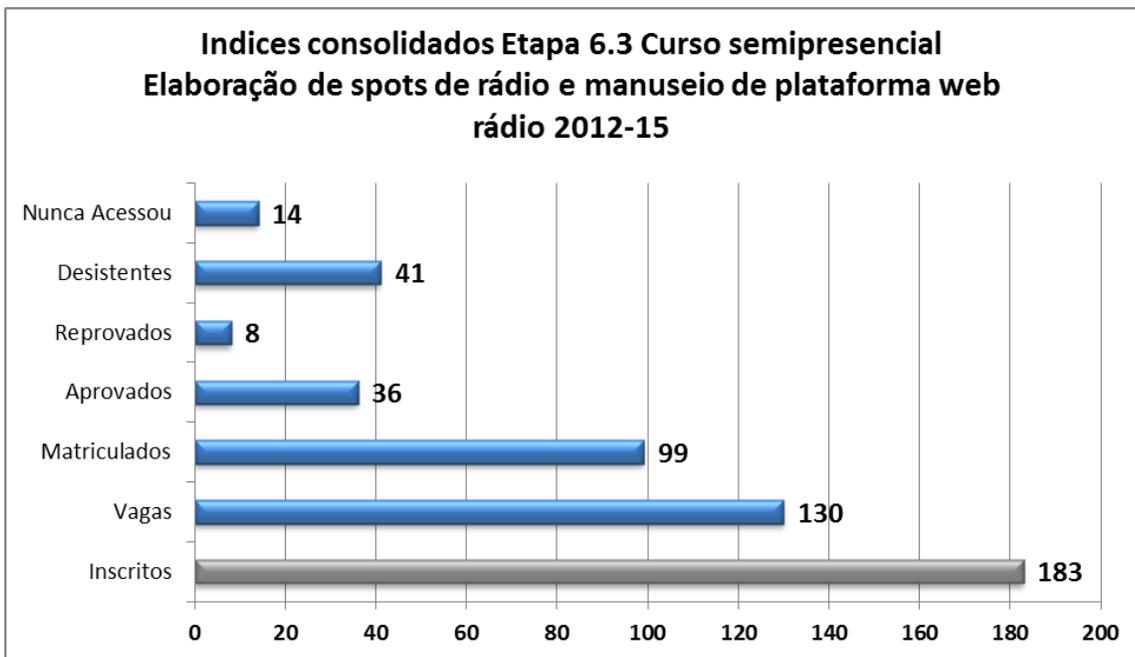


Gráfico 1 – Relação do índice de aproveitamento e desistência do curso com base no relatório do IICA, contratado pela Agência Nacional de Águas, para avaliação dos cursos.

Fonte: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

Nos percentuais apresentados no gráfico acima, é possível equacionar que dos 99 atores matriculados nos cinco cursos, aproximadamente 64% não os concluíram, sendo a maioria, desistentes. A reprovação é de apenas 8%. O índice de conclusão (aproveitamento) ficou em torno de 36%. No gráfico é possível avaliar também que, somando os desistentes e os que nunca acessaram a plataforma, mesmo matriculados, aditam mais de 56%.

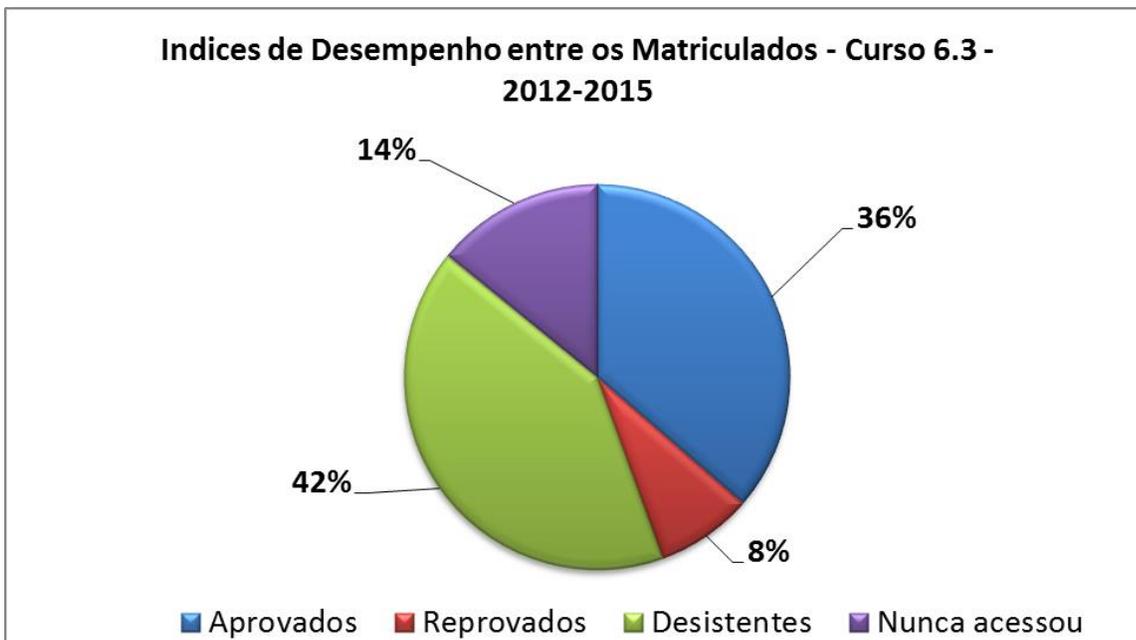


Gráfico 2 – Relação do índice de aproveitamento e desistência do curso com base no relatório do IICA, contratado pela Agência Nacional de Águas, que mostra o índice de desempenho entre os matriculados.

Fonte: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

O IICA apresenta uma relação entre os cursos semipresenciais destinados aos CBHs, que aponta o curso *Elaboração de Spots* e *Manuseio da Plataforma Web Rádio Água*, com o maior índice de desistência (41%) e o maior número de matriculados que nunca acessaram a plataforma (14%).

Etapa	Aprovados	Reprovados	Desistentes	Nunca acessou
2.1	79%	8%	7%	6%
2.3	88%	0	6%	6%
3.1	86%	0	6%	9%
3.2	81%	0	14%	5%
4.1	51%	19%	20%	10%
4.3	57%	34%	7%	2%
4.4	95%	0	5%	0
6.3	36%	8%	41%	14%
6.4	69%	4%	19%	8%
7.1	74%	14%	11%	2%

Tabela 3: Comparativo entre os cursos semipresenciais oferecidos ao CBHs dentro da parceria entre a ANA e FPTI.

Fonte: IICA, 2016, p.96

O índice significativo de evasão foi relatado também nas entrevistas semiestruturadas:

Dos cursos que oferecemos aos nossos gestores este talvez tenha sido o que se registrou o maior índice de evasão. Não tivemos pesquisa e nem dados que nos permitam fazer esta relação estatisticamente. Mas podemos confirmar o desinteresse pelo curso no resultado final, foram poucos concluintes e não conseguimos dar continuidade a ideia proposta, porque o tempo dos conselheiros junto ao CBH era insuficiente (ENTREVISTADO 1, 2017).

Nas análises documentais e na pesquisa na própria Plataforma Web Rádio Água, complementada pelas entrevistas semiestruturadas, foi possível atestar também que não houve mais publicações de *spots*, após o término do curso. Foram dois anos sem postagens de novos *spots* pelo CBH-Paranaíba. Em 2014, a Assessoria de Comunicação do Comitê do Rio Paranaíba lançou a campanha de educação ambiental, intitulada ‘Minuto CBH Paranaíba’²¹, no formato de *spots* de um minuto, com abordagens de temáticas hídricas, entre elas, a função dos comitês, a lei das águas, o plano de recursos hídricos, o papel da agência das águas e a importância do descarte correto dos resíduos sólidos. A campanha se estendeu até o ano de 2015. Embora os *spots* tenham sido postados na Plataforma Web Rádio Água, a sua produção não envolveu os gestores que participaram do curso e não seguiu as diretrizes educacionais da construção coletiva e participativa. Sobre a não continuidade das ações:

O que inviabilizou a continuidade do processo foi a falta de pessoas para escrever, gravar e editar os *spots*. O objetivo era que os conselheiros que fizeram o curso fossem multiplicadores, mas como a maioria deles, pouco tempo depois, já não pertencia mais ao comitê, esse processo de multiplicação não teve sucesso (ENTREVISTADO 1, 2016).

Após a conclusão do curso, conforme foi apurado durante a pesquisa, não houve monitoramento e nem acompanhamento da equipe promotora para as ações futuras a serem desenvolvidas. O curto período do curso (dois meses) e a falta de acompanhamento após a sua conclusão comprometeram os resultados a serem alcançados.

Nós trabalhamos o projeto deste curso com recursos de convênios, ou seja, não existem verbas previstas para a etapa de monitoramento e acompanhamento das ações posteriores ao curso. Os recursos alocados são sempre com fins e valores específicos para aplicação do curso e a disponibilização para divulgação dos conteúdos (ENTREVISTADO 3, 2017).

21 Os spots desta campanha podem ser acessados nos links seguintes: Spot 1 – 24 de novembro de 2014 - <http://migre.me/w5NJ1> - Spot 2 – 28 de novembro de 2014 - <http://migre.me/w5NKc> - Spot 3 – 5 de dezembro de 2014 - <http://migre.me/w5NJA> - Spot 4 - 13 de janeiro de 2015 - <http://migre.me/w5NLc> .

Considera-se também oportuna a colocação nessa análise do fato da última turma do curso *Elaboração de Spots e Manuseio da Plataforma Web Rádio Água* não ter sido formada por gestores dos comitês de bacias hidrográficas, como estava previsto, mas por jovens do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), do campus Congonhas.

Os resultados não estavam sendo positivos nos comitês de bacias hidrográficas, aí articulamos junto ao Ministério do Meio Ambiente, a apresentação de outra instituição que pudesse ser trabalhada nesta linha da Educomunicação. Foi nos indicado o Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) – Campus Congonhas, onde concluímos o projeto nos dias 24 e 25 de maio de 2016, com 20 participantes entre professores e alunos (ENTREVISTADO 2, 2017).

Este problema foi descrito no relatório de avaliação do IICA, que realizou uma oficina com as equipes das duas instituições envolvidas nos cursos – FTPI e ANA. A proposta foi discutir questões relevantes ao projeto, quanto às metas propostas e aos resultados alcançados. As abordagens sobre o curso *Elaboração de Spots e Manuseio da Plataforma Web Rádio Água* serão transcritas a seguir na íntegra, por contribuir para a análise da gestão curso:

Eu acho que vale um relato desse curso, porque tínhamos previsto seis turmas, a gente escolheu a dedo os comitês que iam receber o curso e aí toda a estrutura, toda lógica, uma ferramenta para o comitê pra eles poderem dar voz ao comitê e foi um fiasco, não dava certo e o povo começou a devolver os kits e a gente: “não é possível, esse negócio...” (ATOR 2 *apud* RELATÓRIO IICA, 2016, p.159)²²

Dois kits foram devolvidos, esse de Congonhas na verdade foi uma iniciativa porque a gente falou: “olha, recebemos dois kits de volta, o que a gente vai fazer com isso agora? Porque tem um ano ainda de utilização e essa turma não estava, essa de Congonhas não estava prevista, foi articulada e falou: “não, vocês recebem ai?”(ATOR 4, *apud* RELATÓRIO IICA, 2016, p. 159)

Foi articulado com o Ministério do Meio Ambiente, o pessoal da juventude do Ministério do Meio Ambiente identificou quem poderia receber, então a gente foi atrás de uma instituição, tem que ser uma instituição pública, um Instituto Federal que trabalha com juventude... que pode dar escala a isso. (ATOR 1, *apud* RELATÓRIO IICA, 2016, p. 159)

Agora a gente descobriu o público correto, os jovens! Porque o adulto é muito travado, é muito envergonhado, não vai querer ficar mexendo com essa coisa de rádio (ATOR 5, *apud* RELATÓRIO IICA, 2016, p. 159).

22 Com o intuito de preservar a identidades das fontes que estão no Relatório do IICA, essa dissertação recorre ao termo ator.

Um dos *kits* que chegou pra nós, ele estava com tudo na caixa, lacrado, até o plástico do computador era da Dell que foi adquirido, acho que abriram para o curso e guardaram o *kit* lá, estava assim, novíssimo, tudo, o mesmo plástico, os mesmos adesivos, eu falei assim, nossa é muito desperdício, muito. Então convém porque eles terão que devolver para a Fundação para depois a ANA destinar esses *kits*, eu acho que já tá identificado o público, aí vocês verifiquem pra quem vai (ATOR 1, *apud* RELATÓRIO IICA, 2016, p. 159).

As citações acima permitem atestar que houve dificuldade de engajamento dos atores dos comitês de bacias no manuseio das tecnologias de informação e comunicação. Ao se verificar este problema, a opção foi buscar um público mais jovem, ao contrário de repensar formas e metodologias que contribuíssem para a familiaridade dos cursistas com as novas ferramentas e linguagens tecnológicas. A dificuldade dos cursistas dos CBHs em trabalhar com a tecnologia digital, sem dúvida, comprometeu a continuidade da produção dos spots. O Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba foi um dos que devolveu o *kit* no ano de 2016.

Foram cedidos ao Comitê os equipamentos para produção dos spots: microcomputador, câmera fotográfica, caixa acústica, mesa de som, gravador digital, microfone, suporte para microfone. Todos estes equipamentos ficavam na sede do CBH Paranaíba, mas foram devolvidos à ANA no início deste ano (2016), porque eles não estavam sendo utilizados. Não tinham pessoas para produzirem os *spots*, sem falar que apenas um participante do curso permanecia no conselho do CBH. O projeto não teve continuidade. (ENTREVISTADO 1, 2016).

Quando os equipamentos foram doados, a Agência Nacional de Águas repassou aos comitês de Bacia Hidrográfica, um ‘Modelo de Plano de uso dos equipamentos de gravação disponibilizados pelo Projeto Água: Conhecimento para gestão’. Nesse documento, estava descrito o objetivo a ser atingido pelo CBH:

Sistematizar o uso do *kit* de gravação [...] para produção de conteúdos de áudio, como *spots* de rádio, entrevistas e debates, que servirão como um meio de divulgação das ações do comitê, de chamamento dos cidadãos à participação e de incentivo a boas práticas de gestão sustentável de recursos hídricos, visando ao fortalecimento da gestão de recursos hídricos na Bacia do Rio Paranaíba (OFÍCIO Nº 0321/2014/SAG-ANA).

No documento, o comitê se comprometia “para fins de avaliação dos resultados”, encaminhar um relatório das atividades desenvolvidas à equipe do Projeto e à Gerência de Capacitação da Superintendência de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos – GECAP/SAG/ANA, pelo menos a cada 3 (três) meses ou sempre que solicitado (OFÍCIO Nº 0321/2014/SAG-ANA). As ações não aconteceram e nenhum relatório foi encaminhado. Também estava relacionada no documento a meta a ser atingida,

que seria a produção de ‘x’ *spots*, a cada três meses (o número não foi revelado) e além da postagem na Plataforma WRA, a proposta era que os mesmos fossem veiculados em emissoras de rádio regionais com alcance em toda bacia hidrográfica. E com a finalização do curso, os cursistas assumiriam o protagonismo das novas produções midiáticas.

Na verdade nossa grande proposta com este trabalho junto aos comitês era fortalecê-los. Desenvolver a autonomia dos gestores para que eles fossem os produtores da comunicação de suas próprias ações. O objetivo era que eles pudessem conhecer as técnicas de produção e desenvolver a expressividade para se tornarem mobilizadores das causas dos comitês. Mas o resultado não foi alcançado (ENTREVISTADO 3, 2016).

Também se enquadra na análise desta área como foi formada a turma para realização do curso, ou seja, como se determinou quais seriam os participantes. Para isso, é importante, caracterizar melhor os atores, ou seja, conhecer o perfil dos membros do CBH-Paranaíba, que se propuseram a participar do curso. Vale ressaltar que a divulgação foi feita pela Secretaria do próprio comitê, que além do envio de um convite por *e-mail*, fez a comunicação do evento durante as reuniões ordinárias do CBH. A adesão foi espontânea.

Esses dados foram levantados com base na análise dos documentos apresentados pela Secretaria Executiva do CBH do Rio Paranaíba e pela Agência Nacional de Águas. Ateve-se ao perfil dos atores que concluíram o curso. O primeiro ponto observado foi a representatividade dentro do comitê (que como descrito no referencial teórico é composto por representantes do poder público, usuários e sociedade civil). Dos oito concluintes, quatro são de organizações governamentais. A sociedade civil e os usuários tiveram apenas um participante cada, que finalizou o curso. Os outros dois atores não tinham funções representativas no CBH do Rio Paranaíba.

A faixa etária dos participantes era de 21 a 50 anos. Com relação ao grau de escolaridade, seis cursistas tinham nível universitário completo. Um dos atores estava cursando faculdade e outro tinha ensino médio completo. Segundo informações do CBH Paranaíba foi possível constatar que dos oito participantes que concluíram o curso, apenas um representante permanece como conselheiro do comitê (gestão que será concluída no final de 2017).

Embora o curso tenha sido gratuito, as despesas com deslocamento e diárias para as aulas presenciais foram de responsabilidade do postulante. O CBH não arcou com o custeio das despesas. Ou seja, a falta de viabilidade financeira pode ter comprometido a participação, principalmente da

sociedade civil, já que a representatividade no comitê das organizações civis não tem relação com suas atividades profissionais.

As análises anteriores relacionam parâmetros que comprometeram o alcance dos resultados propostos. As vulnerabilidades podem ser sistematizadas nos seguintes pontos principais:

- 1) Não ter diagnosticado as dificuldades dos cursistas no manuseio das novas tecnologias da informação e comunicação e proposto uma nova metodologia de aprendizado;
- 2) Não ter considerado a importância da familiaridade dos tutores com a proposta educacional do curso;
- 3) Falta de acompanhamento, monitoramento e fomento dos gestores do projeto junto aos comitês de bacias, após a conclusão do curso;
- 4) Falta de recursos para ações continuadas;
- 5) Alternância dos membros dos comitês;
- 6) Alto índice de evasão;
- 7) Clareza no direcionamento de qual seria o papel dos comunicadores comunitários como gestores das próximas ações.

Para melhor compreensão dos resultados alcançados na análise do enquadramento do curso *Elaboração de Spots e Manuseio da Plataforma Web Rádio Água* nas diretrizes educacionais, foram relacionados na tabela abaixo, os principais pontos levantados durante a pesquisa, sistematizados por áreas de intervenção.

Áreas de intervenção	Parâmetros aplicados no curso	Fragilidades	Potencialização
EDUCAÇÃO PARA A COMUNICAÇÃO	Conhecimento das linguagens midiáticas; Leitura crítica da mídia, produção coletiva dos produtos midiáticos; Integração dialógica e Direito à comunicação.	Não problematizar temáticas específicas às realidades dos comitês de bacias	Alinhar as temáticas dialógicas a realidades peculiares de cada comitê
PEDAGOGIA DA COMUNICAÇÃO	Construção coletiva, intercâmbio de conhecimento, Mediação como ferramenta pedagógica	Um único encontro presencial no final do curso	Aumentar o número de encontros presenciais
PRODUÇÃO MUDIÁTICA	Utilização do vídeo nos conteúdos em EAD e nas aulas presenciais	Não aproveitamento de outras tecnologias de informação e comunicação	Utilização de mais ferramentas tecnológicas para o envolvimento dos cursistas
MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA PARA EDUCAÇÃO	Curso na modalidade EAD, com encontros presenciais	Falta de vínculo do tutor na concepção do curso, a não exigência que o mesmo tenha conhecimentos do campo da Educomunicação,	Estreitar a relação dos tutores com os conteudistas e equipe de coordenação da Plataforma; encontros presenciais no início do curso para potencializar a inter-relação e troca de conhecimentos entre os cursistas.
GESTÃO DA COMUNICAÇÃO	Encontro presencial; produção coletiva dos meios; utilização das ferramentas de tecnologia da informação e comunicação; preocupação com a coprodução e com a proposta transformadora dos cursistas no processo de intercâmbio de conhecimentos.	Não monitoramento das ações após o término do curso; pequeno período de curso; alternância dos membros dos comitês; falta de participação do tutor na concepção do curso; grande número de evasão; dificuldade de familiarização dos cursistas com as novas tecnologias	Incluir na programação do curso ações de avaliação e monitoramento após a sua conclusão; promover mais encontros presenciais, monitorar as razões do alto índice de evasão.

Tabela 4– Resumo das análises dos resultados desta pesquisa com base nas áreas intervencionistas da Educomunicação

Fonte: Elaboração própria

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da pergunta que norteou essa pesquisa de “Como a Educomunicação foi incorporada no curso Elaboração de *Spots* e Manuseio da Plataforma Web Rádio Água, aplicado no Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba”, compreende-se que as áreas de intervenções educacionais, que nortearam o estudo, embasaram a concepção metodológica do curso. No entanto, alguns princípios educacionais não foram articulados em sua totalidade, o que comprometeu o objetivo proposto de fortalecer o poder comunicativo do CBH. Nos resultados levantados, percebeu-se que houve falhas na gestão comunicativa do curso. Um dos fatores comprometedores foi o fato de se tratar de uma ação pontual, o que vai de encontro com a própria perspectiva da Educomunicação, que visa ao estímulo e à formação continuada do cidadão.

Após a finalização do curso, observou-se que não foram produzidos mais *spots* e os equipamentos, até então doados pela ANA, foram devolvidos pelo próprio Comitê, sob a alegação da não utilização dos mesmos, devido ao fato dos cursistas não terem formado uma rede colaborativa de produção de conteúdo. Ou seja, o curso por si só, não foi suficiente para criar um ecossistema comunicativo dentro do CBH, ou seja, “espaços onde se cuide da saúde e do bom fluxo das relações entre as pessoas e os grupos humanos, bem como do acesso de todos ao uso adequado das tecnologias da informação” (SOARES, *on-line*). Para favorecer a interação dialógica entre os cursistas para formação dos fluxos comunicacionais seria interessante a realização de mais encontros presenciais durante o curso e o monitoramento das ações subsequentes. Segundo Soares (2011, p.34), para a consolidação dos ecossistemas comunicativos não bastam ações isoladas, pois elas não são suficientes e capazes de quebrar o paradigma da comunicação verticalizada. Além de planejadas e participativas, as ações devem ser contínuas.

Com os resultados obtidos, foi possível perceber que houve a capacitação para a produção midiática, no caso específico do curso, da elaboração de *spots*, mas não se problematizou sobre um caminho que garantisse a práxis continuada, considerando que somente a força de vontade e determinação dos cursistas fossem suficientes para sustentar a continuidade das ações.

Na compreensão de que a Educomunicação é consolidada de forma intencional, chama-se atenção aqui para o que Soares (2011) aponta como aspectos necessários à construção dos ecossistemas comunicativos: clareza conceitual, planejamento, acompanhamento e avaliação. No formato do curso,

não se prevê, após a conclusão do mesmo, a assistência para se encontrar um formato que garantisse a continuidade da elaboração dos *spots*.

Verificou-se também, a partir das entrevistas com os coordenadores e da análise dos relatórios apresentados pelos mesmos, que houve um índice de evasão significativo no curso, o que reflete um dado preocupante, pois além da meta do número de participantes não ter sido atingida, houve um investimento público para essa capacitação. A motivação da evasão não pode ser identificada, já que não foram realizadas entrevistas com os cursistas que desistiram. Mas, vale destacar, a constatação feita no relatório do IICA (descrito na análise dos resultados finais), sobre a dificuldade dos cursistas no manuseio das tecnologias de informação e comunicação.

No entanto, a análise geral, respaldada pelo referencial teórico, permite a afirmação que o fortalecimento da comunicação dos comitês de bacias hidrográficas, nesse complexo processo de governança das águas, tem na Educomunicação uma importante ferramenta, por ser um campo que se fundamenta na mediação, na inclusão, no compartilhamento e na reflexão-crítica. Ao propor a construção coletiva, valorizando a cooperação e a igualdade, as práticas educucomunicativas favorecem a gestão participativa, na medida em que desenvolvem a autonomia dos atores envolvidos.

Ações concebidas nos parâmetros educucomunicativos contribuem também para superação dos limites comunicacionais que antecedem as tomadas de decisões dentro dos comitês de bacias hidrográficas, que em muitos momentos são comprometidas pelo *déficit* de articulação entre as instâncias envolvidas (JACOBI, 2009). Superar esse *déficit* de articulação seria um passo estruturante para o aperfeiçoamento do processo comunicacional dos CBHs, em especial para o envolvimento da sociedade civil, que por meio de seus representantes, é a voz nos comitês de bacia das populações social, econômica e ambientalmente vulneráveis.

Ao contrário de investir recursos em ações pontuais, é importante trabalhar a Educomunicação como programas continuados. As ações isoladas, por mais que se fundamentem nas diretrizes educucomunicativas, não são suficientes para fortalecer o poder comunicativo nos comitês e ao mesmo tempo desenvolver as articulações dialógicas entre os atores envolvidos para uma gestão realmente participativa e compartilhada.

Ao analisar o curso Elaboração de Spots e Manuseio da Plataforma Web Rádio Água, observou-se, de maneira latente, que a educomunicação será verdadeiramente um processo de fomento à gestão comunicativa dos comitês de bacias, quando for pensada e planejada, não somente para a construção e

aplicação do curso, mas no direcionamento das atividades posteriores. E nesta linha de interpretação, vale problematizar algumas ideias:

1. Formação de pequenos grupos, para ações futuras já pré-definidas, de acordo com as competências e afinidades dos participantes;
2. Definições durante o curso de temáticas e pautas a serem utilizadas nas construções dos próximos *spots*;
3. Criação de oportunidades de intercâmbio entre os membros dos diferentes comitês de bacias, que participaram do curso, para troca de experiências e vivências;

Por fim, entende-se que os resultados apontados por essa pesquisa permitem a abertura para repensar novos formatos de ações na perspectiva educacional para o favorecimento da gestão comunicativa no processo de governança das águas. Mas para isso, o projeto educacional, como descrito acima, deve que ser pensado como algo que vai além, que visa proximidade, cidadania e participação. Ao levantar as fragilidades do curso, esse estudo pode servir como um diagnóstico norteador neste sentido não só para os atores envolvidos na gestão das águas, mas também para as organizações governamentais e não governamentais que permeiam esse universo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. **Projetos de intervenção em Educomunicação**. Campina Grande, v 1.6. 2016. Disponível em: http://issuu.com/ligiacarvalho77/docs/as_reas_de_intervencao_da_educo/1. Acessado em 29 de dezembro de 2016.
- ALVES, R. Jornalismo digital: dez anos de web e a revolução contínua. **Revista Comunicação & Sociedade**. São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo, v. 9-10, p. 93-102, 2006.
- AVRITZER, L. Sociedade civil e participação no Brasil democrático. In: _____. [org.]. **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo: Cortez, p. 27-54, 2009. (Coleção Democracia Participativa).
- APARICI, Roberto (org.). **Educomunicação para além de 2.0**. São Paulo: Editorial Paulinas, 2014.
- BONA, N; CONTEÇOTE, M; COSTA, L. Kaplún e a Comunicação Popular. **Metodista de Comunicação Regional**, ano 11 n 11, 169-184, jan/dez. 2007.
- BRASIL. **Agência Nacional de Águas**. Disponível em: <http://www2.ana.gov.br/Paginas/default.aspx>. Acessado em: 17 jan 2016.
- BRASIL. **Lei nº 6.938**, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm. Acessado em 29 de agosto de 2015.
- BRASIL. **Lei nº 9.795**, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política da Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm Acesso em: 17 out 2015.
- BRASIL. **Lei nº 9.433**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos. **Diário Oficial da União**, Brasília, D.F., 1º de setembro de 1997. Seção 1, p.470.
- BRASIL. **LEI nº 13.941**, de 28 de dezembro de 2004. Institui o Programa EDUCOM-Educomunicação pelas ondas do rádio, no Município de São Paulo, e dá outras providências. **Diário Oficial** 29/12/2004. Disponível em <http://www.radarmunicipal.com.br/legislacao/lei-13941>. Acessado em 8 de outubro de 2015.
- BRASIL. Plano de recursos hídricos e do enquadramento dos corpos hídricos superficiais da bacia hidrográfica do rio Paranaíba / **Agência Nacional de Águas**. -- Brasília: ANA, 2013.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Programa Nacional de Educação Ambiental. **Educomunicação socioambiental: comunicação popular e educação**. Organização: Francisco de Assis Morais da Costa. Brasília: MMA, 2008.

Disponível em http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/arquivos/txbase_educom_20.pdf, acessado em 16 de janeiro de 2016.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Programa de Educomunicação Socioambiental. **Série Documentos Técnicos 2**. Brasília: Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, 2005. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/dt_02.pdf. Acesso 24 jun 2015.

BRASIL. Resolução do CONAMA Nº 422 de 23 de março de 2010. **Diário Oficial da União**. nº 56, p. 91. 2010.

BRASIL. O Comitê de Bacia Hidrográfica: o que é e o que faz?. **Agência Nacional de Águas**. Brasília: SAG, 2011.

CINEMA E EDUCAÇÃO. **CINEDUC**. Disponível em: <http://www.cineduc.org.br/historia.html>, acessado em 29 de setembro de 2015.

CLEAVER, F. *Paradoxes of Participation: questioning participatory approaches to development*. **Journal of International Development**, v. 11, n. 4, p. 597 - 612, 1999.

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARANAÍBA. Disponível em: <http://cbhparanaiba.org.br/>. Acessado em 17 de março de 2015.

DICIONÁRIO ETIMOLÓGICO. **Comitê**. Disponível em: <http://www.dicionarioetimologico.com.br/comite/>, acessado em janeiro de 2017.

DIEGUES, V. Edcomunicação: produção e utilização de Podcasts na dinamização de uma WebRádio. **Dissertação** de mestrado em Educação. Braga, Universidade do Minho, 2010.

EM DISCUSSÃO. Conferência Rio-92 sobre o meio ambiente do planeta: desenvolvimento sustentável dos países. **Senado**. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/rio20/a-rio20/conferencia-rio-92-sobre-o-meio-ambiente-do-planeta-desenvolvimento-sustentavel-dos-paises.aspx>. Acesso em 21 de abril de 2016.

FREINET, Elise. **Nacimiento de una pedagogía popular**. Barcelona: Laia, 1975.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia** - saberes necessários à prática educativa. 27.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, P **A Educação na Cidade**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, P **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, P **Extensão ou Comunicação?** 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

- FREIRE, P **A Educação na Cidade**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- FREIRE, P **A educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994.
- ITO, C. **Unesco propõe referências para a alfabetização mediática**. Plural Observatório. 2013. Disponível em <http://www2.faac.unesp.br/blog/obsmedia/2013/04/30/unesco-propoe-referencias-para-alfabetizacao-midiatica>. Acessado em 13 de janeiro de 2015.
- JACOBI, P. *et al.* **Capital social e desempenho institucional: reflexões teórico-metodológicas sobre estudos no comitê de bacia hidrográfica do Alto Tietê, SP**. In: ENCONTRO DA ANPPAS, 2., 2004, Indaiatuba. **Anais...** Indaiatuba, 2004.
- JACOBI, P. **Participação na gestão ambiental no Brasil: os comitês de bacias hidrográficas e o desafio do fortalecimento de espaços públicos colegiados**. En publicacion: Los tormentos de la materia. Aportes para una ecología política latinoamericana. Alimonda, Héctor. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Marzo 2006.
- JACQUINOT, G. **O que é um Educomunicador?**, disponível em www.educomradio.com.br. Acessado em 23 de maio de 2016.
- KAPLÚM, M. **Processos educativos e canais de comunicação**. **Revista Comunicação & Educação**, São Paulo: Moderna/Eca-Usp, jan./abr.de 1999. p.68-75.
- KAPLÚM, M. **La comunicación de masas en América Latina**. Bogotá: Ed. Educación Hoy, 1973.
- KAPLÚM, M. **Producción de programas de radio: el guión, la realización**. Quito: CIESPAL, 1978.
- KAPLÚM, M. **Hacia nuevas estrategias de comunicación en la educación de adultos**. Santiago de Chile: UNESCO, 1983.
- KAPLÚM, M. **Comunicación entre grupos: El método del casete-foro**. Ottawa: IDRC, 1984.
- KAPLÚM, M. **El comunicador popular**. Quito: CIESPAL, 1985.
- KAPLÚM, M. **La educación para los medios en la formación del comunicador social**. En colaboración con María Helena Hermosilla. Montevideo: FCU, 1987.
- KAPLÚM, M. **A la educación por la comunicación**. La práctica de la comunicación educativa. Santiago de Chile: UNESCO, 1992.

KAPLÚM, M. Uma pedagogia da Comunicação. In: APARICI, Roberto. **Educomunicação: Para Além do 2.0**. São Paulo: Paulinas, 2014.

LÉVY, P. Ciberultura. São Paulo: Ed.34, 1999.

LEÃO, M. I. **O papel da Internet nos projetos educacionais da NCE/USP**. 2008. 162f. **Dissertação** (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

LIMA, G. **Educação pelos meios de comunicação: produção coletiva de comunicação na perspectiva da Educomunicação**. 2009. **Tese** (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

LIMA, G; MELO, T. **Educomunicação e Meio Ambiente**. Brasília: Educambiental, 2008. Disponível em: <https://educambiental.wordpress.com/2008/09/08/educunicacao-ambiental/>. Acessado em 14 de fevereiro de 2016.

LIMA, V. Comunicação e Cultura em Paulo Freire: 30 anos depois. **Carta Maior**. Disponível em http://www2.cartamaior.com.br/colunaImprimir.cfm?cm_conteudo_idioma_id=22222, acessado em 21 de janeiro de 2017.

LÓPEZ, J. I. **Diez consejos de Mario Kaplún**. Chasqui. n° 64, Quito, 1998.

MANUAL WEB RÁDIO ÁGUA. 2012. Fundação Parque Tecnológico de Itaipu

MARCONI, M; LAKATOS, E. **Técnicas de pesquisa**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARTIN-BARBERO, J. Desafios culturais: da comunicação à Educomunicação. In: CITELLI, A.; COSTA, M.. **Educomunicação: construindo uma nova área do conhecimento**. São Paulo: Paulinas, 2011. (Coleção Educomunicação) p. 121-134.

MARTINEZ, O.; TURCATO, S. **Web Rádio Água**: adaptabilidade do projeto à realidade dos atores. Hidroinformatica. 2011. Disponível em: <http://www.hidroinformatica.org/index.php/br/base-de-archivos/publicaciones-y-articulos/113-adaptabilidade-do-projeto-a-realidade-dos-atores>, acessado em 13 de agosto de 2016.

MELLO, L. Educomunicação na Educação a Distância: o Diálogo a partir das Mediações do Tutor. 2010. 215f. **Dissertação**. Mestrado em Ciência da Comunicação. Universidade de São Paulo- (ECA-USP). Disponível em: [file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/LuciFerrazMello%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/LuciFerrazMello%20(2).pdf). Acessado em 20 de fevereiro de 2017.

MESSIAS, C. **Duas Décadas de Educomunicação: da Crítica ao Espetáculo**. 2011. 240f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação)- Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa Mais Educação**. Disponível em <<http://educacaointegral.mec.gov.br/mais-educacao>>, acessado em 25 de outubro de 2015.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Programa de Educomunicação Socioambiental. **Série Documentos Técnicos – 2**. Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. 2005.

MORAN, J. **Leitura dos meios de comunicação**. São Paulo: Pancast, 1993.

NEPOMUCENO, Fábio Rogério. O educador depois de Kaplún. **IV Encontro Brasileiro de Educomunicação**. São Paulo, 25-27 de out. 2012. Disponível em: <http://docslide.com.br/education/o-educomunicador-depois-de-kaplun.html>

NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO da Universidade de São Paulo. Disponível em <http://www.usp.br>. Acessado em 23 de julho de 2016.

PERUZZO, C. **Movimentos Sociais, cidadania e o direito à comunicação comunitária nas políticas públicas**. Revista Fronteiras-estudos midiáticos, São Leopoldo, v. 11, n.1, p. 33-43, janeiro/abril 2009.

PORTAL GENS. Disponível em: <http://portalgens.com.br/portal/>, acessado em janeiro de 2016.

PRATA, Nair. **Webradio: novos gêneros, novas formas de interação**. In 31º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2008, Natal. Anais Intercom, 2008. Disponível em http://www6.ufrgs.br/estudiodeaudio/textos/webradio_novos_generos.pdf, acessado em 12 nov. 2016.

PROJETO NOSSA MÍDIA – Produtos revelados. Disponível em <http://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2011/04/cartilha-educomunicacao.pdf>, acessado em 30 de março de 2016.

PRÓSPERO, D. **Educomunicação e as políticas públicas: os desafios e as contribuições para o programa Mais Educação**. 2013. 368p. Dissertação (Mestrado em Interfaces Sociais da Comunicação) - Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

RAMOS, P. **Tres décadas de Educomunicación en América Latina: los caminos del plan DENI**. OCLACC – Organización Católica Latinoamericana y Caribeña de Comunicación, Quito, 2001.

SARTORI, A. S. **Inter-relações entre comunicação e educação: a Educomunicação e a gestão dos fluxos comunicacionais** In Unirevista, vol. 1 , n. 3, julho/2006.

SCHAUN, Â. **Educomunicação. Reflexões e princípios**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

SILVA, J. **Rádio: oralidade mediatizada: o Spot e os elementos da linguagem radiofônica.** São Paulo: Annablume, 1999.

SOARES, I. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação** – Contribuições para a reforma do Ensino Médio. São Paulo: Paulinas, 2011. (Coleção Educomunicação.)

SOARES, I. **Educomunicação, seus Procedimentos e Metodologias.** NCE/ USP. (s.d). Disponível em: <http://www.usp.br/nce/?wcp=/aeducomunicacao/texto,2,231,254>. Acessado em 16 de janeiro de 2017

SOARES, I. **Comunicação / Educação, a emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais.** Contato, Brasília, v. 1, n. 1, p. 19-74, jan./mar. 1999.

SOARES, I. **Caminos de la educucomunicación: utopías, confrontaciones, reconocimientos.** Nómadas, Universidad Central, Colômbia, n°. 30, p. 194-207, abril 2009.

SOARES, I. Educomunicação: um campo de mediações. In: CITELLI, A; COSTA, M. (orgs.). **Educomunicação: construindo uma nova área do conhecimento.** São Paulo: Paulinas, p. 13-29, 2011. (Coleção Educomunicação).

SOARES, I. Gestão da Comunicação no Espaço Educativo: possibilidades e limites de um novo campo profissional. **Apostila Disciplina Educomunicação,** Pós Graduação em Comunicação, USP, 2006.

SOARES, I. Metodologias da Educação para Comunicação e Gestão Comunicativa no Brasil e na América Latina. In: BACCEGA, M. A. (Org.). **Gestão de Processos Comunicacionais.** São Paulo: Atlas, 2002.

SOARES, I. Gestão comunicativa e educação: caminhos da Educomunicação. **Comunicação & educação,** São Paulo, n. 23, jan./abr. 2002.

SOARES, I. A relação entre Educomunicação e EAD. **Youtube.** 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=p0pPEYpMaDs>, acessado em agosto de 2016.

SOARES, I. Tecnologia da Informação e novos atores sociais. **Revista Comunicação e Educação,** no. 4, São Paulo, Moderna/ECA-USP, 1995.

SOARES, I. **Mas afinal o que é Educomunicação?** NCE: USP. (s.d). Disponível em <http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/27.pdf>, acessado em 26 de janeiro de 2016.

SOARES, I. **O perfil do educucomunicador.** NCE: USP. (s.d). Disponível em <http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/29.pdf>, acessado em outubro de 2016.

SOARES, I. **Sociedade da informação ou da comunicação?** São Paulo: Cidade Nova, 1996.

SOARES, I. Educomunicação: um campo de mediações. **Revista Comunicação & Educação** n o 19. São Paulo, Segmento/ECA/USP, ano 7, p.12-24, set./dez. 1996.

SOARES, I. **Educomunicação: as perspectivas do reconhecimento de um novo campo de intervenção** social. O caso dos Estados Unidos. In: **ECCOS**, UNINOVE, São Paulo, v.2 n.2, p.61-80, dez., 2000.

SOARES, I. A Educomunicação e suas áreas de intervenção. **Educom.TV**, tópico 1, ECA/USP, 2002. Disponível mediante senha em: [<http://www.educomtv.see.inf.br/>]. Acesso em 3 de novembro de 2016.

SOARES, I. O Projeto Educom.TV: Formação on-line de professores numa perspectiva educacional. In **Revista Te@D**, PUC/SP vol.1, n. 1, nov., 2004. Disponível em [<http://www.pucsp.br/tead/n1/artigos2/artigo2.htm>]. Acesso em 25 de março de 2005.

SOARES, I. **Educomunicação e a formação de professores no século XXI**. FGV On-line, p.19-34. 2009. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/revfgvon-line/article/view/41468>. Acesso em: 29 maio 2016.

SOARES, I. **Educomunicação o conceito, o profissional, a aplicação**: contribuições para a reforma do Ensino Médio. São Paulo: Paulinas, 2011.

SOARES, I. Educomunicação e a Educação Midiática: vertentes históricas de aproximação entre comunicação e educação. **Comunicação & Educação**, Ano XIX. N 2, jul/dez 2014.

SORRENTINO, M; TRAJBER, R. **Políticas de Educação Ambiental do Órgão Gestor**. Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola/Coordenação Taddei: p. 13-22. Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007.

SORRENTINO, M; TRAJBER, R. As políticas de educação ambiental da Escola Brasileira. **Revista Mudanças Climáticas e Mudanças Socioambientais Globais**. UNESCO; p 155-163, 2008.

TADDEI, R. **Watered-down democratization: modernization versus social participation in water management in Northeast Brazil**. Agriculture and Human Values, Vol. 28, 109-121, 2011.

TRAJBER, R. **Educomunicação para coletivos educadores**. Encontros e caminhos: formação de educadoras (ES) ambientais e coletivos educadores/ Luiz Antonio Ferraro Júnior, Organizador. – Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

TRAJBER, R.; COSTA, L. (Org.). **Avaliando a Educação Ambiental no Brasil**. Materiais audiovisuais. São Paulo: Fundação Peirópolis/Instituto ECOAR para a cidadania, 2001.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TRIVIÑOS, A. N. S **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1990.

TUCCI, C. **Hidrologia: ciência e aplicação.** 2.ed. Porto Alegre: ABRH/Editora da UFRGS, 1997. (Col. ABRH de Recursos Hídricos, v.4).

TUNDISI, J. G. **Governança da Água.** Revista da Universidade Federal de Minas Gerais, n° 2, Vol. 20; p. 222-235, 2013.

VIANNA, G. M., **No ar, a voz do produto: um panorama histórico da publicidade radiofônica mineira.** História da mídia sonora : experiências, memórias e afetos de norte a sul do Brasil / Luciano Klöckner, Nair Prata, organizadores – Porto Alegre : EDIPUCRS, 2009.

WEB RÁDIO ÁGUA. Disponível em: <http://www.webradioagua.org/>. Acessado em 14 fev 2015.

YIN R. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2a ed. Porto Alegre: Bookman. 2001.

ANEXOS



FUNDAÇÃO PARQUE TECNOLÓGICO ITAIPU – BRASIL
PROCESSO FPTI-BR Nº. 0001/2014
Edital Nº. 093/2014

A Fundação Parque Tecnológico Itaipu – Brasil, FPTI-BR, por meio do PTI Ciência, Tecnologia e Inovação, PTI C,T+I, torna público que estão abertas as inscrições aos interessados em participar do processo de seleção de Bolsista na modalidade DTE – Desenvolvimento Tecnológico Educacional e de Extensão, para atuar no Curso de Elaboração de Spots de rádio e manuseio da plataforma Web Rádio Água (WRA), do Projeto Água: Conhecimento para Gestão, do PTI Educação em parceria com a Agência Nacional de Águas com base no CONVÊNIO 756001/2011.

1. DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 Este Edital é regido pelo Estatuto da FPTI-BR, Portaria Interministerial nº. 507, de 24 de novembro de 2011 e Lei Federal nº 8.666/93.

1.2 O recurso utilizado é oriundo do convênio nº. 001/ANA/2011 – nº. SICONV 756001/2011 - Curso de Hidrologia Básica, do Projeto Água: Conhecimento para Gestão”.

1.3 Em caso de conflito de normas, por hierarquia prevalecerá a norma Federal.

1.4 A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, dos quais não poderá alegar desconhecimento.

1.5 O candidato que for contemplado com bolsa DTI deverá observar todos os critérios e cumprir com todos os compromissos e demais normas estabelecidas no Termo de Concessão de Bolsas a ser firmado.

2. OBJETIVO GERAL DO PROJETO

2.1 Desenvolver de ações de capacitação, comunicação, difusão e mobilização social relacionado ao tema Recursos Hídricos, para 300 mil beneficiários de entidades integrantes do Sistema Nacional e Estaduais de Recursos Hídricos do Brasil, e; contribuir para a formação dos atuais e futuros gestores públicos e privados dos demais países da América Latina na gestão dos recursos hídricos e na formulação de ações de caráter educativo orientados para a participação da sociedade na gestão de recursos hídricos.

3. DO CURSO

3.1 O curso de Elaboração de Spots de rádio e manuseio da plataforma Web Rádio Água (WRA) com carga horária de 38 horas, dividido em cinco unidades, é voltado para integrantes de Comitês de Bacias Hidrográficas (Poderes públicos, Usuários e Organizações Cívicas). Tem como objetivo capacitar os alunos para aplicar as técnicas de comunicação para produção de Spots de rádio e conteúdo radio jornalísticos e uso e manuseio da Plataforma Web Rádio Água, com vistas ao fortalecimento das ações promovidas pelos Comitês de Bacias Hidrográficas.

4. PROPOSTA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES

4.1 Desenvolver um artigo que aborde a importância de capacitar e conscientizar gestores públicos e privados na gestão de recursos hídricos.

4.2 Desenvolver um artigo que apresente ações de caráter educativo, apresentadas pelos participantes, factíveis de serem aplicadas nas regiões menos favorecidas.

5. CARACTERÍSTICA DA BOLSA

5.1 A modalidade DTE visa aproveitar talentos para atuar no desenvolvimento de atividades educacionais e de extensão, vinculadas a projetos da Fundação PTI. É voltada para o profissional graduado ou pós-graduado, servindo de incentivo à aplicação do conhecimento em projetos, privilegiando a qualidade e o Desenvolvimento Tecnológico Educacional e de Extensão.

Modalidade	DTE
Quantidade de bolsa a ser disponibilizada	01 (uma)
Valor da bolsa (mensal)	R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais)
Vigência de concessão	Até 06 (seis) meses

5.2 A concessão da bolsa possui caráter individual, e deverá ser implementada conforme as normas estabelecidas pela da FPTI-BR, sob coordenação da área de Ciência Tecnologia e Inovação – PTI.

5.3 Não é permitido ao bolsista receber outra bolsa da FPTI-BR durante a vigência desta concessão.

6. DOS REQUISITOS OBRIGATÓRIOS PARA PARTICIPAÇÃO

6.1 Os requisitos indicados a seguir são obrigatórios e válidos para o presente Edital:

- Nível Superior Completo em Comunicação social (desejável habilitação em jornalismo);
- Noções de técnicas textuais para veículo radiofônico.
- Disponibilidade de horários flexíveis para realizar as atividades a serem desenvolvidas no âmbito do projeto;
- Conhecimento de nível usuário em informática (processadores de texto, planilhas eletrônicas e internet)
- Desejável comunicação oral e escrita (coerência, coesão, clareza na redação de textos; capacidade de análise e síntese) e experiência docente.
- Desejável Conhecimentos de técnica de edição de áudio e manuseio de software de edição de rádio;
- Não possuir qualquer tipo de pendência com a Fundação PTI.

6.2 O atendimento destes requisitos é considerado imprescindível para o processo de seleção e a ausência ou insuficiência de informações sobre quaisquer deles resultará na exclusão do candidato no processo de seleção.

NOTA: A experiência profissional, bem como o conhecimento requerido serão analisados por meio do Currículo Lattes e/ou Curriculum Vitae e apresentação de documentos comprobatórios.

6.3 Não é permitido ao bolsista receber outra bolsa durante a vigência da concessão.

Na ocasião de convocação dos candidatos selecionados para as etapas desse processo, será solicitada a comprovação da experiência mencionada por meio de declarações entre outros comprovantes.

7. CRONOGRAMA

Etapa 1	Prazo de recebimento dos documentos para inscrição	De 06/08/2014 até 08/08/2014
	Divulgação dos candidatos classificados para próxima Etapa	A partir de 09/08/2014
Etapa 2	Realização da seleção com a equipe do projeto (entrevista/dinâmica de grupo ou prova prática de conhecimentos)	Até dia 11/08/2014
	Divulgação dos candidatos classificados na pré-seleção	A partir de 11/08/2014
Etapa 3	Alinhamento e integração com a Coordenação do Projeto e preparação dos documentos para formalização da bolsa	A partir de 12/08/2014
	Previsão de início das atividades	A partir do dia 13/08/2014

7.1 Após o resultado do processo de seleção, na ocasião da etapa 3, descrita no cronograma deste edital, a coordenação do projeto apresentará o supervisor que será o responsável por auxiliar a elaboração, validar e acompanhar o desenvolvimento do plano de atividades do bolsista para o período da concessão da bolsa. O supervisor será o responsável por garantir que a proposta do plano de atividades a serem desenvolvidas pelos bolsistas agreguem valor para o alcance dos objetivos do projeto.

8. DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

8.1 Currículo: o candidato deverá gerar um arquivo do currículo Lates ou similar e encaminhar em formato digital contendo todas as informações atualizadas e necessárias para o processo de avaliação.

8.2 Ficha de inscrição: o candidato deverá utilizar o modelo de ficha de inscrição (ANEXO I) anexa a este Edital. Todos os campos da ficha de inscrição deverão ser preenchidos corretamente.

8.3 Documentos pessoais: também deverão ser encaminhadas cópias digitalizadas da identidade, CPF e comprovante de residência (somente serão aceitos comprovantes de água, luz ou telefone residencial).

8.4 Documentos comprobatórios: enviar cópias digitalizadas do certificado/diploma da graduação e pós-graduação, bem como os demais documentos das atividades mencionadas nos requisitos.

8.5 No caso de candidato estrangeiro, este deverá encaminhar o visto temporário com validade compatível com o período da bolsa.

8.6 Todos os documentos mencionados acima deverão ser encaminhados como arquivos no

formato "pdf" anexados em e-mail para: curriculo@pti.org.br até o dia 13/08/2014

9. RESULTADOS E JULGAMENTO

9.1 Os resultados das etapas serão divulgados no site www.pti.org.br.

9.2 Na ocasião da etapa 3 descrita no cronograma deste Edital, a coordenação do Projeto responsável encaminhará para o PTI C&T+I os documentos necessários constantes na Norma Interna, para a elaboração do Termo de Concessão de Bolsa.

10 COMPROMISSOS DO BOLSISTA

O candidato que for contemplado com a bolsa DTE manifesta sua integral e incondicional ciência e concordância com a concessão que lhe for feita, comprometer-se-á a cumprir fielmente as estipulações listadas a seguir bem como as normas que lhe são aplicáveis.

10.1 Durante a vigência da Bolsa

O candidato que for contemplado obriga-se a:

- Possuir conta corrente adequada para recebimento da bolsa;
- Apresentar, nos prazos que lhe forem determinados, informações e/ou documentos referentes tanto ao desenvolvimento quanto à conclusão da proposta aprovada;
- Apresentar relatórios de acompanhamento conforme as regras do PTI C&T+I;
- Nas publicações e trabalhos apresentados, fazer referência à condição de bolsista da Fundação PTI-BR;
- Não introduzir alterações ou quaisquer modificações nas especificações inicialmente propostas no plano de atividades inicialmente aprovado, salvo mediante autorização expressa do PTI C&T+I;
- Permitir e facilitar a FPTI-BR, caso julgue necessário, o acesso aos locais de execução das atividades e o exame da documentação produzida;
- Não transferir à terceiros as obrigações ora assumidas;
- Verificar, a qualquer tempo, se a execução do projeto produz ou poderá produzir resultado potencialmente objeto de patente de invenção, modelo de utilidade, desenho industrial ou qualquer outra forma de registro de propriedade intelectual e, caso constatado, solicitar a avaliação do PTI C&T+I para encaminhamentos.

11. SIGILO

11.1. O candidato obriga-se a manter o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, materiais, pormenores, informações, documentos, especificações técnicas ou comerciais, inovações ou aperfeiçoamentos da FPTI-BR de que venha a ter conhecimento ou acesso, ou que venha a lhe ser confiado, em razão desta concessão, sejam eles de interesse da FPTI-BR ou de terceiros, não podendo divulgar, revelar, reproduzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros, estranhos a esta contratação, responsabilizando-se o candidato pela reparação de danos decorrentes da obrigação ora assumida.

11.2 O candidato fica proibido de veicular publicidade e divulgar qualquer informação relativa ao presente objeto sem prévia e expressa autorização da FPTI-BR, devendo manter sigilo absoluto sobre dados e documentos integrantes dos serviços a serem prestados.

12. PROPRIEDADE INTELECTUAL

12.1. Verificada que a execução do projeto produz ou poderá produzir resultado potencialmente objeto de patente de invenção, modelo de utilidade, desenho industrial ou qualquer outra forma de registro de propriedade industrial, deverá ser feita uma notificação ao

Núcleo de Propriedade Industrial e Apoio a Transferência de Tecnologia da FPTI – BR.

12.2. No caso das atividades realizadas originarem resultados materiais representados por inovações tecnológicas, invenções, aperfeiçoamentos e novos conhecimentos aplicáveis às atividades econômicas produtivas e propiciarem incrementos de seu desempenho, aumento da produtividade dos fatores envolvidos, otimização do uso de recursos e insumos, ou, ainda, criações intelectuais passíveis de proteção industrial, serão observadas as determinações da Lei de Inovação, nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005, Lei de Propriedade Industrial nº 9.279, de 14 de Maio de 1996, observando-se ainda os procedimentos da FPTI-BR, Convênio nº 4500024373 e demais disposições legais vigentes.

12.3. A patente de invenção, modelo de utilidade, desenho industrial, registro de software ou qualquer outra forma de registro de propriedade industrial que vier a surgir dentro da vigência deste termo de bolsa será de propriedade da FPTI-BR e demais parceiros, na proporção equivalente ao valor monetário agregado por cada parte envolvida. Desde já fica assegurada a autoria do bolsista e/ou equipe técnica envolvida.

12.4. Qualquer concessão, parcial ou total, onerosa ou gratuita, dos direitos resultantes, ou desistência destes, deverá ser previamente apreciada pelas partes, vedadas decisões unilaterais. Os rendimentos líquidos decorrentes de venda ou licenciamento serão analisados pelo Comitê de Avaliação da FPTI-BR e da Itaipu Binacional.

12.5. As despesas cobradas pelos Órgãos Oficiais referentes à proteção dos direitos de propriedade industrial, bem como as taxas referentes ao acompanhamento dos processos depositados em regime de co-propriedade junto a esses órgãos, serão custeados pelos titulares, respeitando o percentual de propriedade de cada um.

13. REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DO EDITAL

13.1 A qualquer tempo, o presente edital poderá ser revogado ou anulado, no todo ou em parte, seja por decisão unilateral da FPTI-BR ou exigência legal, sem que isso implique direitos a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

14. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Esclarecimentos e informações adicionais poderão ser obtidos pelo e-mail: curriculo@pti.org.br pelo telefone 45 – 35767042 de segunda a sexta-feira no horário das 08:00 as 12:00 e das 14:00 as 18:00 hs.

Foz do Iguaçu, 05 de Agosto de 2014.

Juan Carlos Sotuyo
Diretor Superintendente Fundação Parque Tecnológico Itaipu – Brasil – FPTI-BR

Claudio Issamy Osako
Diretor Técnico da Fundação Parque Tecnológico Itaipu – Brasil – FPTI-BR



Fundação Parque Tecnológico Itaipu – FPTI/BR
Ciência, Tecnologia e Inovação – C&T+I

ANEXO IV
TERMO DE CONCESSÃO DE BOLSA
EDITAL FPTI-BR Nº 004/2016

TERMO DE CONCESSÃO DE BOLSA Nº 90XXXX/2016

TERMO DE CONCESSÃO DE TUTORIA EAD
QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO
PARQUE TECNOLÓGICO ITAIPU – FPTI/BR
E XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

As partes a seguir qualificadas

FUNDAÇÃO PARQUE TECNOLÓGICO ITAIPU – BRASIL (FPTI-BR), pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o Nº. 07.769.688/0001-18, situada na Avenida Tancredo Neves, 6731, CEP: 85856-970 – Parque Tecnológico Itaipu, nesta cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, neste ato representada pelo seu Diretor Superintendente em Exercício Sr. Claudio Issamy Osako e pelo seu Diretor Administrativo Financeiro Sr. Valdir Antonio Ferreira, por meio do Programa de Ciência e Tecnologia – PTI C&T, e em sequência designada simplesmente **CONCEDENTE** e;

ALEXANDRA DA SILVA, portador (a) do RG nº XXX.XXX.XXX-X e do CPF nº. XXX.XXX.XXX-XX, doravante denominado **ORIENTADORA** e;

XXXXXXXXXX XXXXXXXX XXXXXXXXXXXX, nacionalidade, estado civil, portador (a) do RG nº XXX.XXX.XXX-X e do CPF nº. XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado (a) na Rua XXXXXX XXXXX, Nº XXXX, Apto. XXXX, Bairro: XXXXXXXX, CEP: XXXXX-XXX, cidade, estado, doravante denominado (a) **BOLSISTA**, pelo presente instrumento ajustam o seguinte:

CAPÍTULO I – DO OBJETO

Cláusula Primeira - Constitui objeto deste termo a concessão de Bolsa de Tutoria EaD de acordo com os critérios estabelecidos no Edital Nº 00X/2016.

CAPÍTULO II – DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES

Cláusula Segunda - Ao aceitar a concessão que ora lhe é feita, compromete-se o **BOLSISTA** a dedicar-se às atividades pertinentes ao plano de tutoria aprovado em conjunto com o Projeto Água – Conhecimento para Gestão e atentar-se aos critérios expostos no Edital Nº. 00X/2016 e Regulamento Interno de Bolsas, que independente de transcrição, faz parte deste instrumento;

Parágrafo Primeiro – O **BOLSISTA** em conjunto com o Projeto Água – Conhecimento para Gestão, atuará como Tutor EaD no Curso: "XXXXXXXXXXXXXXXX".

Parágrafo Segundo – O projeto a ser desenvolvido pelo **BOLSISTA** compreenderá as atividades descritas no cronograma do *Plano de Tutoria*, que poderão ser complementadas



com viagens fomentadas pela Fundação PTI, desde que programadas e aprovadas pelo gestor da área demandante;

Parágrafo Terceiro – O **BOLSISTA** deverá apresentar todos os comprovantes de despesas com as viagens que eventualmente realizar no desenvolvimento de suas atividades, sob pena de desconto na bolsa, devendo restituir à FPTI os valores não utilizados, conforme previsão em norma interna a que está submetido;

Parágrafo Quarto - O **BOLSISTA** realizará suas atividades de acordo com o convênio Nº 756001/2011.

Parágrafo Quinto – A concessão de bolsa, visa cumprir a meta conforme consta no Plano de Atividades que acompanham o termo do convênio nº 001/ANA/2011, celebrando entre Fundação Parque Tecnológico de Itaipu (FPTI-BR) e Agência Nacional de Águas (ANA).

CAPÍTULO III – DOS COMPROMISSOS E OBRIGAÇÕES DO BOLSISTA

Cláusula Terceira - Compromete-se o **BOLSISTA** a:

- a) Apresentar, nos prazos que lhe forem determinados, informações e/ou documentos referentes tanto ao desenvolvimento quanto à conclusão do projeto aprovado;
- b) Não fazer modificações no projeto sem a prévia autorização do supervisor responsável na FPTI-BR. Caso ocorra a necessidade, deverá ser encaminhada uma cópia (impressa, assinada e digital) do projeto ao C&T+I e RHS.DA/FPTI-BR, constando inclusive a justificativa das alterações;
- c) Elaborar relatório mensal de bolsa, o qual deverá ser entregue até o último dia útil de cada mês **unicamente via e-mail** para: bolsasaguaegestao@pti.org.br. Utilizar obrigatoriamente o formulário específico disponibilizado pelo projeto;
- d) Elaborar Relatório Parcial de Bolsa, ao final de cada turma, conforme anexo V e encaminhar a área de C, T+I. Utilizar obrigatoriamente o formulário específico disponibilizado pelo C&T+I/FPTI-BR. Enviar **via e-mail** para: ptict@pti.org.br. E ainda, o mesmo documento deverá ser entregue **em formato impresso devidamente assinado**. O prazo para envio deste relatório é até o 10º dia do mês subsequente ao período que se refere o relatório;
- e) Acompanhar e mediar atividades a fim de auxiliar os discentes no desenvolvimento de suas atividades individuais e em grupo, conforme o cronograma previsto no plano de tutoria, conforme modelo anexo IV;
- f) Manter regularidade de acesso ao ambiente virtual de aprendizagem – AVA e responder às solicitações dos alunos no prazo máximo de 24 horas;
- g) Estabelecer contato permanente com os alunos e a coordenação do projeto;
- h) Participar de atividades de capacitação e atualização promovidas pelo projeto;
- i) Realizar a avaliação de trabalhos, atividades e provas dos alunos, conforme o cronograma proposto no plano de tutoria;
- j) Nas publicações e trabalhos apresentados decorrente das atividades apoiadas pelo PTI, obrigatoriamente, fazer referência ao apoio recebido com a expressão abaixo, devendo esta ser colocada juntamente com o nome do Aluno e instituição a qual pertence:
 - a) se publicado individualmente ou em coautoria:
"Bolsista da Fundação Parque Tecnológico Itaipu – FPTI-BR.";
- k) Permitir e facilitar ao C&T+I/FPTI-BR, caso julgue necessário, o acesso aos locais de execução da pesquisa e o exame da documentação produzida;



- l) Não transferir à terceiros as obrigações ora assumidas;
- m) Verificar, a qualquer tempo, se a execução do projeto produz ou poderá produzir resultado potencialmente objeto de patente de invenção, modelo de utilidade, desenho industrial ou qualquer outra forma de registro de propriedade intelectual;
- n) Informar ou repassar informações adicionais a respeito de sua pesquisa quando solicitado pela FPTI-BR, para fins de utilização destas informações em materiais institucionais;
- o) Não receber, durante toda a vigência da Bolsa, outra bolsa da FPTI;
- p) Apresentar os resultados e livre acesso nas atividades desenvolvidas para o projeto e para os servidores da **CONCEDENTE** e aos órgãos de controle interno e externo da Agência Nacional das Águas – ANA.

Parágrafo Primeiro - A não-observância das normas, contidas neste instrumento impossibilitará o **BOLSISTA** de novas solicitações e submissões nos editais promovidos pela FPTI-BR.

CAPÍTULO IV – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

Cláusula Quarta – Verificada que a execução do projeto produz ou poderá produzir resultado potencialmente objeto de patente de invenção, modelo de utilidade, desenho industrial ou qualquer outra forma de proteção de propriedade intelectual, ao receber a solicitação de parecer por parte do supervisor, o C&T+I encaminhará o pedido para o Escritório de Inteligência e Inovação Tecnológica - EIITEC da FPTI – BR proceder com a avaliação.

Parágrafo Primeiro – No caso das atividades realizadas originarem resultados materiais representados por inovações tecnológicas, invenções, aperfeiçoamentos e novos conhecimentos aplicáveis às atividades econômicas produtivas e propiciarem incrementos de seu desempenho, aumento da produtividade dos fatores envolvidos, otimização do uso de recursos e insumos, ou, ainda, criações intelectuais passíveis de proteção, serão observadas as determinações da Lei de Inovação, nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005, Lei de Propriedade Industrial nº 9.279, de 14 de Maio de 1996, demais legislações vigentes, observando-se ainda os procedimentos da FPTI-BR e as demais disposições legais vigentes.

Parágrafo Segundo – A patente de invenção, modelo de utilidade, desenho industrial, registro de software ou qualquer outra forma de registro de propriedade intelectual que vier a surgir dentro da vigência deste termo de bolsa será de propriedade da FPTI-BR e demais parceiros na proporção equivalente ao valor monetário agregado por cada parte envolvida. Desde já fica assegurada a autoria do bolsista de seu supervisor/ou equipe técnica envolvida.

Parágrafo Terceiro – Os resultados econômicos auferidos na exploração comercial do produto da pesquisa, inclusive na hipótese de transferência do direito de exploração a terceiros observará a proporção disposta no parágrafo anterior.

Parágrafo Quarto - Qualquer concessão, parcial ou total, onerosa ou gratuita, dos direitos resultantes, ou desistência destes, deverá ser previamente apreciada pelas partes, vedadas decisões unilaterais. Os rendimentos líquidos decorrentes de venda ou licenciamento serão analisados por um Comitê de Avaliação da FPTI-BR e outros possíveis financiadores.



Parágrafo Quinto – As despesas cobradas pelos Órgãos Oficiais referentes à proteção dos direitos de propriedade intelectual, bem como as taxas referentes ao acompanhamento dos processos depositados em regime de copropriedade junto a esses órgãos, serão custeadas pelos titulares respeitando o percentual de propriedade de cada um.

CAPÍTULO V – DO VALOR DA BOLSA E FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula Quinta - A **FPTI-BR** efetuará o pagamento de uma bolsa, no valor de **R\$ 1.100,00** (mil e cem reais) efetuado mensalmente, até 10º dia útil do mês subsequente ao mês a que se referir o pagamento.

Parágrafo Primeiro – Na eventualidade de não-existência de fundos para o pagamento das bolsas em um determinado mês, a **CONCEDENTE** reserva-se o direito de não fazer o depósito pactuado, ou de fazê-lo com atraso, conforme se regularizar a situação financeira daquela.

CAPÍTULO VI – DA VIGÊNCIA

Cláusula Sexta - O presente Termo tem vigência de **XX/XX/XXXX a XX/XX/XXXX**.

CAPÍTULO VII – DA CONFISSÃO DE DÍVIDA

Cláusula Sétima - O **BOLSISTA**, em razão do recebimento da referida bolsa, confessa-se devedor e, portanto, se obriga a ressarcir à **FPTI-BR** o total dos valores recebidos, devidamente acrescidos de juros legais e correção monetária, caso venha a incorrer em alguma das seguintes hipóteses:

- a) Abandono, sem nenhuma justificativa, das atividades pactuadas neste instrumento;
- b) A não observância das obrigações contidas no item COMPROMISSOS E OBRIGAÇÕES DO BOLSISTA.

CAPÍTULO VIII – DO CANCELAMENTO DA BOLSA e SUSPENSÃO DA BOLSA

Cláusula Oitava - Determinará o cancelamento da bolsa auxílio, a ocorrência das seguintes hipóteses:

- a) Desvio de foco ou de cronograma, falta de geração de resultados e inatividade do ORIENTADORA ou bolsista;
- b) O descumprimento das condições estabelecidas na Cláusula Terceira deste instrumento, o que ensejará a aplicação do disposto no “caput” da Cláusula Sétima acima;
- c) Necessidade de restrições orçamentárias por parte da **FPTI-BR**.

Parágrafo único - Na hipótese de cancelamento da bolsa auxílio objeto do presente instrumento, decorrente da hipótese prevista na presente cláusula, descaberá ao **BOLSISTA** o direito de pleitear qualquer indenização, seja a que título for.





Cláusula Nona – Determinará a suspensão da bolsa auxílio, a ocorrência das seguintes hipóteses:

- a) A falta de entrega, digital, do relatório mensal de bolsa, nos prazos estabelecidos;
- b) A falta de entrega, digital e impressa, do relatório parcial de bolsa (final de turma);

Parágrafo único – O pagamento não será efetuado até as pendências acima descritas sejam regularizadas.

CAPÍTULO IX – DA COBRANÇA JUDICIAL

Cláusula Décima - Na hipótese do **BOLSISTA**, não satisfazer o pagamento previsto na cláusula sétima dentro do prazo que lhe for proposto, a **FPTI-BR** poderá utilizar-se do presente instrumento para fins de cobrança judicial do valor final, devidamente corrigido pelo IGPM ou outro índice legalmente permitido, acrescido ainda de juros legais de 12% (doze por cento) ao ano, mais custas judiciais e honorários advocatícios.

CAPÍTULO X – DO SIGILO

Cláusula Décima Primeira– O **BOLSISTA** compromete-se a manter sigilo acerca das informações obtidas através das atividades desenvolvidas com apoio da **FPTI-BR**, do conteúdo do Projeto e das informações e desenvolvimentos derivados de sua execução, sendo-lhe vedado divulgar os métodos, resultados, finalidades ou quaisquer outras informações referentes ao Projeto para quaisquer terceiros sob qualquer justificativa sem prévia e expressa anuência da **FPTI-BR**.

Cláusula Décima Segunda – Caso o **BOLSISTA** deseje publicar em qualquer livro, revista, periódico, anais de congresso, jornal ou em qualquer outro meio de comunicação qualquer artigo, dissertação, tese, resultado de pesquisa, informação, projeto ou qualquer outra produção intelectual decorrente do desenvolvimento do Projeto ("Publicação Pretendida"), a área/projeto/programa responsável pelo bolsista deverá ser previamente consultada e informada acerca do conteúdo da Publicação Pretendida.

CAPÍTULO XI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula Décima Terceira - A concessão objeto do presente instrumento não gera vínculo de qualquer natureza ou relação de trabalho, constituindo doação sem encargos feita ao **BOLSISTA**.

Cláusula Décima Quarta - A **FPTI-BR**, por intermédio do C&T+I E RHS.DA/FPTI-BR, resguarda-se o direito de, a qualquer momento, solicitar informações ou documentos adicionais julgados necessários à análise e à instrução do processo de concessão.

Cláusula Décima Quinta - O **BOLSISTA** manifesta sua integral e incondicional ciência e concordância com a concessão que ora lhe é feita, comprometendo-se a cumprir fielmente as estipulações deste instrumento e das normas que lhe são aplicáveis.

Cláusula Décima Sexta - A **FPTI-BR**, por intermédio do C&T+I E RHS.DA/FPTI-BR, não se responsabilizará por qualquer dano físico ou mental causado a alunos, ficando sob a





Fundação Parque Tecnológico Itaipu – FPTI/BR
Ciência, Tecnologia e Inovação – C&T+I

responsabilidade pessoal do **BOLSISTA** e à observância do **ORIENTADORA** que tenha um seguro saúde ou equivalente que dê cobertura de despesas médicas e hospitalares, nos eventuais casos de acidentes e sinistros que possam ocorrer durante o desenvolvimento do projeto.

CAPÍTULO XII – DO FORO

Cláusula Décima Sétima - As Partes signatárias, de comum acordo, elegem o Foro da Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente ajuste.

E por estarem assim ajustadas e acordadas, as partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Foz do Iguaçu, XX de XXXXXX de 2016.

FPTI

Claudio Issamy Osako
Diretor Superintendente em Exercício

Valdir Antonio Ferreira
Diretor Administrativo Financeiro

Maria Angélica Jung Marques
Gerente do Programa C,T+I

BOLSISTA

ORIENTADORA

XXXXXX XXXXX XXXXX

Alexandra da Silva

TESTEMUNHAS

Bruna Jacqueline de Oliveira
CPF: XXX.XXX.XXX-XX

Daiana Peovezan
CPF: XXX.XXX.XXX-XX



FUNDAÇÃO PARQUE TECNOLÓGICO ITAIPU – BRASIL
PROCESSO FPTI-BR Nº. 0001/2014
Edital Nº. 093/2014

A Fundação Parque Tecnológico Itaipu – Brasil, FPTI-BR, por meio do PTI Ciência, Tecnologia e Inovação, PTI C,T+I, torna público que estão abertas as inscrições aos interessados em participar do processo de seleção de Bolsista na modalidade DTE – Desenvolvimento Tecnológico Educacional e de Extensão, para atuar no Curso de Elaboração de Spots de rádio e manuseio da plataforma Web Rádio Água (WRA), do Projeto Água: Conhecimento para Gestão, do PTI Educação em parceria com a Agência Nacional de Águas com base no CONVÊNIO 756001/2011.

1. DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 Este Edital é regido pelo Estatuto da FPTI-BR, Portaria Interministerial nº. 507, de 24 de novembro de 2011 e Lei Federal nº 8.666/93.

1.2 O recurso utilizado é oriundo do convênio nº. 001/ANA/2011 – nº. SICONV 756001/2011 - Curso de Hidrologia Básica, do Projeto Água: Conhecimento para Gestão”.

1.3 Em caso de conflito de normas, por hierarquia prevalecerá a norma Federal.

1.4 A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, dos quais não poderá alegar desconhecimento.

1.5 O candidato que for contemplado com bolsa DTI deverá observar todos os critérios e cumprir com todos os compromissos e demais normas estabelecidas no Termo de Concessão de Bolsas a ser firmado.

2. OBJETIVO GERAL DO PROJETO

2.1 Desenvolver de ações de capacitação, comunicação, difusão e mobilização social relacionado ao tema Recursos Hídricos, para 300 mil beneficiários de entidades integrantes do Sistema Nacional e Estaduais de Recursos Hídricos do Brasil, e; contribuir para a formação dos atuais e futuros gestores públicos e privados dos demais países da América Latina na gestão dos recursos hídricos e na formulação de ações de caráter educativo orientados para a participação da sociedade na gestão de recursos hídricos.

3. DO CURSO

3.1 O curso de Elaboração de Spots de rádio e manuseio da plataforma Web Rádio Água (WRA) com carga horária de 38 horas, dividido em cinco unidades, é voltado para integrantes de Comitês de Bacias Hidrográficas (Poderes públicos, Usuários e Organizações Cívicas). Tem como objetivo capacitar os alunos para aplicar as técnicas de comunicação para produção de Spots de rádio e conteúdo radio jornalísticos e uso e manuseio da Plataforma Web Rádio Água, com vistas ao fortalecimento das ações promovidas pelos Comitês de Bacias Hidrográficas.

4. PROPOSTA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES

4.1 Desenvolver um artigo que aborde a importância de capacitar e conscientizar gestores públicos e privados na gestão de recursos hídricos.

4.2 Desenvolver um artigo que apresente ações de caráter educativo, apresentadas pelos participantes, factíveis de serem aplicadas nas regiões menos favorecidas.

5. CARACTERÍSTICA DA BOLSA

5.1 A modalidade DTE visa aproveitar talentos para atuar no desenvolvimento de atividades educacionais e de extensão, vinculadas a projetos da Fundação PTI. É voltada para o profissional graduado ou pós-graduado, servindo de incentivo à aplicação do conhecimento em projetos, privilegiando a qualidade e o Desenvolvimento Tecnológico Educacional e de Extensão.

Modalidade	DTE
Quantidade de bolsa a ser disponibilizada	01 (uma)
Valor da bolsa (mensal)	R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais)
Vigência de concessão	Até 06 (seis) meses

5.2 A concessão da bolsa possui caráter individual, e deverá ser implementada conforme as normas estabelecidas pela da FPTI-BR, sob coordenação da área de Ciência Tecnologia e Inovação – PTI.

5.3 Não é permitido ao bolsista receber outra bolsa da FPTI-BR durante a vigência desta concessão.

6. DOS REQUISITOS OBRIGATÓRIOS PARA PARTICIPAÇÃO

6.1 Os requisitos indicados a seguir são obrigatórios e válidos para o presente Edital:

- Nível Superior Completo em Comunicação social (desejável habilitação em jornalismo);
- Noções de técnicas textuais para veículo radiofônico.
- Disponibilidade de horários flexíveis para realizar as atividades a serem desenvolvidas no âmbito do projeto;
- Conhecimento de nível usuário em informática (processadores de texto, planilhas eletrônicas e internet)
- Desejável comunicação oral e escrita (coerência, coesão, clareza na redação de textos; capacidade de análise e síntese) e experiência docente.
- Desejável Conhecimentos de técnica de edição de áudio e manuseio de software de edição de rádio;
- Não possuir qualquer tipo de pendência com a Fundação PTI.

6.2 O atendimento destes requisitos é considerado imprescindível para o processo de seleção e a ausência ou insuficiência de informações sobre quaisquer deles resultará na exclusão do candidato no processo de seleção.

NOTA: A experiência profissional, bem como o conhecimento requerido serão analisados por meio do Currículo Lattes e/ou Curriculum Vitae e apresentação de documentos comprobatórios.

6.3 Não é permitido ao bolsista receber outra bolsa durante a vigência da concessão.

Na ocasião de convocação dos candidatos selecionados para as etapas desse processo, será solicitada a comprovação da experiência mencionada por meio de declarações entre outros comprovantes.

7. CRONOGRAMA

Etapa 1	Prazo de recebimento dos documentos para inscrição	De 06/08/2014 até 08/08/2014
	Divulgação dos candidatos classificados para próxima Etapa	A partir de 09/08/2014
Etapa 2	Realização da seleção com a equipe do projeto (entrevista/dinâmica de grupo ou prova prática de conhecimentos)	Até dia 11/08/2014
	Divulgação dos candidatos classificados na pré-seleção	A partir de 11/08/2014
Etapa 3	Alinhamento e integração com a Coordenação do Projeto e preparação dos documentos para formalização da bolsa	A partir de 12/08/2014
	Previsão de início das atividades	A partir do dia 13/08/2014

7.1 Após o resultado do processo de seleção, na ocasião da etapa 3, descrita no cronograma deste edital, a coordenação do projeto apresentará o supervisor que será o responsável por auxiliar a elaboração, validar e acompanhar o desenvolvimento do plano de atividades do bolsista para o período da concessão da bolsa. O supervisor será o responsável por garantir que a proposta do plano de atividades a serem desenvolvidas pelos bolsistas agreguem valor para o alcance dos objetivos do projeto.

8. DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

8.1 Currículo: o candidato deverá gerar um arquivo do currículo Lates ou similar e encaminhar em formato digital contendo todas as informações atualizadas e necessárias para o processo de avaliação.

8.2 Ficha de inscrição: o candidato deverá utilizar o modelo de ficha de inscrição (ANEXO I) anexa a este Edital. Todos os campos da ficha de inscrição deverão ser preenchidos corretamente.

8.3 Documentos pessoais: também deverão ser encaminhadas cópias digitalizadas da identidade, CPF e comprovante de residência (somente serão aceitos comprovantes de água, luz ou telefone residencial).

8.4 Documentos comprobatórios: enviar cópias digitalizadas do certificado/diploma da graduação e pós-graduação, bem como os demais documentos das atividades mencionadas nos requisitos.

8.5 No caso de candidato estrangeiro, este deverá encaminhar o visto temporário com validade compatível com o período da bolsa.

8.6 Todos os documentos mencionados acima deverão ser encaminhados como arquivos no

formato "pdf" anexados em e-mail para: curriculo@pti.org.br até o dia 13/08/2014

9. RESULTADOS E JULGAMENTO

9.1 Os resultados das etapas serão divulgados no site www.pti.org.br.

9.2 Na ocasião da etapa 3 descrita no cronograma deste Edital, a coordenação do Projeto responsável encaminhará para o PTI C&T+I os documentos necessários constantes na Norma Interna, para a elaboração do Termo de Concessão de Bolsa.

10 COMPROMISSOS DO BOLSISTA

O candidato que for contemplado com a bolsa DTE manifesta sua integral e incondicional ciência e concordância com a concessão que lhe for feita, comprometer-se-á a cumprir fielmente as estipulações listadas a seguir bem como as normas que lhe são aplicáveis.

10.1 Durante a vigência da Bolsa

O candidato que for contemplado obriga-se a:

- Possuir conta corrente adequada para recebimento da bolsa;
- Apresentar, nos prazos que lhe forem determinados, informações e/ou documentos referentes tanto ao desenvolvimento quanto à conclusão da proposta aprovada;
- Apresentar relatórios de acompanhamento conforme as regras do PTI C&T+I;
- Nas publicações e trabalhos apresentados, fazer referência à condição de bolsista da Fundação PTI-BR;
- Não introduzir alterações ou quaisquer modificações nas especificações inicialmente propostas no plano de atividades inicialmente aprovado, salvo mediante autorização expressa do PTI C&T+I;
- Permitir e facilitar a FPTI-BR, caso julgue necessário, o acesso aos locais de execução das atividades e o exame da documentação produzida;
- Não transferir à terceiros as obrigações ora assumidas;
- Verificar, a qualquer tempo, se a execução do projeto produz ou poderá produzir resultado potencialmente objeto de patente de invenção, modelo de utilidade, desenho industrial ou qualquer outra forma de registro de propriedade intelectual e, caso constatado, solicitar a avaliação do PTI C&T+I para encaminhamentos.

11. SIGILO

11.1. O candidato obriga-se a manter o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, materiais, pormenores, informações, documentos, especificações técnicas ou comerciais, inovações ou aperfeiçoamentos da FPTI-BR de que venha a ter conhecimento ou acesso, ou que venha a lhe ser confiado, em razão desta concessão, sejam eles de interesse da FPTI-BR ou de terceiros, não podendo divulgar, revelar, reproduzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros, estranhos a esta contratação, responsabilizando-se o candidato pela reparação de danos decorrentes da obrigação ora assumida.

11.2 O candidato fica proibido de veicular publicidade e divulgar qualquer informação relativa ao presente objeto sem prévia e expressa autorização da FPTI-BR, devendo manter sigilo absoluto sobre dados e documentos integrantes dos serviços a serem prestados.

12. PROPRIEDADE INTELECTUAL

12.1. Verificada que a execução do projeto produz ou poderá produzir resultado potencialmente objeto de patente de invenção, modelo de utilidade, desenho industrial ou qualquer outra forma de registro de propriedade industrial, deverá ser feita uma notificação ao

Núcleo de Propriedade Industrial e Apoio a Transferência de Tecnologia da FPTI – BR.

12.2. No caso das atividades realizadas originarem resultados materiais representados por inovações tecnológicas, invenções, aperfeiçoamentos e novos conhecimentos aplicáveis às atividades econômicas produtivas e propiciarem incrementos de seu desempenho, aumento da produtividade dos fatores envolvidos, otimização do uso de recursos e insumos, ou, ainda, criações intelectuais passíveis de proteção industrial, serão observadas as determinações da Lei de Inovação, nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005, Lei de Propriedade Industrial nº 9.279, de 14 de Maio de 1996, observando-se ainda os procedimentos da FPTI-BR, Convênio nº 4500024373 e demais disposições legais vigentes.

12.3. A patente de invenção, modelo de utilidade, desenho industrial, registro de software ou qualquer outra forma de registro de propriedade industrial que vier a surgir dentro da vigência deste termo de bolsa será de propriedade da FPTI-BR e demais parceiros, na proporção equivalente ao valor monetário agregado por cada parte envolvida. Desde já fica assegurada a autoria do bolsista e/ou equipe técnica envolvida.

12.4. Qualquer concessão, parcial ou total, onerosa ou gratuita, dos direitos resultantes, ou desistência destes, deverá ser previamente apreciada pelas partes, vedadas decisões unilaterais. Os rendimentos líquidos decorrentes de venda ou licenciamento serão analisados pelo Comitê de Avaliação da FPTI-BR e da Itaipu Binacional.

12.5. As despesas cobradas pelos Órgãos Oficiais referentes à proteção dos direitos de propriedade industrial, bem como as taxas referentes ao acompanhamento dos processos depositados em regime de co-propriedade junto a esses órgãos, serão custeados pelos titulares, respeitando o percentual de propriedade de cada um.

13. REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DO EDITAL

13.1 A qualquer tempo, o presente edital poderá ser revogado ou anulado, no todo ou em parte, seja por decisão unilateral da FPTI-BR ou exigência legal, sem que isso implique direitos a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

14. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Esclarecimentos e informações adicionais poderão ser obtidos pelo e-mail: curriculo@pti.org.br pelo telefone 45 – 35767042 de segunda a sexta-feira no horário das 08:00 as 12:00 e das 14:00 as 18:00 hs.

Foz do Iguaçu, 05 de Agosto de 2014.

Juan Carlos Sotuyo
Diretor Superintendente Fundação Parque Tecnológico Itaipu – Brasil – FPTI-BR

Claudio Issamy Osako
Diretor Técnico da Fundação Parque Tecnológico Itaipu – Brasil – FPTI-BR



Ofício nº 0321/2014/SAG-ANA

Brasília, 20 de setembro de 2014

A Sua Senhoria o Senhor

Leocádio Alves Pereira

Diretor Presidente

Associação Multissetorial de Usuários de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do

Rio Araguari - ABHA

Rua Rui de Almeida, 630, Centro

75526-050 – Itumbiara/GO

Assunto: **Plano de uso de equipamentos de gravação cedidos pela ANA**

Senhor Diretor Presidente,

1. Com o objetivo de fortalecer a gestão de recursos hídricos na Bacia do Rio Paranaíba, a Agência Nacional de Águas - ANA proporcionou a realização de um evento de capacitação voltado para ações de comunicação. O curso “Elaboração de spots de rádio e manuseio da plataforma Web Rádio Água”, foi realizado na modalidade semi-presencial, e teve início em julho de 2012, com momento presencial nos dias 14 e 15 de agosto em Goiânia - GO. Além da capacitação, foi disponibilizado um kit de gravação – composto de computador, microfone, caixas de som, mesa de som, gravador e máquina fotográfica – que está na Secretaria Executiva do CBH Paranaíba, em Itumbiara – GO, sob a responsabilidade da ABHA – Associação Multissetorial de Usuários de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari.
2. O evento foi realizado em parceria com a Fundação Parque tecnológico Itaipu - FPTI, por meio do “Projeto Água: Conhecimento para gestão” (<http://www.aguaegestao.com.br/>) e contou com a participação de profissionais e cidadãos envolvidos com a gestão de recursos hídricos na bacia do Rio Paranaíba. Foram abordados temas como educomunicação, jornalismo de desenvolvimento, entrevistas, produção de spots de rádio, entre outros.
3. A utilização da ferramenta disponibilizada pode vir a ser uma estratégia de divulgação das ações do comitê, de chamamento dos cidadãos à participação e de incentivo a boas práticas de gestão sustentável de recursos hídricos, por meio de entrevistas ou spots de rádios, que podem ser divulgados no próprio site do CBH e na plataforma da Web Rádio Água (WRA), além de serem veiculados em rádios locais e até mesmo disseminados nas redes sociais.
4. Neste sentido, consideramos essencial a elaboração de um plano de uso dos equipamentos de gravação disponibilizados pelo Projeto para produção de conteúdos diversos (spots de rádios, entrevistas, debates, etc.). Solicitamos, portanto, o encaminhamento a esta superintendência de um plano que siga o modelo anexo a este ofício.
5. Solicitamos, também, que nos enviem, por e-mail, os arquivos dos produtos gerados, bem como a relação das rádios que os veicularam, frequência/periodicidade de veiculação e audiência dessas rádios, quando for o caso. Estas informações são imprescindíveis

para a devida prestação de contas junto ao convênio firmado entre a ANA e a FPTI e para avaliação dos resultados do “Projeto Água: Conhecimento para gestão”.

6. Ressalta-se que os equipamentos foram cedidos por empréstimo pela ANA à Secretaria Executiva do CBH Paranaíba, conforme Termo de Responsabilidade firmado junto à ABHA e, dependendo dos resultados alcançados, estes bens poderão ser doados em caráter definitivo ao final do convênio ANA/FPTI, cuja vigência se estende até dezembro de 2015.

7. A ANA, por meio da Gerência de Capacitação da Superintendência de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos – GECAP/SAG, e a equipe da FPTI estão à disposição para auxiliar os responsáveis pelas ações que envolvem esse processo no CBH Paranaíba, no que for necessário. Os contatos são: ANA - Mariana (61) 2109-5563, mariana.coutinho@ana.gov.br; FPTI – Eloiza - (45) 3576-7042, eloiza@pti.org.br.

Atenciosamente,

LUIZ CORRÊA NORONHA
Superintendente de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos